



Português VIII

Volume 2

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Secretaria de
Ciência, Tecnologia
e Inovação



**GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

APOIO:

 **FAPERJ**
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cecierj.edu.br

Presidente

João de Melo Carrilho

Vice-Presidente de Educação Superior a Distância

Gerson Oliveira dos Anjos Junior

Vice-Presidente Científico

Régia Beatriz Santos de Almeida

Coordenação do Curso de Letras

UFF - Eduardo Kenedy Nunes Areas

Material Didático

Elaboração de Conteúdo

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Diretoria de Material Didático

Ulisses Schnaider

Diretoria de Design Instrucional

Diana Castellani

Diretoria de Material Impresso

Bianca Giacomelli

Design Instrucional

Livia Tafuri Giusti
Ian Queiroz

Preparação de Originais

Beatriz Fontes

Ilustração

Vinicius Mitchell

Capa

Renan Alves

Diagramação

Alexandre d'Oliveira

Revisão

Beatriz Fontes

Produção Gráfica

Equipe Cecierj

Biblioteca

Simone da Cruz Correa de Souza
Vera Vani Alves de Pinho

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Reservados todos os direitos mencionados ao longo da obra.

Proibida a Venda.



https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

L864p

Lopes, Monclar Guimarães

Português VIII. Volume 2 / Monclar Guimarães Lopes,
Ivo da Costa do Rosário. – Rio de Janeiro : Fundação Cecierj, 2023.
186 p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-458-0284-6

1. Língua portuguesa. 2. Fase colonial. 3. Português brasileiro.
4. Português europeu. 5. Aspectos fonológicos. 6. Aspectos
morfossintáticos. I. Rosário, Ivo da Costa do. 1. Título.

CDD: 469

Referências bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Cláudio Castro

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

Mauro Azevedo Neto

Instituições Consorciadas

CEFET/RJ - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Diretor-geral: Maurício Aires Vieira

FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica

Presidente: Caroline Alves da Costa

IFF - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro

Reitor: Rafael Barreto Almada

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Reitor: Raul Ernesto Lopez Palacio

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Mario Sergio Alves Carneiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Vice-reitor em exercício: Carlos Frederico Leão Rocha

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Reitor: Ricardo Silva Cardoso

Sumário

Aula 9 • Raízes e trajetórias do português brasileiro: fase colonial – século XVI	7
--	----------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 10 • Raízes e trajetórias do português brasileiro: fase colonial – século XVII	33
--	-----------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 11 • Raízes e trajetórias do português brasileiro: fase colonial – século XVIII	57
---	-----------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 12 • Raízes e trajetórias do português brasileiro: fase independente – século XIX.....	81
--	-----------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 13 • O português brasileiro e o português europeu: duas variedades ou dois sistemas?	103
--	------------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 14 • Aspectos fonológicos e morfossintáticos do português brasileiro	123
--	------------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 15 • Variação e mudança em curso no português brasileiro I: teorias da variação e da mudança	145
--	------------

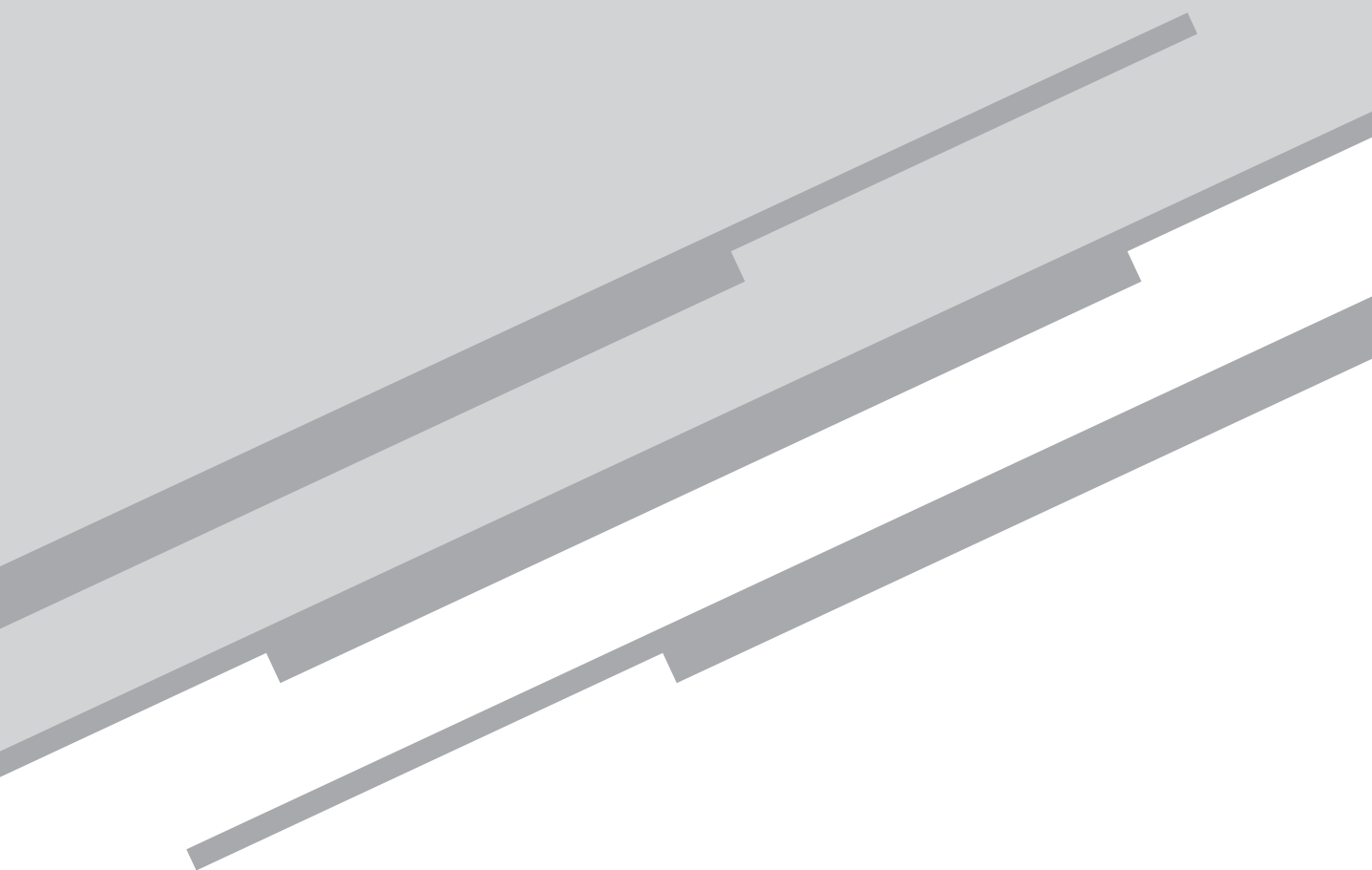
Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 16 • Variação e mudança no português brasileiro II: estudos de caso	167
---	------------

Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Aula 9

Raízes e trajetórias do português
brasileiro: fase colonial – século XVI



*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Apresentar o contexto histórico e linguístico do Brasil do século XVI, com foco nas contribuições das línguas indígenas e africanas para a variedade brasileira do português.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender os principais aspectos históricos do Brasil do século XVI no que se refere à chegada dos portugueses e dos africanos e às suas relações com os povos nativos;
2. entender de que modo o contato entre línguas impacta a configuração do português brasileiro;
3. reconhecer possíveis contribuições indígenas e africanas para a variedade brasileira do português.

Introdução

O português brasileiro (PB) se distingue do português europeu (PE) por uma série de razões. Entre elas, podemos destacar duas: o contato do português com as línguas indígenas e africanas em nosso território, bem como as políticas adotadas com vistas à implantação do português como idioma oficial no Brasil. Esses fatores contribuíram mais fortemente para a configuração do português brasileiro como o conhecemos hoje.

Conforme discutimos na Aula 2, o *contato linguístico* é um fenômeno que envolve a coexistência de duas ou mais línguas em um mesmo território. O modo como essas línguas interagem depende das dinâmicas sociais dos povos quanto aos sistemas linguísticos adotados para a comunicação cotidiana. Segundo a Linguística Histórica, nos territórios colonizados, há três tipos de interações linguísticas mais recorrentes, como bem aponta Marcos Bagno (2011, p. 134):

1. o povo conquistador impõe sua língua ao povo conquistado, que a adota e em pouco tempo abandona sua língua ancestral;
2. o povo conquistador adota a língua do conquistado e abandona sua língua ancestral;
3. o povo conquistador nem impõe sua língua nem adota a do povo conquistado.

Ao longo desta unidade – Aulas 9 a 12 –, veremos que, no Brasil, houve mais de um tipo de interação linguística. Inicialmente, no período pré-colonial (de 1500 a 1530), predominou o terceiro tipo de interação linguística, já que Portugal não tinha outras intenções nestas terras além da extração do pau-brasil. Posteriormente, no período colonial (1530 a 1822), mais especificamente a partir de 1549, passou a predominar o segundo tipo de interação linguística, uma vez que os jesuítas que aqui chegaram passaram a empregar, na comunicação com os povos nativos, duas línguas gerais: a língua geral amazônica – ou *nheengatu* – e a língua geral paulista – ou *abanheenga* –, ambas de base tupi. Somente em 1757 a Coroa portuguesa estabeleceu a língua portuguesa como idioma pátrio do Brasil, momento em que passou a vigorar, portanto, o primeiro tipo de interação linguística apontado por Bagno.

Sob esse ponto de vista, se hoje falamos português, e não *nheengatu* ou *abanheenga* – ou ainda uma derivação dessas línguas, oriunda de seu

contato com idiomas africanos, devido à massiva presença de negros escravizados no país –, isso se deve às *políticas linguísticas* implantadas, que impuseram o português como única língua do Brasil. Até o século XVIII, as línguas gerais eram majoritárias no país. O quadro começou a mudar pelas mãos do Marquês de Pombal, ministro da Coroa portuguesa, cujas reformas empreendidas em 1758 passaram a proibir o ensino e o uso do tupi e de suas variações em território nacional. Como consequência, as línguas gerais passaram a ser cada vez menos empregadas e, no início do século XX, o português se tornou majoritário no Brasil.

Como o processo de implantação do português no Brasil foi bastante longo, dividimos o seu estudo em quatro aulas. Nesta (Aula 9), trataremos dos aspectos históricos e linguísticos que nos ajudam a entender a primeira parte da fase colonial do português: o século XVI.

Bons estudos!

Aspectos históricos

Em 22 de abril de 1500, a expedição portuguesa destinada à cidade de Calicute, na Índia, e liderada por Pedro Álvares Cabral, chegou ao Brasil, terra inicialmente batizada com o nome de Vera Cruz. As primeiras impressões sobre nosso país encontram-se descritas na carta de Pero Vaz de Caminha, primeiro documento histórico de nossa terra. Abaixo, descrevemos alguns de seus trechos:

Senhor:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escreveram a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que – para o bem contar e falar – o saiba pior que todos fazer.

[...]

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles o pousaram.

Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linha que levava na cabeça e um

sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se voltou às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar.

[...]

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber.

[...]

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto havemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa.

[...]

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (CAMINHA, 1500).

O referido documento aborda três aspectos centrais. O primeiro diz respeito à postura receptiva e pacífica dos índios, que baixaram as suas armas a pedido dos portugueses e tentaram manter uma interlocução com o povo estrangeiro, a despeito das dificuldades de comunicação. O segundo compreende a cultura dos índios, que divergia dos ideais e valores cristãos

preconizados pela Igreja Católica. O terceiro se refere à falta de evidências de que, aqui, existiam riquezas como ouro ou prata. Como veremos nesta aula, esses três aspectos balizaram algumas decisões da Coroa portuguesa que influenciaram o curso da história das línguas no país.

Segundo Sílvio Elia (2003, p. 20), até 1530, “a coroa portuguesa voltara as costas para o Brasil, fascinada como estava pelas especiarias da Índia”. Naquele período, inexistia qualquer intenção de política linguística em relação aos povos originários, uma vez que a presença dos portugueses se dava por dois motivos básicos. O primeiro era a extração da madeira do pau-brasil, muito cobiçada em virtude de sua cor avermelhada, a qual servia de matéria-prima na prática da tinturaria. Para ter acesso à madeira, empregava-se a política do escambo: os portugueses levavam o pau-brasil e, em troca, ofereciam aos locais espelhos, colares, tesouras, machados e outros objetos de valor agregado, que, apesar de, à época, terem causado grande impacto na vida dos indígenas, não se aproximavam do valor supostamente justo a ser pago pela derrubada do pau-brasil e seus consequentes danos ao meio ambiente.



Figura 9.1: Derrubada do pau-brasil em ilustração da *Cosmografia Universal*, de André Thevet, 1575.

Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Derrubada_do_Pau_Brasil.jpg. Acesso em: 31 jan. 2023.

O segundo era a utilização de nosso litoral como escala dos navios rumo às riquezas das Índias. Sobre esse tópico, Damião Peres (1949, p. 136-137. Adendo nosso), em seu trabalho sobre o descobrimento do Brasil, faz a seguinte consideração:

Realizado o descobrimento, [...] a terra descoberta se considerava então de bem modesto valor – tão modesto, que, noticiando [Cabral] aos reis católicos o seu descobrimento, D. Manuel não achou merecimento digno de ser enaltecido senão o de poder servir de escala às armadas da Índia.

No entanto, as intenções de Portugal começaram a mudar quando o território brasileiro passou a ser invadido por outros povos, sobretudo por corsários franceses, também interessados na extração de pau-brasil. Tal fato motivou D. João III, em 1530, a organizar uma expedição colonizadora ao Brasil, composta de cinco navios e quatrocentos tripulantes, sob o comando de Martim Afonso de Sousa. Os objetivos dessa expedição eram os seguintes, segundo Johnson (1984 *apud* ELIA, 2003):

- a) o patrulhamento da costa;
- b) o início da colonização;
- c) a exploração da extensão dos rios Amazonas e da Prata.

Posteriormente, em 1533, essa expedição foi fortalecida pela implementação do regime das *capitanias hereditárias* no Brasil, um projeto de colonização que já havia sido aplicado com êxito em outros territórios, como: Madeira, Porto Santo, Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.



As capitanias hereditárias

Segundo Sílvio Elia, as capitanias hereditárias

assim se chamavam porque eram doadas a pessoa de prol e de posse, o “donatário”, que deveria administrá-las com plenos poderes; hereditárias, porque, por morte do donatário, passavam, por sucessão, ao filho mais velho (ELIA, 2003, p. 25).



Figura 9.2: Mapa do Brasil no século XVI, com as demarcações das capitanias hereditárias.

O problema é que já tinha gente nessas terras. O Brasil não estava desocupado, disponível aos portugueses, portanto, o projeto não funcionou tão bem quanto o governo de Portugal havia planejado, já que boa parte das capitanias encontrou resistência dos povos locais. Além disso, elas tiveram que lidar com o desinteresse e a falta de investimento por parte dos próprios donatários portugueses, que, por vezes, nem ao menos vinham ao Brasil para visitar suas supostas terras – afinal, estamos falando de uma viagem perigosíssima, lenta e muito cara.

Sendo assim, as duas capitanias que se consolidaram no Brasil foram as de Pernambuco e São Vicente; as outras se depararam com graves entraves para prosperar em seu plano de dominação e colonização dos povos locais, como veremos adiante.

Embora algumas capitanias tenham sido relativamente bem-sucedidas em sua missão, elas não superaram obstáculos necessários para o sucesso do projeto de colonização. Entre eles, destaca-se o fato de não terem conseguido exercer domínio sobre a população indígena, que, com o tempo, desenvolveu uma resistência bélica contra os portugueses.

Para enfrentar essa resistência e solidificar o projeto, em 1548, D. João III optou por reassumir os encargos da colonização e criou seu primeiro Governo-Geral, sediado na Bahia (WEHLING, 1994). Um ano depois, em 1549, chegaram os primeiros missionários jesuítas, com os objetivos de educar os filhos dos colonos e catequizar os povos indígenas.



Jesuítas

Os jesuítas eram padres da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa e militar que teve grande impacto no processo de colonização do Brasil. Eles foram responsáveis por catequizar e educar o povo local sob as normas europeias.

Com o passar do tempo, os jesuítas passaram a ser malvistas por setores da coroa, já que acumulavam terras, posses, controlavam o sistema educacional na colônia e na metrópole, e, por diversas vezes, foram uma pedra no sapato dos colonizadores portugueses (apesar de eles mesmos, os jesuítas, terem o próprio projeto de colonização, ainda que menos agressivo).

Quando o governo português passou por um momento de centralização política no século XVIII, com as ideias absolutistas correndo soltas pela Europa, os jesuítas se apresentaram como um poder paralelo, diversas vezes insubordinado à Coroa.

Como consequência disso, durante o governo do Marquês de Pombal, os jesuítas foram perseguidos e obrigados a sair dos territórios da Coroa portuguesa; tudo isso está inserido no processo de proibição do *nheengatu* e de exaltação do português como língua oficial do Brasil, mas isso você vai entender melhor na Aula 11.

As evidências históricas nos levam a inferir que a missão jesuítica representou o primeiro ato de intervenção linguística no país. Para tornar possível a implantação da moral e dos valores cristãos na cultura dos indígenas, foi necessário que os jesuítas empregassem uma variedade da língua local. Uma vez que as línguas autóctones eram muito diversas, a doutrinação ocorria por intermédio de duas línguas gerais, ambas de base tupi, planejadas inicialmente para a missão da catequese: *a língua geral da Amazônia* – ou *nheengatu* – e *a língua geral paulista* – ou o *abanheenga*. Vale ressaltar que esse projeto implicava o apagamento cultural dos povos indígenas, haja vista que parte de seus hábitos eram considerados inadequados e selvagens à época, sobretudo aqueles relativos à religiosidade de seu povo.

Embora a missão jesuítica tenha disseminado a ideia de que seu grande objetivo seria o de *salvar as almas* dos povos silvícolas, havia outro objetivo além desse, talvez maior que o primeiro: usar essa população como mão de obra escrava para a lavoura e a criação de animais de corte. No entanto, desde cedo, percebeu-se que essa seria uma ação mal-sucedida, já que o trabalho na lavoura ou na pecuária não fazia parte dos costumes indígenas. Há, inclusive, uma passagem na carta de Caminha que relata que os índios viviam basicamente da caça, da pesca e daquilo que brotava espontaneamente da terra. Veja:

Eles não lavram nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem galinha, nem qualquer outra alimária que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (CAMINHA, 1500).

Bom, essa é uma carta escrita com apenas duas semanas de estadia no Brasil, talvez esses inhames citados por Caminha fossem, justamente, uma lavoura de mandioca, já que inhame não é natural do Brasil. Porém, de fato, não havia, por parte dos povos locais, experiência no trato da cana e do gado, e muito menos a vontade de trabalhar sob um regime de exploração extrema. Dito isso, a resistência indígena, muitas vezes confundida com preguiça ou uma suposta “não aptidão” ao trabalho, custava caro aos colonizadores portugueses.

Sobre o malfadado projeto de escravização dos indígenas, podemos ver, na sequência, a visão do historiador português Jaime Cortesão sobre o caso:

Malgrado os enormes serviços que prestaram à expansão portuguesa neste continente, os tupis mostraram-se de escasso préstimo para auxiliar os primeiros colonos no cultivo da cana e no fabrico do açúcar. O nomadismo e o primitivismo técnico tornavam-nos incapazes para o trabalho sedentário e continuado (CORTESÃO, 1969, p. 266).

Carecendo de mão de obra, já que os indígenas produziam pouco e, não raro, fugiam para o interior, os portugueses resolveram implementar o regime escravagista no Brasil, importando negros escravizados da África. Estima-se que, na década de 1560, chegaram ao nosso território aproximadamente 20 mil africanos, e que, ao longo dos séculos seguintes, mais aproximadamente 5 milhões também tenham tido o mesmo destino.

Para os portugueses, os africanos eram mais interessantes como mão de obra, já que vários deles vinham de grandes zonas urbanas e agrícolas na África e, por isso, já detinham o domínio das técnicas necessárias para a produção e o tratamento do gado e da cana. Além disso, os colonizadores tinham interesse em diversos outros atributos, que eram vistos como valiosos ao sistema de produção colonial português, como podemos perceber na seguinte análise de Pierson (*apud* ELIA, 2003, p. 24):

Esses negros tinham a reputação de trabalhadores hábeis e fortes. Quase todos os hauçás eram muçulmanos fervorosos e parece que na Bahia converteram ao seu credo muitos iorubás, geges e outros africanos. Astutos e inteligentes, eram às vezes superiores aos seus patrões em equipamento cultural. Diz-se que muitos sabiam ler o árabe e o escreviam corretamente.

O fato de o escravo africano estar supostamente mais bem preparado para o trabalho forçado e de ter trabalhado com mais obediência e efetividade do que os indígenas se deve a uma série de fatores. Um dos principais reside no fato de que os africanos estavam muito distantes de suas terras e de seu povo, sem possibilidades claras de resistência coletiva, sem conhecimento da língua local, muito menos da geografia e das rotas locais. Em outras palavras, as condições que permitiam aos índios grandes fugas e resistências belicosas não existiam para os africanos, pelo menos não num primeiro momento.

A partir do ponto em que se adaptaram ao Brasil, passaram a fazer como os indígenas, resistindo à escravidão como podiam, com fugas para quilombos, sabotagens e até grandes revoltas. A Bahia, mencionada na citação anterior, foi palco, inclusive, de uma das maiores delas, a Revolta dos Malês, mas, novamente, isso é papo para outro momento; agora vamos voltar a falar de português (a língua).

Sob o ponto de vista linguístico, passaram a conviver no mesmo território, portanto, diferentes idiomas: o português (falado pelos colonos e suas famílias), as línguas gerais (e outras diversas línguas indígenas), além das línguas africanas de base sudanesa e banta. Esse caldeirão de povos e culturas resultou em nossa miscigenação étnica, mas não somente: há um cruzamento cultural e linguístico cujos produtos são observáveis até hoje. Do ponto de vista cultural, por exemplo, fazemos uso de simpatias e medicamentos caseiros próprios da cultura indígena. Além disso, o sincretismo religioso é muito presente no Brasil, com o cruzamento entre as entidades religiosas da Igreja Católica e as das religiões de matriz africana. Já do ponto de vista linguístico, embora, no Brasil, falemos majoritariamente português, há diversas contribuições de substrato indígena e africano em nossa variedade, como veremos nesta aula e nas aulas seguintes. Sobre esse caráter misto de nossa cultura e de nosso povo, assim se manifesta Fernando de Azevedo (1996, p. 68):

Que este povo é um amálgama de várias raças, elas mesmas cruzadas e recruzadas, como o português que se tornou por sua atividade genésica, mobilidade e adaptabilidade ao clima tropical, o núcleo de formação nacional; que, por esse caldeamento incessante, o país se constituiu, na expressão de Mendes Correia, um dos maiores campos de assimilação étnica e social que já existiram, não há sombra de dúvida.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

1. No início desta aula, vimos que há três tipos de interações linguísticas mais recorrentes, de acordo com Bagno (2011, p. 134):

- a) o povo conquistador impõe sua língua ao povo conquistado, que a adota e em pouco tempo abandona sua língua ancestral;
- b) o povo conquistador adota a língua do conquistado e abandona sua língua ancestral;
- c) o povo conquistador nem impõe sua língua nem adota a do povo conquistado.

Indique que tipo(s) de interação(ões) é/são evidente(s) na história do Brasil do século XVI. Justifique a sua resposta.

2. Qual(is) motivo(s) histórico(s) leva(m) a Coroa portuguesa a não implantar, no período de sua chegada ao Brasil, o português como língua oficial?

Resposta comentada

1. Predominavam os tipos II e III de interação linguística. No período pré-colonial, até a década de 1530, predominou o tipo III, uma vez que imperava um contato meramente comercial, mais especificamente voltado para a extração de bens naturais, em que nem os portugueses faziam uso da língua nativa, nem os indígenas, do português. A partir de 1549, com a chegada dos jesuítas, começou a imperar o segundo tipo de interação. Os missionários usavam as línguas gerais na comunicação com os indígenas e, posteriormente, os africanos escravizados também passaram a fazer uso predominante dessas mesmas línguas. Vale ressaltar, no entanto, que o português coexistia com outras línguas, embora não predominasse. Os colonos e seus familiares comunicavam-se, sobretudo, em português.

2. O interesse da Coroa era meramente comercial, ela só intencionava extrair o pau-brasil de nossas terras. Não havia, portanto, objetivos iniciais de colonização. Esta só se tornou imperativa com a invasão de outros povos em nosso território.

Aspectos linguísticos

De acordo com Elia (2003), a língua portuguesa chegou ao Brasil no final de sua fase arcaica. A carta do descobrimento, por exemplo, redigida por Pero Vaz de Caminha, da qual previamente lemos trechos, apresenta uma variedade muito próxima ao português culto moderno. Essa semelhança é observada na sintaxe, no vocabulário e na ortografia, o que possibilita uma leitura relativamente fluente ao cidadão contemporâneo, falante de português. A maior parte dos textos da fase arcaica, por sua vez, costuma ser de difícil compreensão, na medida em que apresenta um registro bastante distinto em comparação às variedades contemporâneas do nosso idioma. Como ilustração, observemos o trecho de um texto teatral de António Ribeiro Chiado, nascido em 1520:

Señor nam maueys de crer
 polla hostia confagrada
 que obra tam delicada
 nam fe vio nem fá de ver.
 Jefu como vay fundada
 por vossa vida fenhor
 que vades com yfso ao cabo
 vos sentis como diabo
 vos foy me tam dezidor
 mays ha de que vos eu gabo



Figura 9.3: Pero Vaz de Caminha lendo sua carta para Cabral antes de enviá-la ao rei Dom Manuel I. Autor: Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo (1854-1916).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Reading_of_the_letter_of_Caminha.jpg. Acesso em: 31 jan. 2023.

Sílvio Elia (2003) avalia que o português quinhentista foi a base da variedade brasileira do português, que também sofreu influências do tupi e dos falares africanos. As contribuições das línguas autóctones e

alóctones, nesse caso, podem ser observadas amplamente no léxico – com a presença de palavras de origem indígena, como *abacaxi*, *capim*, *caju*, *mandioca*, *peroba*, *jacaré*, *juriti* etc; e africana, como *acarajé*, *angu*, *berimbau*, *cachaça*, *canjica* etc. –, bem como na prosódia: na variedade brasileira, cabe salientar que uma das alterações prosódicas é a articulação clara das vogais pretônicas, que tendem a ser obliteradas na variedade europeia. Aqui, diz-se, por exemplo, “diferença”, enquanto lá se diz “dif’reença”.

A contribuição lexical do tupi no português do Brasil é mais ampla e variada do que a das línguas africanas. Tal fato advém do tipo de interação linguística predominante no país na época que estamos abordando nesta aula. Estima-se que, do século XVI até metade do século XVIII, a maioria da população falava o abanheenga ou o nheengatu, inclusive os povos africanos, como é possível notar em Elia (2003, p. 44): “Os próprios negros africanos, trazidos como escravos, comunicavam-se mais facilmente nessa *koiné* indígena do que em suas línguas nativas”.

Quando falamos de *tipo de interação linguística*, referimo-nos ao fato de não haver, inicialmente, uma imposição para o emprego da língua do colonizador aos povos nativos. Muito pelo contrário, os jesuítas, em sua missão catequética, optaram por adotar a língua local, no caso, o tupi, a língua mais falada no Brasil pré-colonial. Para isso, gramaticalizaram-no, submetendo-o à metalinguagem greco-latina da época. Em 1595, inclusive, foi lançada, em Portugal, a primeira gramática das línguas gerais brasileiras, de autoria do padre José de Anchieta.



José de Anchieta

José de Anchieta foi um padre jesuíta espanhol que ingressou na Companhia de Jesus, se instalou no Brasil e entrou para história por acumular uma série de feitos notáveis enquanto esteve por aqui.

Anchieta se interessou muito pelos idiomas locais, passou a estudá-los e montou a primeira gramática em tupi do Brasil. Além disso, passou a produzir uma série de peças e obras em geral, que tinham como objetivo contar histórias do universo cristão para os indígenas brasileiros e, assim, buscar sua conversão por meio pacífico, não apenas por captura e exploração violenta, como diversos colonizadores faziam na época.

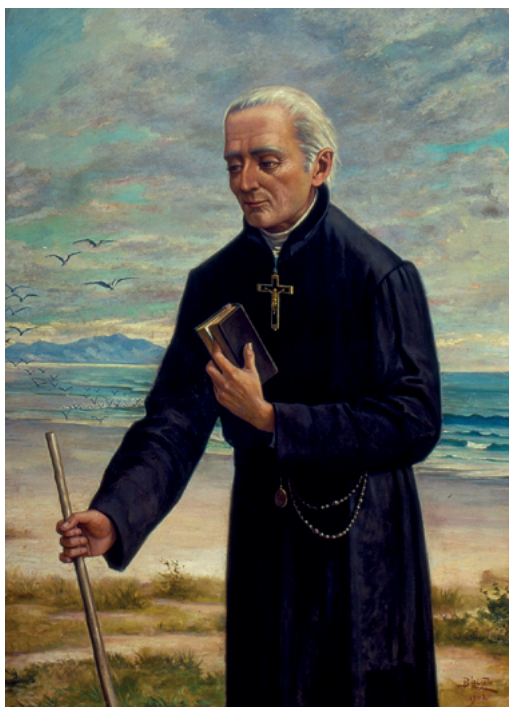


Figura 9.4: *Retrato do Padre José de Anchieta*, por Benedito Calixto (1853-1927).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Benedito_Calixto_de_Jesus_-_Retrato_do_Padre_Jos%C3%A9_de_Anchieta,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg. Acesso em: 31 jan. 2023.

Considerado santo pela igreja católica, é uma das figuras mais proeminentes quando se estuda o Brasil colonial, até mesmo por ter sido um dos fundadores da cidade de São Paulo. Ainda hoje podemos ver diversas ruas, praças e prédios públicos que levam seu nome.

Por esse motivo, o português e as línguas gerais conviveram durante muito tempo no Brasil. O primeiro era a língua minoritária, empregada, quase exclusivamente, pelos colonos e seus descendentes; as últimas compunham os idiomas majoritários, que eram falados pela população indígena e por grande parte da população africana, muito superior em número em comparação aos portugueses. Segundo Sílvio Elia (2003), a única exceção para a predominância das línguas gerais sobre o

português se dava na língua escrita, já que, nessa modalidade, imperava o português, em sua variedade culta, em consonância com os cânones gramaticais lusitanos.

Segundo Serafim da Silva Neto (1963), esse quadro se mantém durante o século XVI e começa a mudar somente na segunda metade do século XVII, como uma consequência da urbanização, em que se agrega valor cultural superior a uma determinada língua. Conforme o estudioso, “não seria natural nem razoável o esquecimento da língua portuguesa em favor da geral. O idioma é repositório da cultura e por isso está fortemente agregado ao espírito humano” (SILVA NETO, 1963, p. 66).

Embora a referida passagem nos ajude a entender por que as línguas gerais tenderam a ser substituídas pelo português (até por meio da implementação de leis imperiais, no século XVIII, como veremos na aula 11), é preciso contextualizá-la à sua época.

Hoje, após décadas de estudos sociolinguísticos, não corroboramos essa visão de superioridade de uma língua sobre a outra. Como temos discutido ao longo deste curso, todas as línguas naturais têm o mesmo valor intrínseco, não sendo umas superiores às outras, já que atendem plenamente aos fins comunicativos de seus usuários.

Segundo Teyssier (1982), ao longo do período colonial, o português brasileiro sofreu contínuas “relusitanizações”, em virtude do fluxo migratório contínuo de portugueses para o Brasil: no século XVIII, devido à corrida do ouro, e no século XIX, com a vinda da família real. Tais relusitanizações foram progressivamente impactando a variedade empregada em nosso território.

Segundo Sílvia Elia (2003, p. 52), as vogais átonas *e* e *o* sofreram alterações substanciais na fase colonial. Ao longo do tempo, tenderam ao fechamento. Dessa maneira, em alguns dialetos, o *e* passou a soar como *i* em vocábulos como *perigo* [pɨˈrɪgu], *pequeno* [pɨˈkɛnu] e *peixe* [ˈpeifi]. O mesmo aconteceu com o *o*, que passou a soar como *u* em vocábulos como *chover* [ʃuˈvɛx], *boneco* [buˈnɛku] e *focinho* [fuˈʃɪnu]. Fatos semelhantes ocorreram em Portugal, com exceção do *e*, que, com o tempo, tendeu ao apagamento: *perigo* [pɨˈrɪgu], *pequeno* [pɨˈkɛnu].

Segundo Herculano de Carvalho (1969, p. 94), essa tendência ao fechamento está registrada na *Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, no século XVI:

Do passo de Fernão de Oliveira já vimos que não se pode concluir que nessas e noutras palavras semelhantes *u* e *o* fechado alternam na pronúncia de várias pessoas, dizendo uns *dormir*, outros *durmir*. De modo algum se pode concluir que fosse geral a tendência a fechar em *u* todo *o* pretônico.

No Brasil, as vogais pretônicas apresentam variação. Em palavras como *modelo*, *coração*, *feliz* e *dezembro*, as pretônicas destacadas soam como vogais semifechadas na maior parte do país – [mo'delu], [kora'sâu], [fe'liz], [de'zẽbru] –, mas como vogais semiabertas no Nordeste – [mo'delu], [kora'sâu], [fe'liz], [de'zẽbru]. De acordo com Sílvia Elia (2003, p. 54), “não é de descartar a hipótese de se tratar de conservação de pronúncia portuguesa, que, como se sabe, ainda hoje não é desconhecida em Portugal”.

Outro aspecto que difere a variedade brasileira da europeia é a apócope de *l* e *r* finais: *comê* (comer), *falá* (falar), *mé* (mel), *papé* (papel) etc. O fenômeno é mais comum com o *r*, já que o *l* tende à vocalização: [ˈmew] *mel*, [paˈpew] *papel*. Segundo o professor Plínio Ayrosa (1956 *apud* ELIA, 2003, p. 54), essa diferença entre as duas variedades pode estar associada à influência do tupi, uma vez que as línguas que o têm como base tendem ao apagamento de consoantes que não estão apoiadas em uma vogal. Esse fenômeno também explicaria a motivação para outros metaplasmos brasileiros, como o suarabácti, um tipo específico de epêntese, cujo objetivo é a desconstrução de um encontro consonantal: *fulô* (flor), *terém* (trem) etc.

Cabe frisar que essa consideração sobre a origem desses metaplasmos não é um ponto pacífico entre os estudiosos. Gladstone Chaves de Melo (1971), por exemplo, considera que essa já era uma tendência em outras línguas românicas, como o francês. Era também uma tendência de algumas línguas africanas, como as de família banta. Portanto, não se pode afirmar, precisamente, a motivação do fenômeno, nem dizer que essa motivação advém de uma única língua em contato com o português brasileiro.

Outro fenômeno do português brasileiro que teria sido motivado por adstrato indígena seria a nasalização de vogais tônicas antes de consoantes nasais. No português europeu, palavras como *colônia*, *gênio* e *polêmica* recebem acento agudo em suas vogais tônicas porque elas são orais. Já no Brasil, elas são nasalizadas e, por esse motivo, grafam-se assim: *colônia*, *gênio*, *polêmica*. A hipótese corrente é que, como o tupi

é muito rico em fonemas nasais, seu longo convívio com o português seria responsável pela mudança. Embora essa hipótese seja plausível, ela também é criticada pelo professor Chaves de Melo (1971, p. 68):

É muito de presumir que as vogais finais de sílaba tônica antes da consoante inicial da sílaba seguinte fossem nasais, como o são na Beira Alta e no Algarve; assim cama, pena, sanha, lenho, cimo, dono, fumo deviam proferir-se *câma, pêna, sãha, lêrho, cîmo, dôno, fûmo*.

Apesar dessas considerações, o referido estudioso considera que, se há um aspecto do português brasileiro que deve ter tido interferência de línguas autóctones e alóctones – indígenas e africanas –, é o dialeto caipira (1971, p. 69-70):

Há, porém, um aspecto linguístico regional nosso, em que me parece ter sido mais intensa a influência tupi, ao lado da africana: o dialeto caipira. Tenho para mim como certo que os antigos hábitos linguísticos tupis, de par com os africanos, impressos no português, determinaram a formação do dialeto caipira, tão bem estudado por Amadeu Amaral.

Como ilustração, podemos citar alguns fenômenos próprios desse dialeto: 1) a pronúncia do dígrafo *ch* como *tch*, presente na fala caipira em palavras como *chapéu* [tʃaˈpɛw] e *chave* [tʃaˈvi]; 2) o *r* retroflexo, que ocorre em posição de travamento silábico: porta [ˈpɔɾtɔ]; 3) a queda do segmento oclusivo sonoro [d] dos gerúndios, em palavras como *andando* [anˈdanu].

Sobre o primeiro fenômeno, segundo Sílvia Elia (2003, p. 57), “o fonema *tch* era comum no falar das tribos indígenas espalhadas em território hoje paulista e adjacências. Era natural, pois, que reinterpretassem o som *xê* português como *txê*, mesmo quando não correspondente ao grafema *ch*”.

Sobre o segundo fenômeno, o referido autor (2003, p. 57) apresenta um estudo de Paul Ehrenreich, um notável explorador alemão, que chegou à seguinte conclusão: “na maioria das línguas [indígenas] sul-americanas existe um *r* cuja pronúncia se situa entre um *r* e um *l*. Seria, pois, no falar caipira, um alofone entre essas duas consoantes”. Já

sobre o último fenômeno, a única evidência de se tratar de influência de adstrato indígena é o fato de a variante inexistir na variedade europeia do português.

Por fim, além das possíveis influências indígenas na variedade brasileira do português, há, também, potenciais contribuições africanas na fonologia e na morfossintaxe, segundo a professora Yeda Pessoa de Castro (1980). Vejamo-las:

1. Na fonologia:

- a) vocalização da consoante palatal *lh*: mulher → muié;
- b) apócope das consoantes *-l* e *-r* em final de palavra: comer → comê; anel → ané;
- c) suarabácti para desfazer grupos consonantais: flor → fulô (como vimos, há hipóteses que também associam esses dois últimos fenômenos à contribuição do tupi).

2. Na morfossintaxe:

- a) simplificação das flexões nominais: *os home, os menino*;
- b) simplificação das flexões verbais: *eu como, ele come, nós come, eles come*;
- c) uso de pronome reto no lugar de pronome oblíquo: *eu vi ele*.

===== **Atividade 2** =====

Atende ao objetivo 2

1. Segundo Sílvia Elia (2003), o emprego das vogais átonas no PB é relativamente diverso do que ocorre na variedade europeia. Explique.

2. A variação *tch* para o grafema *ch* e o *r* retroflexo, segundo estudos, são oriundos do adstrato indígena. Explique.

3. Aponte um aspecto morfossintático do português brasileiro que pode ser explicado a partir do contato com as línguas africanas. Justifique sua resposta.

Resposta comentada

1. No PB, as vogais átonas tendem ora à manutenção sonora, ora ao fechamento. Por isso, palavras como *menino* e *chover* podem soar como *mininu* e *chuver*, por exemplo. Já no PE, as vogais átonas tendem ao apagamento em posição pretônica, como notamos em *p'rito* (perigo) e *dif'rente* (diferente).

2. Para Sílvia Elia (2003), o som *tch* era comum dos falares indígenas e, como a variante não ocorre no português europeu nem nas línguas africanas bantas e sudanesas, presentes no país, a hipótese de que a influência seja tupi é bastante forte. Para o alemão Paul Ehrenreich, o *r retroflexo*, também conhecido como *r caipira*, cujo som é uma interseção entre o *l* e o *r*, é comum nas línguas indígenas e não está presente na variedade europeia do português.

3. Você pode escolher um dos três aspectos tratados na aula, a saber: a) a simplificação da concordância nominal (*os home*); b) a simplificação da concordância verbal (*eles come*); c) o emprego de pronome reto no lugar de oblíquo (*eu vi ele*). Como vimos, esses são aspectos da sintaxe de línguas africanas que observamos no português brasileiro.

Conclusão

Embora, no Brasil, falemos português (assim como em Portugal), fazemos uso de uma variedade distinta da europeia. Como vimos, boa parte dessa diferença se deve ao contato linguístico.

A situação de bilinguismo que imperou no Brasil em boa parte do período colonial, sobretudo entre o português e as línguas gerais, resultou em contribuições de adstrato para o português. De igual modo, houve contribuições africanas, em virtude da grande quantidade de população negra escravizada que veio para o território brasileiro na segunda metade do século XVI.

Na próxima aula, para além do contato linguístico, veremos melhor como as políticas linguísticas destinadas à implantação do português como idioma oficial acarretaram o progressivo desuso das línguas gerais e levaram o português à condição de língua majoritária no Brasil.

===== **Atividade final** =====

Atende aos objetivos 1 a 3

Julgue as alternativas a seguir como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

- () A chegada dos portugueses ao Brasil é marcada pela presença de uma forte política linguística, que visava à implantação do português como língua oficial.
- () Para catequizar os indígenas, os jesuítas fizeram uso de duas línguas gerais: o nheengatu e o abanheenga.
- () A divergência entre o português europeu e o português brasileiro se deve, em grande medida, ao contato entre o português, as línguas indígenas e as africanas.
- () É inequívoca a hipótese de que a apócope de *l* e *r* finais – *comê* (comer) e *mé* (mel) – seja uma influência do contato do português com as línguas indígenas.
- () Segundo a professora Yeda Pessoa de Castro, a simplificação das concordâncias nominal e verbal é o resultado da contribuição das línguas africanas ao português.

Resposta comentada

(F) Ao longo do século XVI, não há a presença de uma política de implantação do português no Brasil. Inclusive, para se comunicar com o povo nativo, os jesuítas fazem uso das línguas locais, e não do portu-

guês. Nesse período, quem fala português no Brasil, em grande medida, são os colonos e seus familiares. Até os africanos, que chegaram ao Brasil na metade do século, usavam predominantemente a língua geral.

(V)

(V)

(F) Não. Segundo o professor Gladstone Chaves de Melo (1971), essa hipótese é, na verdade, bem discutível. Esse fenômeno ocorre em outras línguas românicas e também em línguas africanas. Portanto, não é possível determinar uma motivação precisa ou, ainda, se houve uma única motivação.

(V)

Resumo

Nesta unidade, que vai da aula 9 até a aula 12, temos o objetivo de apresentar as raízes e trajetórias do português brasileiro. Nesta aula, especificamente, tratamos da primeira parte da fase pré-colonial e colonial: o século XVI.

Inicialmente, vimos que há duas razões principais que motivam a diferença entre o português brasileiro e o europeu: o contato linguístico e as políticas linguísticas. Para o século XVI, as mudanças são majoritariamente explicadas pelo contato linguístico, já que não havia, ainda, uma política de implantação do português como língua oficial do Brasil.

A falta de uma política para a transplantação do português como língua oficial do Brasil se deveu, num primeiro momento, às intenções puramente extrativistas de Portugal. No período pré-colonial, não havia outro objetivo além da extração do pau-brasil. O quadro começou a se alterar quando Portugal se viu diante do desejo de outros povos pelas terras brasileiras. A presença constante de corsários franceses, também interessados no pau-brasil, motivou a Coroa portuguesa a dar início ao processo de colonização, na década de 1530.

Na metade do século XVI, com o território brasileiro cada vez mais habitado pelos colonos e suas famílias, chegaram ao país os jesuítas, com uma dupla missão: educar os filhos dos colonos portugueses e catequizar os índios. Sem uma política linguística própria de Portugal, os jesuítas

optaram por realizar a catequese na língua local. Para isso, fizeram uso de duas línguas gerais, de base tupi, predominantes em nosso território.

A catequese não tinha como único objetivo “salvar as almas dos índios”, mas também pretendia torná-los mais mansos e adaptados ao trabalho na lavoura e na criação de animais. Não obstante, essa missão fracassou logo de início, pois os índios não demonstravam predisposição para a escravidão.

Como consequência, os colonos solicitaram à Coroa portuguesa a implantação do sistema escravagista no Brasil, com a importação de negros da África. O pedido foi atendido e estima-se que, na metade do século XVI, chegaram ao Brasil cerca de 20.000 negros escravizados.

A situação de contato entre as línguas indígenas e africanas com o português contribuiu significativamente para a constituição de uma variedade brasileira do português, distinta da de Portugal. Como vimos, para além do léxico, cuja contribuição é evidente e farta, há vários indícios de que alguns aspectos gramaticais do português brasileiro se devem à interação entre essas línguas. No que tange à fonologia, vimos os seguintes fenômenos: a) o fechamento das vogais átonas; b) a abertura das pretônicas no dialeto nordestino; c) a apócope de *r* e *l* no final de palavra; d) o suarabácti em palavras como *fulô* (flor) etc. Na morfosintaxe, por sua vez, tratamos da simplificação da flexão de nome e de verbo, bem como do emprego de pronomes retos no lugar de oblíquos.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 6. ed. Brasília: Editora da UnB; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. [S.l.]: Fundação Biblioteca Nacional, [1500]. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

CARVALHO, José Gonçalo Herculano de. *Estudos linguísticos*. 2. vol. Coimbra: Atlântida, 1969.

CASTRO, Yeda Pessoa. *Os falares africanos na interação social do Brasil*

colônia. Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1980.

CHIADO, António Ribeiro. Various: Pratica de oyto feguras; Auto das regateyras per António Ribeiro; Pratica dos compadres. [Lisboa]: German Galharde, [1536?]. *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. Disponível em: https://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/texts/xml/c_010.xml. Acesso em: 31 jan. 2022.

CORTESÃO, Jaime. *A colonização no Brasil*. Lisboa: Portugália, 1969.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

PERES, Damião. *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral*. Porto; Rio de Janeiro: Portucalense; Livros de Portugal, 1949.

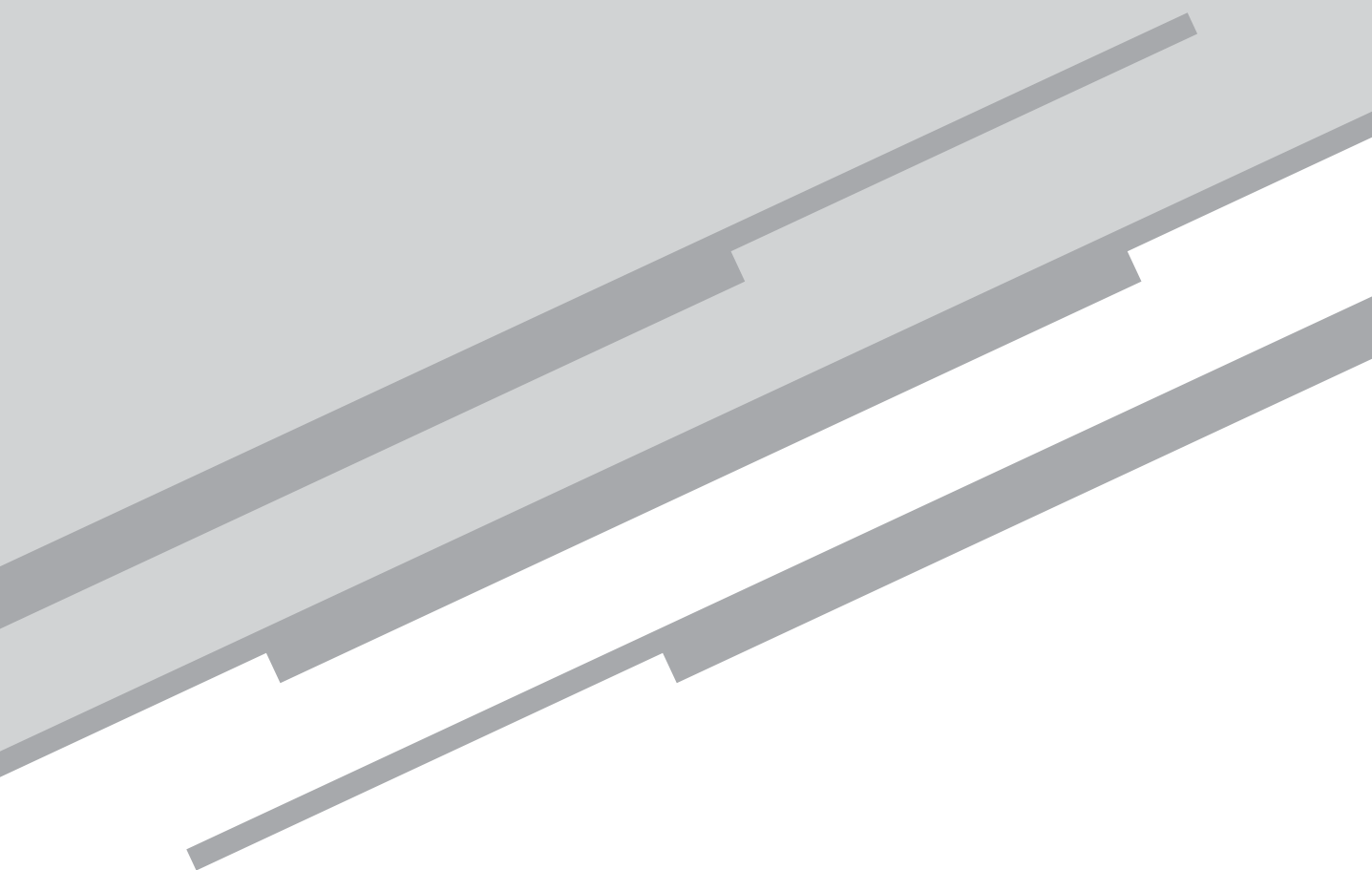
SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1963.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

Aula 10

Raízes e trajetórias do português
brasileiro: fase colonial – século XVII



Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário

Meta

Apresentar os contextos histórico e linguístico do Brasil do século XVII, com especial ênfase nos fatos históricos que favoreceram a expansão progressiva do uso do português em território brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender os aspectos históricos principais do Brasil do século XVII, no que se refere às características do período filipino e pós-filipino;
2. entender que os estudos linguísticos da variedade escrita do português do século XVII revelam uma grande semelhança entre a língua praticada aqui e em Portugal;
3. reconhecer que, diferentemente da língua escrita, a fala já era constituída de diferentes dialetos, parte deles configurados como um semicrioulo, em virtude de serem empregados como segunda língua pelas populações negra e indígena.

Introdução

Observe bem a tela abaixo:



Figura 10.1: *Guerra dos Guararapes*. Óleo em tela. Artista: Victor Meirelles (1832-1903).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Victor_Meirelles_-_%27Battle_of_Guararapes%27,_1879,_oil_on_canvas,_Museu_Nacional_de_Belas_Artes,_Rio_de_Janeiro.JPG. Acesso em: 1 fev. 2023.

Nesse quadro, o artista plástico Victor Meirelles (1832-1903) retrata a Guerra dos Guararapes, um confronto ocorrido entre 1648 e 1649 na então capitania de Pernambuco. Tal batalha ganhou fama no imaginário brasileiro por ter sido a primeira em que portugueses, africanos e indígenas atuaram de forma conjunta contra um inimigo externo (os holandeses), tornando-se uma espécie de marco na construção da identidade nacional.

A escolha por abrir esta aula com esse quadro está associada ao fato de o século XVII ter sido especialmente marcado por uma série de confrontos entre Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda, pela posse do território brasileiro.

Como veremos nesta aula, o poderio português se viu ameaçado no século XVII, uma vez que Portugal chegou a perder parte do território brasileiro para outras nações, sobretudo a Holanda, que ocupou uma grande porção do Nordeste brasileiro, em especial o Recife. Para vencer esses conflitos, a aliança com a Espanha, consequência direta da regência portuguesa e espanhola por um mesmo rei, foi fundamental.

Além da reconquista portuguesa de parte do território brasileiro sob domínio de nações estrangeiras, o século XVII foi marcado pela expansão geográfica em direção ao interior do país, impulsionada pelo Movimento das Entradas e Bandeiras. Esse movimento assume grande relevância histórica, uma vez que, ao desrespeitar os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, levou nossa configuração geográfica a tornar-se semelhante à que temos hoje. É por esse motivo que Sílvio Elia (2003, p. 68), ao se referir aos bandeirantes, afirma que esses desbravadores de novos territórios “deram ao Brasil outros brasis”.

No que tange à questão linguística, veremos que a urbanização crescente no Brasil favoreceu a expansão progressiva do uso do português em nosso território. De um lado, as cidades, por sua natureza, valorizavam os bens culturais e, não raro, procuravam imitar a vida e o estilo das grandes metrópoles europeias. De outro, os negros e indígenas escravizados, que começaram a conviver em relação mais íntima com o homem branco colonizador, sobretudo no serviço doméstico, passaram progressivamente a se comunicar mais em português.

Para tratar desses aspectos apresentados nesta introdução e de alguns outros relativos ao Brasil Colonial do século XVII, dividimos esta aula em duas seções. Na primeira, trataremos dos aspectos históricos; na segunda, dos aspectos linguísticos. Bons estudos!

Aspectos históricos

O século XVII pode ser descrito por dois tipos principais de evento. No período filipino (1580 a 1640), destaca-se a disputa entre nações europeias por territórios do litoral brasileiro; no pós-filipino (1640 a 1700), a expansão geográfica do território brasileiro em direção ao seu interior, promovido pelos movimentos das entradas e das bandeiras.

Entre 1580 e 1640, Portugal e, conseqüentemente, o Brasil estiveram sob a regência da Coroa espanhola de Filipe II, Filipe III e Filipe IV, também conhecida como dinastia filipina, parentes do Rei português D. Sebastião, que não deixou descendentes.



União Ibérica, o início da dinastia Filipina em Portugal

Podemos começar a história quando o rei D. Sebastião, de Portugal, morre ao se embrenhar pelo Marrocos numa cruzada militar em 1578.

Desamparados com a perda de seu carismático rei, os portugueses começaram a acreditar no retorno do monarca, e a essa crença foi dado o nome de sebastianismo.

Portanto, supostamente, D. Sebastião poderia voltar de sua cruzada e trazer consigo os momentos de glória do império português, mas – como você deve imaginar – D. Sebastião não voltou até hoje e, como visto anteriormente na aula, não deixou herdeiros diretos, portanto, o trono português ficou vago.

Logo, a família real espanhola reivindicou seus laços de parentesco com D. Sebastião, pois boa parte das famílias reais europeias eram unidas por laços de sangue. Nesse caso, a família Habsburgo era o vínculo entre as coroas e, dessa forma, o rei Felipe II se tornou o sucessor da coroa portuguesa em 1580. O resultado disso foi o que chamamos de União Ibérica, na qual a coroa espanhola se fundiu à portuguesa, somando suas colônias e formando um império de dimensões globais.



Figura 10.2: Territórios da Casa de Habsburgo ao tempo de Filipe II.

Fonte: Adaptado de https://en.wikipedia.org/wiki/Iberian_Union#/media/File:Philip_II's_realms_in_1598.png. Acesso em: 14 fev. 2023.

A aliança Espanha-Portugal, mais especificamente a soma de seu poder bélico, foi fundamental para a manutenção do domínio português sobre o nosso território, já que o final do século XVI e a primeira metade do século XVII foram caracterizados pela constante invasão estrangeira. Nesse período, corsários ingleses, franceses e holandeses cobiçaram parte de nosso território e, inclusive, chegaram a ser bem-sucedidos durante um tempo. Eis alguns dos eventos que caracterizam o referido período:

- conquista francesa sobre o território do Maranhão, em 1612, e reconquista do território pelos portugueses e espanhóis em 1615;
- invasão holandesa em 1624, com ataque e ocupação da cidade de Salvador, na Bahia, com retomada do território pelos portugueses em 1625;
- conquista holandesa de Recife, Pernambuco, em 1630, com retomada pelos portugueses em 1654, após o período da Restauração da Coroa portuguesa.

Domínio holandês no Nordeste

Em virtude de sua duração e relativa fama, o domínio holandês sobre a região Nordeste merece uma descrição mais detalhada. O território holandês no Brasil não se restringiu à cidade do Recife, tendo avançado para a Ilha de Itamaracá, o Rio Grande e a Paraíba, e também para regiões de Alagoas, do Ceará e do Sergipe.



Figura 10.3: Mapa dos domínios holandeses no Brasil.
Autor: H. Hettema Jr.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nederlands-Brazilli%C3%AB-es.svg>. Acesso em: 14 fev. 2023.

Em 1637, a Holanda instituiu o governo do Brasil Holandês, regido por Maurício de Nassau, historicamente considerado um grande administrador. Diferentemente das outras nações colonizadoras, cujas práticas se concentravam na exploração dos bens naturais brasileiros, Nassau urbanizou Recife à moda europeia: construiu ruas, pontes, praças, palácios; investiu no paisagismo urbano. Paralelamente, valorizou a arte e a ciência.

Seu governo, no entanto, não estava livre de problemas. Entre 1618 e 1648, a Europa enfrentava a Guerra dos 30 Anos, que constituía uma série de conflitos entre diversas nações europeias, motivados, dentre outros aspectos, pela divergência religiosa entre protestantes e católicos. A acirrada divergência de credo não se restringiu à Europa e, como

consequência, houve muita perseguição religiosa no território holandês no Brasil, o que acarretou a proibição aos cultos católicos e a perseguição a padres, frades e freiras (bem como sua posterior expulsão).

Durante sua primeira década, a invasão e a expansão holandesa foram tão bem-sucedidas que a presença da Holanda se tornou uma grande ameaça à hegemonia de Portugal sobre o território brasileiro. Inclusive, a partir do final de 1640, por não poder contar mais com a Espanha (contra quem estava em guerra), Portugal chegou a avaliar a possibilidade de firmar um acordo de paz com a Holanda. Sobre esse assunto, há, inclusive, uma carta do padre Antônio Vieira enviada, em 1648, ao rei D. João IV. Abaixo, descreve-se um trecho do referido documento (cf. ELIA, 2003, p. 65):

Desta maneira damos Pernambuco aos holandeses e não dado senão vendido pelas conveniências da paz, e não vendido para sempre senão a retroaberto, para o tornarmos a tomar, quando nos virmos em melhor fortuna (em van denBesselaar, 1981: 340).

Não obstante as conquistas nassalinas, a sorte do governo holandês virou na metade de sua segunda década no país. Em 1645, já no período da Restauração da Coroa portuguesa, iniciou-se o movimento da Insurreição Pernambucana, em que portugueses, brasileiros descendentes de portugueses, negros e indígenas mobilizaram-se para a expulsão dos invasores. O duradouro movimento foi bem-sucedido, sendo uma de suas grandes vitórias a Batalha dos Guararapes – que já foi retratada no início dessa aula por meio da tela de Victor Meirelles – e, assim, em 1654, os holandeses finalmente se renderam e foram extraditados.

Período pós-filipino

O período pós-filipino (1640 a 1700) foi caracterizado pela expansão geográfica terrestre, com a conquista de terras interioranas, em posição diametralmente oposta ao litoral. Nesse processo, notabilizaram-se dois movimentos expansionistas: as entradas e as bandeiras.

Ambas tinham como missão “o reconhecimento do território, pesquisando a existência de metais e pedras preciosas, ou a caça de índios para escravizá-los” (SERRANO, 1968, p. 171). Entretanto, havia duas diferenças básicas entre elas: as entradas partiam do litoral em

direção ao interior e obedeciam aos limites estabelecidos pelo *Tratado de Tordesilhas*; as bandeiras partiam de São Paulo em direção ao sertão brasileiro e não respeitavam o limite do referido tratado. Por isso, atribui-se aos bandeirantes a atual configuração geográfica do Brasil (VIANNA, 1970).



Tratado de Tordesilhas

Acordo feito entre os reinos de Portugal e Espanha em 7 de junho de 1494 com o objetivo de definir uma fronteira para os domínios portugueses e espanhóis no território da América do Sul.



Figura 10.4: Fronteiras do Tratado de Tordesilhas.

De acordo com Sílvia Elia (2003, p. 67), as bandeiras “se notabilizaram graças à realização de maior vulto”. Escravizaram uma grande quantidade de índios para o trabalho na lavoura em São Paulo e descobriram a existência de ouro em Minas Gerais.

No século XVII, não somente os indígenas eram escravizados. Na verdade, a importação de escravos, prática já corrente no século XVI, intensificou-se ainda mais no século XVII, quando chegou a ser criada a

Companhia do Comércio do Estado do Maranhão, cujo principal negócio era o tráfico de pessoas escravizadas oriundas da África.

Iniciou-se nessa época uma reação dos negros africanos contra o regime de escravização. Muitos deles organizaram-se em agrupamentos a que chamavam quilombos e iniciaram seu movimento de resistência contra a prática escravocrata.



Quilombo dos Palmares

Como vimos, a colonização do Nordeste brasileiro no século XVI causou a expansão do plantio da cana-de-açúcar, e para isso os colonizadores portugueses passaram a importar mão de obra escrava da África.

Já no final do século XVI, aproveitando-se das instabilidades causadas pelas invasões holandesas, comunidades de fugitivos do sistema escravista colonial começam a se formar na Serra da Barriga, no interior de onde hoje fica o estado de Alagoas, dando origem a diversos povoados que viriam ser o quilombo mais famoso da história do Brasil: Palmares.

Palmares era formado por diversos mocambos – povoados que produziam, comercializavam e conviviam em aliança – e tinha uma estrutura política que ainda gera debates entre os historiadores. Ao todo, no seu auge, o Quilombo dos Palmares atingiu uma população de cerca de 20 mil habitantes, mais de duas vezes a população da cidade do Rio de Janeiro na época, por exemplo.

A presença de um Estado paralelo ao colonial era extremamente ameaçadora aos objetivos portugueses. Durante mais de 100 anos, diversos escravos fugiram e foram recebidos em Palmares, eventualmente tornando-se guerreiros que resistiam aos avanços das tropas portuguesas. Além disso, ocorreram diversos ataques a engenhos por parte das forças de Palmares, causando imenso prejuízo aos senhores.

Derrubar Palmares demorou mais de um século, as forças locais resistiram (e muito) aos ataques portugueses, só sendo derrotadas pelas táticas infames de Domingos Jorge Velho, um bandeirante

especialista em massacres, que corriqueiramente era contratado pela Coroa portuguesa.

Das figuras proeminentes que resistiram ao tempo, surgem Ganga Zumba, Dandara e Zumbi, seu último líder, como símbolos de resistência à sociedade colonial.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Observe as figuras abaixo para responder à questão:



Figura 10.5: Monumento das Bandeiras – parte frontal.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Monumento_%C3%A0s_Bandeiras. Acesso em: 30 jul. 2022.



Figura 10.6: Monumento das Bandeiras – parte média.

Fonte: <http://aun.webhostusp.sti.usp.br/wp-content/uploads/%C3%A0s-bandeiras-1024x512.jpg>. Acesso em: 30 jul. 2022.



Figura 10.7: Monumento das Bandeiras – parte traseira.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sao_Paulo_Edo_15_Jul_06_26.JPG. Acesso em: 30 jul. 2023.

As imagens acima são fotografias de uma escultura em homenagem aos bandeirantes, que exploraram os sertões durante os séculos XVII e XVIII. É de autoria do escultor Victor Brecheret e levou mais de 10 anos para ser concluída. Faça uma análise crítica da obra, associando seus símbolos aos acontecimentos históricos explorados nesta aula.

Resposta comentada

Resposta pessoal. Dentre os símbolos presentes, seguem algumas possibilidades de análise: 1) os cavalos podem representar a característica terrestre do Movimento das Bandeiras, em oposição à expansão marítima, característica dos séculos XVI e XVII; 2) a quantidade de homens enfileirados, suspendendo e puxando a embarcação, revela a grande adesão ao movimento, patrocinado pela Coroa portuguesa; 3) o movimento da embarcação em ambiente terrestre pode sugerir o avanço territorial de Portugal, uma nação além-mares, rumo ao interior do Brasil; 4) os homens que empurram a embarcação diferem-se dos que estão à frente. São negros escravizados, acorrentados à própria embarcação.

Como sabemos, a força de tração traseira, de quem empurra, é superior à de quem puxa, o que pode sugerir que grande parte dos feitos dos bandeirantes se deu, em grande medida, às custas do trabalho dos negros escravizados.

Aspectos linguísticos

De acordo com Sílvia Elia (2003), a língua portuguesa no Brasil, no século XVII, deve ser descrita sob dois aspectos: o da língua culta e o da língua corrente. A primeira era comumente empregada nos centros urbanos, ao passo que a última predominava no meio rural.

Nas vilas e cidades havia sempre pequena elite, onde os reinóis eram maioria e, portanto, praticavam um falar muito próximo do da metrópole. Mas isso naturalmente não ocorria entre os nativos e mestiços, que já iam trazendo alterações à pronúncia e variadas inovações lexicais (ELIA, 2003, p. 80).

Teyssier (2004), no entanto, apresenta uma visão diversa da apresentada por Sílvia Elia (2003) ao destacar a *dimensão diastrática* dos dialetos em comparação à sua *dimensão diatópica*. Sobre esse aspecto, observemos as palavras do estudioso:

[...] as divisões “dialetais” são no Brasil menos geográficas que socioculturais. As diferenças nos modos de falar são mais sensíveis, em determinado lugar, entre um homem culto e seu vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível de cultura originários de duas regiões afastadas uma da outra (TEYSSIER, 2004, p. 100).



Tipos de variação linguística

Na primeira unidade deste curso – Aulas 1 a 4 –, tratamos dos tipos de variação linguística. Retomamo-los a seguir:

a) *Variação diatópica (ou regional)*: diz respeito às variantes linguísticas cujo emprego está associado aos falares de regiões distintas. Por exemplo, temos claramente uma diferença regional quanto ao emprego do paradigma da concordância em regiões rurais e urbanas.

b) *Variação diastrática (de escolaridade, de classe social, de faixa etária)*: diz respeito às variantes linguísticas que se caracterizam pelas diferenças percebidas em grupos sociais que convivem entre si. Nesse sentido, é possível observar usos distintos quanto ao grau de escolaridade (por exemplo, é mais provável que um indivíduo altamente escolarizado faça uso de um vocábulo como *imiscuir-se* do que um pouco escolarizado); classe social (por exemplo, o rotacismo presente em palavras como *framengo* e *bicicreta* é comum em algumas periferias do país); faixa etária (por exemplo, a expressão *valha-me Deus* tende a ser empregada por pessoas mais velhas, e não por jovens).

c) *Variação diafásica*: diz respeito às variantes que são escolhidas conscientemente pelo falante em virtude do registro, da situação de produção do discurso. Está associada à habilidade da *adequação sociolinguística*, isto é, à escolha pelo uso mais adequado para o contexto linguístico em que se está inserido no momento da enunciação. Sendo assim, um falante tende a fazer escolhas mais formais e próximas à prescrição normativa em contextos linguísticos mais monitorados e formais, ao passo que se permite o emprego de variantes de pouco prestígio (e até de variantes estigmatizadas) quando fora desses contextos.

d) *Variação histórica*: diz respeito aos usos linguísticos que são característicos de uma época anterior da língua. O pronome de tratamento *vossa mercê*, por exemplo, que resultou na forma *você*, não é mais empregado no português contemporâneo.

A tese de Teyssier (2004) sobre a distribuição dialetal no Brasil parece-nos mais adequada que a defendida por Sílvia Elia (2003), dado que as descrições históricas revelam que o português era língua minoritária no Brasil colonial, tendo seu uso praticamente restrito à elite cultural e econômica, quase sempre de naturalidade ou ascendência portuguesa. Dessa maneira, quem falava o português culto o fazia à moda de Portugal, sob todos os aspectos.

No século XVII, a despeito de o português ainda ser uma língua minoritária em comparação às línguas gerais, seu uso se tornou progressivamente mais frequente, como uma consequência natural da urbanização crescente. Como sabemos, nos séculos XVII e XVIII, o Movimento das Entradas e Bandeiras fez surgir vários novos núcleos urbanos. Sobre esse assunto, vejamos o que diz Sílvia Elia (2003, p. 83):

O bilinguismo luso-tupi estava fadado à extinção. Várias causas para isso concorreram. Em primeiro lugar a maior difusão da língua portuguesa, com a fundação de novas cidades, fonte de irradiação da cultura e da língua dos colonizadores. Deve-se tomar em conta também a entrada de negros africanos. As estatísticas existentes não permitem um cálculo seguro. A tendência é para uma cifra, no total, de quatro milhões. Os negros iam aos poucos absorvendo mais a língua portuguesa que a geral tupi-guarani, que progressivamente abandonavam. Não viviam em florestas; trabalhavam nas casas grandes, no eito, em serviços domésticos ou de artesanato. Estavam assim em constante contato com os feitores, os seus senhores e senhorzinhos, os patrões e as sinhozinhos. Com eles se comunicavam em português, num português estropeado, mas ainda português. Foram, portanto, um dos fatores da difusão da língua portuguesa no Brasil. Os próprios índios pela mestiçagem, em várias gerações de mamelucos, mais tarde “caboclos”, igualmente vieram adotar a língua portuguesa. Demais, durante o período, não cessou o afluxo de portugueses para o Brasil. Convém ainda sublinhar que o governo português procurou sempre administrar o Brasil com base jurídica, o que permitiu a constituição de uma sociedade organizada, que pôde encontrar as vias necessárias para o desenvolvimento da colônia. O que significa não o predomínio das culturas afro-índias mas a sua progressiva integração nos moldes básicos da civilização europeia (religião, moral, língua, letras, ciências e artes).

Vale ressaltar que Portugal, nesse período, sob domínio do reinado espanhol, sofreu forte influência do castelhano, principalmente nas classes cultas, tendo sido considerado a língua da moda. Inclusive, segundo Pilar Cuesta (1986 *apud* ELIA, 2003, p. 82), não foram poucos os autores portugueses com publicações em castelhano nesse período:

Não costumam estudar-se nas histórias da literatura espanhola as obras em castelhano dos autores portugueses bilíngues dos séculos XVI e XVII, com exceção de Gil Vicente. E foram estes, no entanto, suficientemente numerosos para dar lugar ao aparecimento de um embrião de língua literária com características próprias.

Não obstante esse fato linguístico ocorrido em Portugal, não há indícios de que houve influência do castelhano sobre o uso do português no Brasil. Além disso, o apreço dos portugueses pela língua espanhola extinguiu-se após o período da Restauração, quando os portugueses, sob um forte sentimento nacionalista, de independência, passaram a valorizar sua língua natal sobre todas as outras.

Segundo Mattoso Câmara Jr. (1955), poucos são os estudos linguísticos sobre o português empregado no Brasil nesse período. Embora reconheçamos, hoje, as contribuições das línguas autóctones e alóctones, amplamente empregadas no período colonial, para a constituição do português do Brasil, as produções escritas brasileiras remanescentes do século XVII não se distinguem, em seu aspecto gramatical, daquelas produzidas em território europeu. A diferença que se nota, sobretudo na escrita literária desse período, é a presença de elementos lexicais próprios da nossa fauna, flora e costumes, originários de línguas indígenas e/ou africanas.

Como ilustração desse fato, Sílvia Elia (2003) recorre à análise do professor Segismundo Spina sobre a poesia de Gregório de Matos, considerado o maior poeta barroco do Brasil Colônia. Uma vez que a poesia, por sua própria natureza, favorece o emprego de uma linguagem mais próxima da oralidade, seria natural observar em sua estrutura evidências que indicassem aspectos próprios do português falado no Brasil. No entanto, embora o referido estudioso reconheça, no texto de Gregório de Matos, a presença de brasileirismos, no que tange ao repertório vocabular, não identifica distinções no que diz respeito aos aspectos gramaticais, isto é, à morfossintaxe.

Por isso, Sílvio Elia (2003) considera que não há motivos para acreditar que a língua portuguesa praticada na América e na Europa fossem distintas, isso porque o uso culto da língua escrita lá e aqui eram (e ainda são) muito semelhantes. Sobre esse assunto, vejamos a passagem abaixo, na qual o estudioso compara as duas variedades do português:

Ainda aqui Brasil e Portugal estão bastante próximos, como seria de esperar. Mesmo porque a norma culta tem apoio na língua escrita, e *scripta manent*. Contudo, se divergências há, são mínimas, pois o uso brasileiro não se choca frontalmente com o uso do português (ELIA, 2003, p. 88)

Embora, nesse trecho, Sílvio Elia (2003) fale da realidade sincrônica dos fatos linguísticos, há de se crer que a comparação também valha para o período colonial, visto que os registros escritos da época entre o português brasileiro e o europeu se assemelham. Esse fato também leva Mattoso Câmara Jr. (1955) a considerar que o português escrito no Brasil Colônia era uma “imitação da Metrópole”.

Todavia, é importante ressaltar que essa realidade da modalidade escrita não era a mesma para a língua falada, como evidenciam os registros históricos. Na modalidade oral, grande parte da população fazia uso de um semicrioulo, em virtude de boa parte de a população indígena e africana viver em situação de bilinguismo, no qual o português era empregado para fins específicos e, por isso, menos frequente.

Infelizmente, no entanto, não dispomos de registros orais do século XVII – dado que inexistiam tecnologias de gravação de fala – nem de textos escritos que se distingam, gramaticalmente, do português europeu praticado na época. O que há são relatos de historiadores que tratam da grande diversidade linguística existente. De acordo com Mattoso Câmara Jr. (1955), marcas do português brasileiro só começam a aparecer no texto escrito a partir do Romantismo, quando os autores brasileiros passam a valorizar os símbolos nacionais.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia os textos a seguir para responder à questão:

TEXTO I

Ao braço de Menino Jesus

(Gregório de Matos)

O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte
Mas a parte o faz todo, sendo parte
Não se diga, que é parte, sendo todo.

Em todo o Sacramento está Deus todo,
E todo assiste inteiro em qualquer parte,
Em qualquer parte sempre fica o todo.

O braço de Jesus não seja parte,
Pois que feito Jesus em partes todo,
Assiste cada parte em sua parte.

Não se sabendo parte deste todo,
Um braço, que lhe acharam, sendo parte,
Nos diz as partes todas deste todo.

Fonte: WISNIK, J. M. *Gregório de Matos*. Poemas escolhidos. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 114-115.

TEXTO II

Pragas se chorar mais por uma dama cruel

(D. Tomás de Noronha)

Não sossegue eu mais que um bonifrate,
 De urina sobre mim se vase um pote,
 As galas que eu vestir sejam picote,
 Com sede me deem água em açafate.

Se jogar o xadrez, me deem um mate,
 E jogando às trezentas, um capote,
 Faltem-me consoantes para um mote,
 E sem o ser me tenham por orate,

Os licores que beba sejam mornos,
 Os manjares que coma sejam frios,
 Não passeie mais rua que a dos fornos,

E para minhas chagas faltem fios,
 Na cabeça por plumas traga cornos,
 Se meus olhos por ti mais forem frios.

Fonte: D. TOMÁS DE NORONHA. *In*: ANTONIO MIRANDA, nov. 2021. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/portugal/tomas_de_noronha.html. Acesso em: 30 jul. 2022.

Os poemas acima são, respectivamente, de Gregório de Matos, poeta barroco brasileiro, e D. Tomás de Noronha, poeta barroco português. Compare os dois textos quanto à variedade linguística empregada. Justifique sua resposta.

Resposta comentada

Ambos os textos são redigidos em português culto, sem diferenças morfosintáticas que sejam específicas das variedades brasileira ou europeia do português. O que se nota de diferente é a seleção vocabular, como, por exemplo, o emprego de algumas palavras no segundo texto que soam incomuns ao português brasileiro moderno: *açafate* e *bonifrate*, por exemplo. Tais semelhanças corroboram a defesa feita pelos linguistas e historiadores de que o português culto empregado no Brasil no século XVII, período do Movimento Barroco, não se distinguia substancialmente da variedade europeia.

Conclusão

A trajetória de uma língua é sempre marcada por múltiplos fatores, tanto de ordem cognitiva quanto social. Os estudos linguísticos empreendidos em diversas línguas naturais evidenciam que jamais uma língua se mantém estática, inalterável. Os seres humanos, à medida que usam a língua, elaboram um novo léxico e reformulam a estrutura gramatical, seja para fins econômicos, seja para fins de maior expressividade linguística.

Não obstante esse fato, podemos declarar que, quando as mudanças linguísticas são relativas à valorização de seu uso e à sua consequente expansão, isso se deve mais às políticas linguísticas, sejam elas deliberadas ou não. No Brasil do século XVII, por exemplo, a expansão progressiva do uso da língua portuguesa é fortemente influenciada pelos valores culturais impostos às sociedades modernas, que precisam incorporá-los como meio para sua subsistência.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Julgue as alternativas abaixo como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

- a) () O período filipino tem como uma de suas características a aliança entre Portugal e Espanha, oriunda do reinado de Filipe II, rei da Espanha e parente de D. Sebastião, rei de Portugal, que não deixou descendentes.

- b) () O período filipino foi marcado por inúmeros conflitos territoriais, que envolveram a disputa de corsários franceses, ingleses e holandeses por território brasileiro, em especial o litoral.
- c) () Boa parte do território do Nordeste brasileiro, como Recife, parte do Sergipe, Ceará e Alagoas, já constituiu território holandês no século XVII. Nesse período, houve um acordo entre Portugal e Holanda, em que ambos demarcam o território brasileiro pertencente a cada país.
- d) () No período pós-filipino, destaca-se o Movimento das Entradas e Bandeiras, que se caracteriza pela expansão geográfica do território brasileiro em direção ao seu interior. Ao Movimento das Entradas é atribuída, especialmente, a configuração geográfica atual do Brasil.
- e) () A língua portuguesa, no século XVII, continuou sendo língua minoritária no Brasil, sem evidências de que seu uso tenha sido ampliado em relação ao século XVI.

Resposta comentada

a) (V)

b) (V)

c) (F) Embora seja verdade que boa parte do Nordeste brasileiro, como Recife, parte do Sergipe, Ceará e Alagoas tenha pertencido à Holanda no século XVII, é falsa a declaração de que houve um acordo de demarcação de território entre as nações. Na verdade, a ideia de um acordo chegou a existir, tendo sido proposta, em carta, pelo padre Antônio Vieira, mas ele não se realizou. No período da Restauração, em 1645, portugueses, descendentes de portugueses, indígenas e negros se mobilizaram para a expulsão dos holandeses, tendo atingido êxito em seus planos em 1654, com a saída dos holandeses remanescentes do país.

d) (F) Apesar de a primeira afirmação ser verdadeira, a de que o Movimento das Entradas e Bandeiras é responsável pela expansão geográfica do território brasileiro no século XVII, é falsa a declaração de que a configuração geográfica atual do Brasil é atribuída ao Movimento das Entradas. Na verdade, atribui-se ao Movimento das Bandeiras, que, diferentemente do primeiro, desrespeitou o Tratado de Tordesilhas, conquistando território anteriormente pertencente à Espanha.

e) (F) É verdade que, no século XVII, a língua portuguesa continuou sendo minoritária no Brasil, mas é falsa a afirmação de que não haja

evidências da ampliação de seus usos. Como vimos, a expansão do uso do português é uma das consequências da ampliação dos núcleos urbanos.

Resumo

Nesta aula, estudamos o contexto histórico e linguístico do Brasil do século XVII. No que tange aos aspectos históricos, vimos que o século XVII pode ser mais adequadamente descrito em dois períodos: o filipino (1580 a 1640) e o pós-filipino (de 1640 a 1700).

O primeiro é caracterizado pela disputa entre nações europeias pelo território brasileiro, sobretudo o seu litoral. Na primeira metade do século XVII, houve invasão portuguesa no território do Maranhão entre 1612 e 1615, bem como invasão holandesa na cidade de Salvador, na Bahia, entre 1624 e 1625, e na região de Recife, sendo esta relativamente bem-sucedida, uma vez que durou de 1630 a 1654. Grande parte do sucesso alcançado na reconquista do território se deveu à aliança entre Portugal e Espanha, sob a regência de Filipe II, Filipe III e Filipe IV, já que os dois países puderam juntar sua força bélica na disputa e manutenção do território.

O segundo período – o pós-filipino – é caracterizado por dois eventos principais: a Restauração da Coroa portuguesa e o Movimento das Entradas e Bandeiras, que possibilitou a expansão geográfica do território brasileiro. Inclusive, estes foram os movimentos responsáveis pela configuração geográfica que o Brasil tem hoje.

A expansão do território brasileiro propiciou também a formação de novos núcleos urbanos, que, por sua vez, levaram ao aumento do uso da língua portuguesa. Embora, no século XVII, o português estivesse ainda longe de ser uma língua majoritária, as cidades, com seu olhar voltado para os bens e valores culturais, em conformidade com as grandes metrópoles europeias, valorizavam o uso do português sobre todas as outras línguas. Dessa forma, paulatinamente, até os negros escravizados e indígenas, que antes se comunicavam quase exclusivamente em línguas gerais, ao se dedicarem mais aos trabalhos artesanais e domésticos e conviverem mais intimamente com o homem branco, passaram a fazer um uso mais frequente do português.

Referências

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *A língua literária*. Rio de Janeiro: Editorial Sul-América, 1955.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.

SERRANO, Jônatas. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1968.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

Aula 11

Raízes e trajetórias do português
brasileiro: fase colonial – século XVIII

*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Apresentar o contexto histórico e linguístico do Brasil do século XVIII, com especial ênfase nos fatos históricos que favoreceram a expansão progressiva do uso do português em território brasileiro.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender os aspectos históricos principais do Brasil do século XVIII, com foco nos eventos ocorridos entre 1750 e 1800, sob influência iluminista;
2. reconhecer as políticas linguísticas pombalinas, fundamentais para a expansão do uso da língua portuguesa no Brasil.

Introdução

A imagem a seguir é uma ilustração da tela *O sono da razão produz monstros* (1799), de Francisco Goya, pintor espanhol do final do século XVIII:



Figura 11.1: *O sono da razão produz monstros*, obra de Francisco de Goya (1799).

Fonte: <https://www.consueloblog.com/wp-content/uploads/2015/10/Goya-Frase.jpg>. Acesso em: 3 ago. 2022.

Criada sob uma atmosfera iluminista, a tela de Goya reflete o contraste entre crença e razão. O homem da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, compelido pelos avanços científicos e pela efervescência intelectual da época, vê, na ciência e em seus métodos, os melhores instrumentos para entender o mundo e resolver seus problemas. Sob esse ponto de vista, a razão, entendida como um meio adequado de investigar e descrever o mundo, é considerada fundamental para a sociedade. Logo, a ausência da razão – ou o seu adormecimento, conforme sugere a imagem – seria a principal responsável pela existência das crenças humanas, frutos da fantasia ou de uma leitura errônea da realidade dos fatos.



O iluminismo

O iluminismo foi um movimento intelectual do século XVIII, cujo principal aspecto foi a valorização da ciência e da razão. Foi motivado por uma série de avanços científicos da época, como, por exemplo: a) a descoberta de Copérnico de que a Terra gira ao redor do sol, e não o contrário; b) a descrição de leis da natureza e da física (Galilei; Newton); c) o desenvolvimento do método racional (Descartes); entre outros.

Optamos por iniciar esta aula com uma obra de arte que reflete o pensamento iluminista porque esse movimento intelectual exerce grande influência sobre o pensamento e a cultura do homem do século XVIII, bem como sobre os acontecimentos históricos desse período. Nessa esteira, o pensamento de Hume, Voltaire, D'Alembert, Diderot, Rousseau, Kant, entre outros, motiva uma nova visão de sociedade e de estrutura política.

Sob a orientação do pensamento iluminista, por exemplo, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como o marquês de Pombal, de quem vamos falar bastante nesta aula, encontra uma justificativa para expulsar os jesuítas do país – que detinham certa autonomia política e econômica – e concentrar ainda mais poder político nas mãos da Coroa portuguesa. Da mesma maneira, a Conjuração Mineira, considerada o movimento político precursor da independência do Brasil, foi grandemente motivada pelos textos iluministas europeus a que a elite intelectual mineira teve acesso.

Segundo Chauí (2019, p. 57), o período iluminista crê nos poderes da razão – chamada de *As Luzes* – e afirma que:

- pela razão, o homem pode conquistar a liberdade e a felicidade social e política;
- a razão é capaz de evolução e progresso, e o homem é um ser perfectível. A perfectividade consiste em libertar-se dos preconceitos

religiosos, sociais e morais, em libertar-se da superstição e do medo, graças ao conhecimento, às ciências, à arte, à moral;

- o aperfeiçoamento da razão se realiza pelo progresso das civilizações, que vão das mais atrasadas (também chamadas de “primitivas” ou “selvagens”) às mais adiantadas e perfeitas (as da Europa Ocidental);
- há diferença entre natureza e civilização, isto é, a natureza é o reino das relações necessárias de causa e efeito ou das leis naturais universais e imutáveis, enquanto a civilização é o reino da liberdade e da finalidade proposta pela vontade livre dos próprios homens, em seu aperfeiçoamento moral, técnico e político.

Vale ressaltar, no entanto, que os fatos históricos relevantes para o Brasil Colonial do século XVIII não se restringem ao período de 1750 a 1800. Como veremos nesta aula, na primeira metade do século XVIII, a disputa pelo território brasileiro com nações estrangeiras e a expansão geográfica por meio das entradas e das bandeiras, acontecimentos já presentes no século XVII, impactam, dentre outros fatores, a configuração do território brasileiro e a manutenção das terras sob domínio de Portugal.

Além de tratar dos fatos que explicam a trajetória do Brasil rumo à independência, nesta aula, exploraremos os eventos e as políticas linguísticas que têm impacto direto sobre o uso da língua portuguesa no Brasil. Por esse motivo, organizamos esta aula em duas partes, seguindo a mesma estrutura proposta nas duas aulas anteriores desta unidade – Aulas 9 e 10. Sendo assim, na primeira seção, trataremos dos aspectos históricos do Brasil Colonial do século XVIII; na segunda, dos aspectos linguísticos atinentes ao mesmo período.

Bons estudos!

Aspectos históricos

Segundo Sílvio Elia (2003), há cinco principais fatos que caracterizam o Brasil do século XVIII. Na primeira metade do século, destacam-se as invasões francesas, o bandeirantismo (e o seu ciclo de povoamento) e a colonização do Sul do país. Na segunda metade, o regime pombalino e a Conjuração Mineira. Nesta aula, iremos nos concentrar na narração desses eventos, em conformidade, portanto, com a organização proposta por Elia (2003).

Nos anos de 1710 e 1711, ocorreram duas invasões francesas à cidade do Rio de Janeiro. A primeira foi comandada pelo capitão de fragata Jean François Duclerc e representou, na verdade, uma tentativa de invasão, uma vez que a ação não foi bem-sucedida. As tropas foram recebidas pela artilharia da costa do Rio de Janeiro e desviaram o seu curso para Guaratiba, onde desembarcaram. Dessa forma, os franceses precisaram caminhar longos quilômetros até a batalha no Centro, e, quando finalmente chegaram, foram recebidos por forte resistência dos locais (basicamente estudantes e escravos), que venceram a batalha e aprisionaram mais de 300 franceses, incluindo Duclerc, que posteriormente foi morto.



O soldo do santo

Enquanto as batalhas contra Duclerc e seus homens tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro, no convento de Santo Antônio, localizado no Largo da Carioca, a imagem do santo que dá nome ao convento foi posicionada nos muros do prédio, virada para a zona de conflito, observando do alto a performance dos cariocas, que venciam a batalha com ferocidade, mesmo não tendo uma força militar minimamente profissional.

A vitória foi creditada à proteção do santo, e a ele foi concedida patente militar e um soldo de acordo. Esse soldo era usado para promover festas religiosas, cuidar da infraestrutura do convento e outras coisas, mas, ao mesmo tempo, é um fato que ilustra, ainda que de maneira anedótica, a fortíssima proximidade entre Igreja e Estado no período.

A crescente influência dos ideais iluministas foi afastando Estado e Igreja durante o governo de Pombal, mas, depois de algumas décadas, o santo voltou a ser promovido, e assim foi até 1911, quando Igreja e Estado já estavam bem separados e financiar uma crença parou de fazer sentido para os cofres públicos.

Um ano depois, os franceses voltaram para a segunda invasão, só que agora com uma frota muito maior, sob a premissa de resgatar os prisioneiros franceses e vingar a morte de Duclerc. Dessa vez o ataque foi bem-sucedido, mas, diferentemente das invasões características do século XVII, representou um assalto pirata. Mais especificamente, o corsário Duguay-Trouin não só conseguiu desembarcar suas tropas na cidade do Rio de Janeiro, como saqueou bens e sequestrou o governador, tendo exigido dinheiro para o seu resgate. Depois desses dois eventos, não houve mais registros de tentativa de invasão estrangeira ao Brasil.

Isso não quer dizer, no entanto, que a disputa por terras tivesse acabado por aí. No solo latino-americano, Portugal e Espanha continuaram brigando entre si por domínio de território, a despeito da existência do Tratado de Tordesilhas, que estipulava as áreas pertencentes a cada um dos países.

Como vimos na última aula, uma das características do bandeirantismo era a expansão terrestre, do leste (litoral) ao oeste (aos sertões), sem que fossem respeitados os limites do referido tratado. Essa disputa pelo território alheio se acentuava nas áreas ainda inexploradas (ou pouco exploradas) e não colonizadas. Um caso exemplar é do extremo sul do país, colonizado mais tardiamente. A região foi duramente disputada por Espanha e Portugal, com vantagem final para a Espanha. É por esse motivo que, em dimensões territoriais, o Sul do Brasil é muito menor quando comparado à região Norte, por exemplo. Os conflitos cessaram em 1750, em novo tratado entre os dois países – conhecido como Tratado de Madri –, em que fica atribuída a região sul-rio-grandense ao Brasil.

Também vimos, na Aula 10, que os movimentos das entradas e das bandeiras, principais responsáveis pela configuração territorial do Brasil atual, tinham o objetivo inicial de buscar riquezas minerais – em ouro, prata e pedras preciosas –, bem como de escravizar os índios para o trabalho em lavouras. No entanto, no século XVIII, os referidos movimentos apresentaram novos ciclos, em especial o bandeirantismo. Para exercer domínio e posse sobre o território, foi necessário também dar início ao ciclo do povoamento, segundo Vianna (1970).

O ciclo de povoamento foi concomitante ao ciclo do ouro. No Brasil, sobretudo nas regiões auríferas, como Minas Gerais, houve um grande movimento migratório de portugueses. Segundo Boxer (*apud* ELIA, 2003, p. 91), “‘meio Portugal’ estava emigrando para as minas, várias autoridades modernas, opinam que não menos de 800.000 pessoas

chegaram a Minas Gerais”. Além disso, a importação de negros escravizados da África também aumentou substancialmente. Conforme Linhares (2016, p. 155), calcula-se que tenham desembarcado, no Brasil, cerca de 1.891.400 escravos apenas no século XVIII.

A primeira metade do século XVIII também se caracteriza, junto ao ciclo de povoamento, pela formação de novas cidades e pelo esvaziamento da mão de obra escrava nas regiões agrícolas, em virtude das novas configurações sociais, que passaram a valorizar cada vez mais a vida nas regiões urbanas. Essa mudança repentina e pouco planejada trouxe problemas quanto à produção e à oferta de gêneros alimentícios, segundo Elia (2003, p. 91):

Com o esvaziamento de braços na faina agrícola, caiu a produção de alimentos. Deu-se então o conhecido fenômeno concretizado na fábula de Fedro do galináceo faminto que encontra uma pérola no monturo onde procurava o que comer. O governador do Rio de Janeiro informava à Coroa “que a carência de artigos de mantimentos era tão crítica, que muitos mineiros tinham sido obrigados a abandonar suas jazidas de ouro e estavam errando pelos matos com seus escravos em busca de caça, peixes ou frutas, a fim de se alimentarem” (BOXER, 1963, p. 59).

Os avanços urbanísticos, sociais e econômicos alcançados na primeira metade do século XVIII foram tão prósperos que, nesse período, o Brasil superou Portugal. De acordo com Linhares (2016, p. 164), “foi por volta de meados do século XVIII que se tornou evidente ter-se transformado o Brasil em peça mestra dos domínios lusos, superando a própria metrópole em peso econômico e demográfico”.

Na segunda metade do século XVIII, mais especificamente de 1750 a 1777, ocorreu o período pombalino, em que Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como **marquês de Pombal**, exerceu o cargo de primeiro-ministro de Portugal. Tendo sido nomeado por Dom José I, rei de Portugal da época, o marquês de Pombal intensificou ainda mais o regime absolutista, impondo suas leis a todos.

Marquês de Pombal

Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal e conde de Oeiras (1699 – 1782), foi um nobre português notabilizado pelo período em que foi secretário de Estado do Reino de D. José I pelo longo período de 1750 a 1777. Muito influenciado pelos ideais iluministas, Pombal promoveu uma série de reformas que indicavam uma modernização do Estado português, ao mesmo tempo que aumentava a repressão estatal sobre seus cidadãos para garantir que as reformas acontecessem.



Figura 11.2: Marquês de Pombal.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sebasti%C3%A3o_Jos%C3%A9_de_Carvalho_e_Melo#/media/Ficheiro:Retrato_do_Marqu%C3%AAs_de_Pombal.jpg. Acesso em: 10 fev. 2023.

Nesse período, Portugal era considerado uma das nações menos prósperas da Europa e apresentava diversos problemas administrativos. No intuito de solucionar esses problemas, o marquês de Pombal realizou uma série de reformas bem características, que combinavam, de forma pouco articulada, o regime monárquico absolutista com o racionalismo iluminista, cujas ideias efervesciam na época. A união desses dois sistemas resultou no que ficou conhecido por *despotismo esclarecido*. Nesse sentido, mantinha-se o poder autoritário – já que o déspota é aquele que detém o poder –, mas à luz da razão e da ciência.

As reformas pombalinas, que atingiram todas as áreas da vida humana – política, administrativa, econômica, cultural, educacional e religiosa – trouxeram alguns avanços para a sociedade luso-brasileira. No Brasil, favoreceu a configuração das cidades e a ascensão da burguesia. Não obstante, mantinha-se o sistema de exploração colonial, embora agora sob uma relação mercantil. O fisco tornou-se, nas mãos do marquês de Pombal, ainda mais rígido, com a cobrança anual da Derrama sobre os mineradores, um imposto altamente elevado, que girava em torno de 1.500 quilos de ouro destinados à Coroa portuguesa.

No Brasil do século XVIII, os jesuítas desfrutavam de alto prestígio, além de certa autonomia política e econômica. Não tardou que esse fato despertasse a antipatia do marquês de Pombal, que, sedento pela

concentração absoluta do poder, declarara guerra aos jesuítas. Vejamos o que diz Boris Fausto, em sua obra *História concisa do Brasil*, sobre esse aspecto:

O controle da Coroa sobre a Igreja foi em parte limitado pelo fato de que a Companhia de Jesus até a época do marquês de Pombal (1750-1777) teve forte influência na corte. Na colônia, o controle sofreu outras restrições. De um lado, era muito difícil enquadrar as atividades do clero secular, disperso do território; de outro, as ordens religiosas conseguiam alcançar maior grau de autonomia. A maior autonomia das ordens dos franciscanos, mercedários, beneditinos, carmelitas e principalmente jesuítas resultou de várias circunstâncias. Elas obedeciam a regras próprias de cada instituição e tinham uma política definida com relação a questões vitais da colonização, como a indígena. Além disso, na medida em que se tornaram proprietárias de grandes extensões de terra e empreendimentos agrícolas, não dependiam da Coroa para sua sobrevivência (FAUSTO, 1999, p. 30).

Como a presença de padres também era constatada em muitos movimentos de rebelião contra o regime da escravidão, os jesuítas acabaram sendo expulsos do Brasil em 1759. Segundo fontes históricas, o estopim foi “a tentativa de assassinato de Dom José I pela facção do marquês de Távora” (ELIA, 2003, p. 99).



Como uma tentativa de assassinato em Portugal levou à expulsão dos jesuítas no Brasil?

Logo no início de seu governo, Pombal teve que lidar com uma catástrofe que destruiu completamente Lisboa: o terremoto de 1755.

O terremoto foi seguido por um maremoto e diversos incêndios, que tornaram Lisboa quase inabitável. Nesse cenário de caos, enquanto a cidade estava sendo reconstruída, atentaram contra a vida do rei D. José I, que sobreviveu.

Esse atentado foi creditado à casa dos Távora, uma família rival, e quem tomou as rédeas do processo foi Pombal, que fez um dos

julgamentos mais violentos e acelerados da história, no qual até as testemunhas de acusação foram torturadas, resultando em sentenças que objetivavam a morte de todos da família Távora e envolvidos próximos, pelo crime de tentativa de regicídio.

Aproveitando-se do poder excessivo que gozava no governo de D. José I, e do estado de caos que possibilitara julgamentos rápidos e severos, Pombal acusou boa parte de seus adversários políticos de estarem envolvidos de alguma forma no atentado, dentre eles, o jesuíta Gabriel Malagrida, forte adversário político e ideológico de Pombal, que divulgava uma explicação menos racional e mais religiosa para o terremoto.

Essa explicação escancarou a divisão dentro das forças políticas portuguesas: de um lado, os jesuítas com certa autonomia e bastante poder, principalmente no Brasil, balizados num ideal religioso; de outro, Pombal, que visava centralizar poder na mão da Coroa e tinha como norte os ideais iluministas.

O julgamento de Malagrida explode uma crise com os jesuítas e, diante disso, Pombal dá um ponto final à disputa de poder entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa, colocando a companhia na ilegalidade, o que possibilitou o confisco de seus bens e terras por parte do governo, e a expulsão dos jesuítas do Brasil.

A expulsão foi realizada em péssimas condições, acarretando a morte de vários missionários, além disso, também teve forte impacto sobre o sistema educacional colonial.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas, o que sofreu o Brasil não foi uma reforma do ensino, mas a destruição pura e simples de todo o sistema colonial do ensino jesuítico. Não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu sem que essa destruição fosse acompanhada de medidas imediatas, bastante eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão.

Também no período pombalino, a elite europeia e a brasileira sofreram forte influência do racionalismo iluminista, perspectiva que favoreceu uma reflexão profunda sobre as bases econômicas da vida social e política.

Por terem se graduado na Europa e terem tido acesso a essa literatura, não tardou que muitos brasileiros se insurgissem contra o regime absolutista, em um movimento que visava à independência do país. Embora frustrados, na medida em que não atingiram seu objetivo, as duas conspirações brasileiras contra a monarquia – a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, e a Conjuração Mineira, em Minas Gerais – já pregavam em certo ponto a libertação dos escravos, a implantação da República e a quebra do “detestável jogo metropolitano de Portugal” (ELIA, 2003, p. 100).

Dos dois movimentos, a Conjuração Mineira – também conhecida como Inconfidência Mineira – teve maior repercussão, sobretudo porque Minas Gerais era o principal centro econômico, político e cultural do país, contando com mais de 300 mil pessoas. No entanto, infelizmente, o movimento foi duramente combatido e cruelmente punido por Portugal. Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, principal expoente do movimento separatista, foi morto e teve partes de seu corpo penduradas em via pública, como meio de ilustrar aos brasileiros as consequências de uma nova rebelião de cunho separatista. Não obstante, o desejo por uma nação independente e livre não morrera com Tiradentes, como veremos na próxima aula.



Figura 11.3: Monumento a Tiradentes situado em frente ao palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro. Tal prédio foi construído para ser sede da Câmara Federal nos anos 1920, reforçando a simbologia da figura histórica como marco republicano.

Fonte: Halley Pacheco de Oliveira. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_a_Tiradentes.jpg. Acesso em: 10 fev. 2023.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Leia parte do prefácio da obra *A filosofia do iluminismo*, de Ernst Cassirer (1992), para responder à questão:

[...] Prossegue D'Alembert – “aos meados do século em que vivemos, aos acontecimentos que nos agitam ou que, pelo menos, nos ocupam, aos nossos costumes, às nossas obras e até as nossas conversas, é muito difícil passar despercebida a extraordinária mudança que, sob múltiplos aspectos, ocorreu em nossas ideias; mudança essa que, por sua rapidez, parece prometer-nos uma ainda maior. Cabe ao tempo fixar o objeto, a natureza e os limites dessa revolução, cujos inconvenientes e cujas vantagens a nossa posteridade conhecerá melhor do que nós. O nosso século é chamado o Século da Filosofia por excelência. Se examinarmos sem prevenção o estado atual dos nossos conhecimentos, não se pode deixar de convir que a filosofia registrou grandes progressos entre nós. A ciência da natureza adquire a cada dia novas riquezas; a geometria, ao ampliar os seus limites, transportou seu facho para as regiões da física que se encontravam mais perto dela; o verdadeiro sistema do mundo ficou conhecido, foi desenvolvido e aperfeiçoado. [...] Não obstante, a invenção e o uso de um novo método de filosofar, a espécie de entusiasmo que acompanha as descobertas, uma certa elevação de ideias que em nós suscita o espetáculo do universo, todas essas causas tiveram que excitar nos espíritos uma viva fermentação. Essa fermentação, agindo em todos os sentidos por sua natureza, envolveu com uma espécie de violência tudo o que se lhe deparou, como um rio que tivesse rompido seus diques. Assim, desde os princípios das ciências profundas até os fundamentos da Revelação, desde a metafísica até as questões de gosto, desde a música à moral, desde os direitos dos príncipes aos direitos dos povos, desde a lei natural até as leis arbitrárias das nações, numa palavra, desde as questões que mais profundamente nos tocam até as que só superficialmente nos interessam, tudo foi discutido, analisado e, no mínimo, agitado. Uma nova luz sobre alguns objetos, uma nova obscuridade sobre vários, foi o fruto ou a consequência dessa efervescência geral dos espíritos: tal como o efeito do fluxo e do refluxo do oceano é carregar para as praias alguns materiais e delas afastar outros” (CASSIRER, 1992, p. 19-21).

No trecho acima, Cassirer transcreve o discurso de D'Alembert, filósofo iluminista do século XVIII. Associe o pensamento iluminista expresso no referido trecho aos fatos estudados nesta aula sobre o século XVIII.

Resposta comentada

Resposta pessoal. Espera-se que o aluno relacione o racionalismo iluminista tanto às reformas pombalinas quanto aos movimentos separatistas, bem como à Conjuração Mineira. De um lado, uma filosofia racional e ligada à ciência serviu como meio de questionar a função social da religião sobre a sociedade, o que favoreceu, em certa medida, a guerra travada pelo marquês de Pombal contra os jesuítas. De outro, a reflexão filosófica sobre as bases econômicas da vida social e política impulsionou a formação de movimentos que visavam à independência do país, com o objetivo de torná-lo uma república.

Aspectos linguísticos

No século XVIII, a educação brasileira era bem consolidada sob a administração jesuítica. Embora, no Brasil, não houvesse universidade, imprensa, tipografias, nem mesmo bibliotecas, os colégios jesuítas formavam brasileiros em diferentes níveis de ensino. Vejamos o que diz Pedro Calmon (sobre a futura criação de universidades no Brasil), em sua obra *História da civilização brasileira*:

Solução do futuro (quando chegasse o modo, e a moda, da instituição) não interferiu no problema do ensino jesuítico. Continuaram a administrá-lo como se tal categoria tivesse. Bacharelaram no primeiro século. Prosseguiram bacharelando, licenciando,

doutorando, com o barrete azul de uns, o branco de outros, os seus letrados e irrequietos discípulos; no século XVIII, em vários colégios maiores, que (para repetir Vieira) nada deviam aos da Europa (CALMON, 1960 *apud* ELIAS, 2003, p. 111).

Com a expulsão dos jesuítas em 1759, esse sistema de ensino ruiu, mas foi, posteriormente, reconstruído sobre novas bases. A educação linguística, na abordagem jesuítica, seguia o modelo europeu, uma vez que o latim era ensinado como língua principal e o português seguia os moldes da gramática latina. As reformas pombalinas educacionais, por sua vez, priorizaram o ensino do português, como podemos observar na passagem abaixo, de Sílvia Elia (2013, p. 99):

Imbuído das auras iluministas, Pombal combatia a pedagogia escolástica da *Ratio Studiorum* e a queria modernizar, fazendo-a mais científica que humanista ou literária. Daí a reforma da Universidade de Coimbra, que dava mais ênfase ao ensino de Matemática e das Ciências Naturais, e o apoio à prática de ensinar a gramática latina pela do português, ao contrário do que se vinha fazendo. Segundo Saraiva-Lopes, em sua História da Literatura Portuguesa, foi com o Colégio dos Nobres, fundado em 1761, que se puseram em prática “recomendações como a primazia no estudo do português sobre o latim”.

Além da política educacional supracitada, uma outra que ganhou grande repercussão e acelerou o processo de expansão do uso da língua portuguesa foi a criação do Diretório dos Índios de 1757, que, dentre outros assuntos, proibia a utilização das línguas gerais (ainda majoritárias). Abaixo, transcrevemos um trecho do parágrafo 6 do referido diretório:

Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Dominios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu proprio idioma, por ser indisputável, que este he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos Povos rusticos a barbaridade de seus antigos costumes; e tem mostrado a experiencia, que ao mesmo passo, que se introduz nelles o uso da Lingua do Principe, que os conquistou, se lhes radica tambem o affecto, a veneração, e a obediencia ao mesmo Principe. Observando pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente, e sólido systema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário,

que só cuidáráo os primeiros Conquistadores estabelecer nella o uso da Lingua, que chamaraõ geral; invenção verdadeiramente abominavel, e diabólica, para que privados os Indios de todos aquelles meios, que os podiaõ civilizar, permanecessem na rustica, e barbara sujeição, em que até agora se conservávaõ. Para desterrar este perniciosissimo abuso, será hum dos principaes cuidados dos Directores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Lingua Portuguesa, não consentido por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aquelles Indios, que forem capazes de instrucção nesta materia, usem da Lingua propria das suas Naçoens, ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na forma que Sua Magestade tem recômendado em repetidas ordens, que até agora se não observáraõ com total ruina Espiritual, e Temporal do Estado (FARACO, 2016, p. 98-99).

Inicialmente, o decreto promulgado no diretório dirigia-se apenas ao Pará e ao Maranhão, mas, em agosto de 1759, um novo alvará foi expedido, estendendo a lei a todo o território brasileiro.

Para Sílvia Elia (2003), a vitória progressiva do uso da língua portuguesa em relação às línguas gerais, até então predominantes, não foi consequência direta das leis linguísticas. Nas palavras do autor (2003, p. 120), a imposição do uso do português no lugar da língua geral “não criava fato novo, mas acelerava o desfecho irreversível de um processo sociolinguístico”, fortalecido pela urbanização cada vez mais crescente no país.

Num primeiro olhar, as reformas pombalinas para a área da educação, com uma política educacional de cunho mais científico, podem até parecer possuir um ar de vanguarda. Contudo, sob um olhar mais detido e cuidadoso, podemos chegar à conclusão de que pouco ou nenhum compromisso tinha a Coroa portuguesa com a formação de um homem mais livre e politizado, principalmente no Brasil. Vejamos as considerações de Ipanema (1976 *apud* ELIA, 2003, p. 112) sobre esse assunto:

Livros, por mãos de particulares, circularam – tudo indica que em pequenas quantidades – autorizados e proibidos, de forma crescente, desde os primeiros momentos da fixação, para as centúrias seguintes. O governo metropolitano, por vezes, divulgou os que lhe interessavam, mas seus órgãos de censura e orientação política tentaram barrar o que julgavam perniciosos ou que fossem impertinentes a seus objetivos.

Também sobre esse tópico, assim se manifesta Azevedo (1996, p. 550-551):

A primeira oficina tipográfica que se instalou no Brasil surgiu no Rio de Janeiro em 1747, mas foi extinta pouco depois por ordem do governo português. O primeiro jornal que se imprimiu no Brasil foi a Gazeta do Rio de Janeiro, em 1808, mas não passava de uma espécie de “Diário Oficial” do Governo Português transmigrado para o Rio de Janeiro. A Gazeta só foi possível graças à fundação, nesse mesmo ano de 1808, da Imprensa Régia pelo Príncipe Regente, D. João, já instalada a Corte no Brasil.

A despeito da “censura” existente, não era incomum que os brasileiros tivessem acesso às obras iluministas de base francesa. Isso se dava, sobretudo, porque muitos brasileiros natos iam estudar na Europa e, como consequência, traziam as ideias francesas para o Brasil, “contaminando” as elites intelectuais da época. Foi questão de tempo para que o pensamento iluminista insuflasse os intelectuais brasileiros contra o poder hegemônico de Portugal, conforme vimos na primeira seção desta aula.

No que tange à produção linguística propriamente dita, o uso cada vez mais frequente da língua portuguesa propiciou uma diversidade de estudos de cunho filológico, voltados para a descrição gramatical, ortográfica e lexicográfica do português. A professora Maria Filomena Gonçalves (1987), professora da Universidade de Évora, por exemplo, em pesquisa realizada sobre o tema, em 1987, levantou uma grande quantidade de produções no período. Só de obras sobre ortografia, a estudiosa cataloga sete, o que revela uma grande preocupação com a ortografia do português.

Nesse período, já era corrente a ideia de que a ortografia deveria ser regida por leis, como podemos observar no trecho abaixo (BACELAR, 1996 *apud* ELIA, 2003, p. 116):

A Orthographia Philosophica he huma Colleção de Leis, com que arrazoadamente escrevemos, ou representamos em charactêres aos ausentes os sons, acentos, e adjuntos, que aos presentes communicão os nossos conceitos.

Cabe lembrar que, até hoje, as convenções ortográficas são promulgadas por lei federal. Atualmente, nossa ortografia é regida pelo Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Sob esse ponto de vista, quem desrespeita a ortografia portuguesa comete uma contravenção, embora não haja punição prevista para esses casos.

Ainda sobre a ortografia, já nessa época, havia um dissenso sobre que modelo ortográfico adotar para a língua portuguesa. Segundo Bacelar (1996 *apud* ELIA, 2003), a ortografia se caracterizava por duas regras gerais: a) deve-se escrever como pronunciamos; b) deve-se escrever com as letras etimológicas.

Como sabemos, essas duas regras gerais são conflitantes. A primeira tem como base uma ortografia de ordem fonética; a última, por sua vez, considera a origem da palavra, com a manutenção de segmentos não sonoros – como o *h*, por exemplo – ou de segmentos que soam distintos da forma como escrevemos – em *táxi*, “x” tem som /ks/; em *exceto*, não possui som, por exemplo.

Como discutimos nas primeiras unidades deste livro, a ortografia fonética, embora mais simples, também apresenta obstáculos. Afinal, não é possível se escrever da mesma maneira como se fala. A representação escrita, mesmo que muito próxima à oralidade, sempre vai considerar uma determinada variedade linguística, usualmente aquela mais próxima à empregada pela elite intelectual e econômica dos grandes centros urbanos.

Paul Teyssier (2004, p. 95-96), em seus estudos sobre a evolução fonética, considera que, no século XVIII, é possível observar os primeiros traços que diferenciam o português brasileiro do europeu:

É também no decorrer do século XVIII que se documentam as primeiras alusões aos traços específicos que caracterizam o português falado no Brasil. D. Jerónimo Contador de Argote fala dos dialetos ultramarinos “como Índia, Brasil, etc.,” que, segundo ele, se particularizam pelo uso de um certo vocabulário exótico ou arcaico. Em 1767, Frei Luís do Monte Carmelo (*Compendio de Orthographia*) assinala pela primeira vez um traço fonético dos brasileiros, que é o de não fazerem distinção entre as pretônicas abertas (ex.: *padeiro*, *pregar*, *còrar*) e as fechadas (ex.: *cadeira*, *pregar*, *morar*). Jerônimo Soares Barbosa (*Grammatica Philosophica*, 1822) salienta o mesmo fato e acrescenta que os brasileiros dizem *minino* (por *menino*), *mi deu* (por *me deu*); que não chamam os -s implosivos (*mistério*, *fasto*, *livros novos*).

De acordo com Pinto (1978), essas considerações sobre as questões fonéticas só podem ser descritas a partir dos depoimentos deixados pelos autores sobre as impressões da diferença do uso linguístico entre Brasil e Portugal. Infelizmente, em virtude da inexistência de tecnologias que permitissem a gravação da oralidade no século XVIII, os textos da época a que temos acesso são basicamente de fonte literária, tanto ficcional quanto poética.

Por isso, segundo a estudiosa (1978), essas fontes revelam que, desde o início, a diferença observável entre o português brasileiro e o português europeu está mais atrelada ao aspecto lexical, com a forte presença de um léxico relativo à fauna e à flora local – como *caju*, *manga*, *cambucá* e *jabuticaba* –, bem como à diferença de normas. Sob essa ótica, Pinto (1978) sustenta a ideia de que as duas variedades constituam um mesmo sistema, isto é, uma mesma língua. Não obstante, como discutiremos melhor na última unidade deste livro, essa é uma posição que divide os linguistas.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia o trecho abaixo, extraído do livro *História da língua portuguesa*, de Paul Teyssier (2004, p. 94-95):

Durante muito tempo o português e o tupi viveram lado a lado como línguas de comunicação. Era o tupi que utilizavam os bandeirantes nas suas expedições. Em 1694, dizia o Padre Antônio Vieira que “as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa vão os meninos aprender à escola. Na segunda metade do século XVIII, porém, a língua geral entra em decadência [...].

Propositamente, omitimos a continuidade do parágrafo, em que Teyssier começa a discorrer sobre os motivos que levaram as línguas gerais à obsolescência. Com base no que você aprendeu nesta aula, desenvolva o restante do parágrafo, apresentando os prováveis motivos para o referido fato.

Resposta comentada

Espera-se que o aluno narre alguns dos fatos que favoreceram a expansão do uso da língua portuguesa na metade do século XVIII, tais como: a) a chegada de numerosos imigrantes portugueses em busca de ouro e pedras preciosas; b) a urbanização crescente; c) a criação do Diretório de 1757, com a promulgação de lei que impunha o uso exclusivo da língua portuguesa; d) implantação de políticas educacionais centradas no ensino de português, e não de latim.

Conclusão

O século XVIII, conhecido como o período das luzes, representa um importante momento para a sociedade ocidental. Como vimos na abertura desta aula, por meio da análise da tela de Francisco de Goya, as luzes da razão, refletidas pela ciência e seus métodos, representam o melhor meio para afastar o homem das trevas da ignorância.

Precisamos reconhecer que a busca pela verdade científica, em certo sentido, é utópica. O homem, por sua natureza, sempre será governado por um sistema de crenças, mesmo que tais crenças sejam vencidas, uma a uma, à luz da ciência (ou de uma nova versão de ciência). Conforme discutimos nesta aula, o cidadão brasileiro do século XVIII, de posse das reflexões iluministas, começou a vislumbrar uma nova forma de organização social, à medida que começou a questionar o regime absolutista e a buscar a independência do próprio país.

Assim como no passado, a ciência hoje continua sendo um caminho altamente relevante para a solução da grande maioria dos problemas sociais e humanos. Referimo-nos, aqui, a uma concepção bastante ampla de ciência, que envolve não apenas a física, a matemática, a biologia, mas também todas as humanidades. A própria Linguística, por exemplo, é um tipo de ciência.

Na história recente do Brasil – na verdade, na história atual, se considerarmos o momento em que escrevemos esta aula (agosto de 2022) –, reafirmar a função da ciência na construção de uma sociedade mais justa e democrática é extremamente fundamental (embora não devesse ser). Como já dizia Sagan (2006, p. 45), “a ciência está longe de ser um instrumento perfeito de conhecimento. É apenas o melhor que temos”.

Portanto, vida longa à ciência!

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Julgue as declarações abaixo como (V) verdadeiras ou (F) falsas. Justifique as falsas.

- a) () Na primeira metade do século XVIII, os acontecimentos no Brasil se assemelham aos do século XVII, com a disputa pelo território brasileiro por parte de nações estrangeiras e a expansão geográfica, rumo ao oeste.
- b) () Em 1750, a demarcação do território português e do espanhol, na América do Sul, é estabelecida pelo Tratado de Madri.
- c) () A Conjuração Mineira teve como principal motivação uma revanche dos intelectuais mineiros contra a expulsão dos jesuítas do país.
- d) () A expansão da língua portuguesa no Brasil é motivada por múltiplos fatores, como, por exemplo, o aumento da urbanização, a criação de políticas de ensino que priorizavam o ensino de português, e não do latim, bem como a imposição do uso da língua portuguesa no lugar das línguas gerais.
- e) () No século XVIII, houve uma profusão de estudos filológicos sobre a língua portuguesa, sobretudo os ortográficos.

Resposta comentada

a) (V)

b) (V)

c) (F) A Conjuração Mineira foi motivada pela oposição dos intelectuais mineiros à hegemonia portuguesa, sobretudo no que diz respeito à Derrama, um imposto anual bastante elevado, cobrado pela Coroa portuguesa pela prática da mineração.

d) (V)

e) (V)

Resumo

Nesta aula, estudamos o contexto histórico e linguístico do Brasil do século XVIII, com especial ênfase nos fatos históricos que favoreceram a expansão progressiva do uso do português no território brasileiro.

Inicialmente, tratamos dos aspectos históricos e vimos que o século XVIII é mais adequadamente dividido em dois períodos. Na primeira metade do século, predominaram eventos muito semelhantes aos que ocorreram no século XVII. Ainda houve algumas invasões estrangeiras no território brasileiro, e as expedições expansionistas continuaram ocorrendo, rumo ao oeste do país. Nesse período, no entanto, os movimentos expansionistas se caracterizam mais pelo ciclo de povoamento, com a criação de núcleos urbanos nas regiões colonizadas, sobretudo nas áreas auríferas.

A partir de 1750, os fatos históricos mudaram consideravelmente. O primeiro-ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, conhecido como marquês de Pombal, implementou uma série de reformas que mudaram, em muito, o curso da história luso-brasileira, tais como: a) a expulsão dos jesuítas e a promoção de uma reforma educacional, de cunho mais científico; b) a priorização do ensino de português em face do latim; c) a elaboração de leis linguísticas que impunham o uso da língua portuguesa e proibiam o uso das línguas gerais, antes majoritárias.

O referido período também é conhecido pela efervescência do iluminismo francês, que influencia não somente a política pombalina, mas também os intelectuais brasileiros da época, que se veem impelidos

a lutar contra um regime absolutista, que lhes impõe regras injustas e, em certo sentido, desumanas. A Conjuração Mineira, por exemplo, foi um grande exemplo de um movimento separatista do século XVIII, que abriu as portas para nossa futura independência.

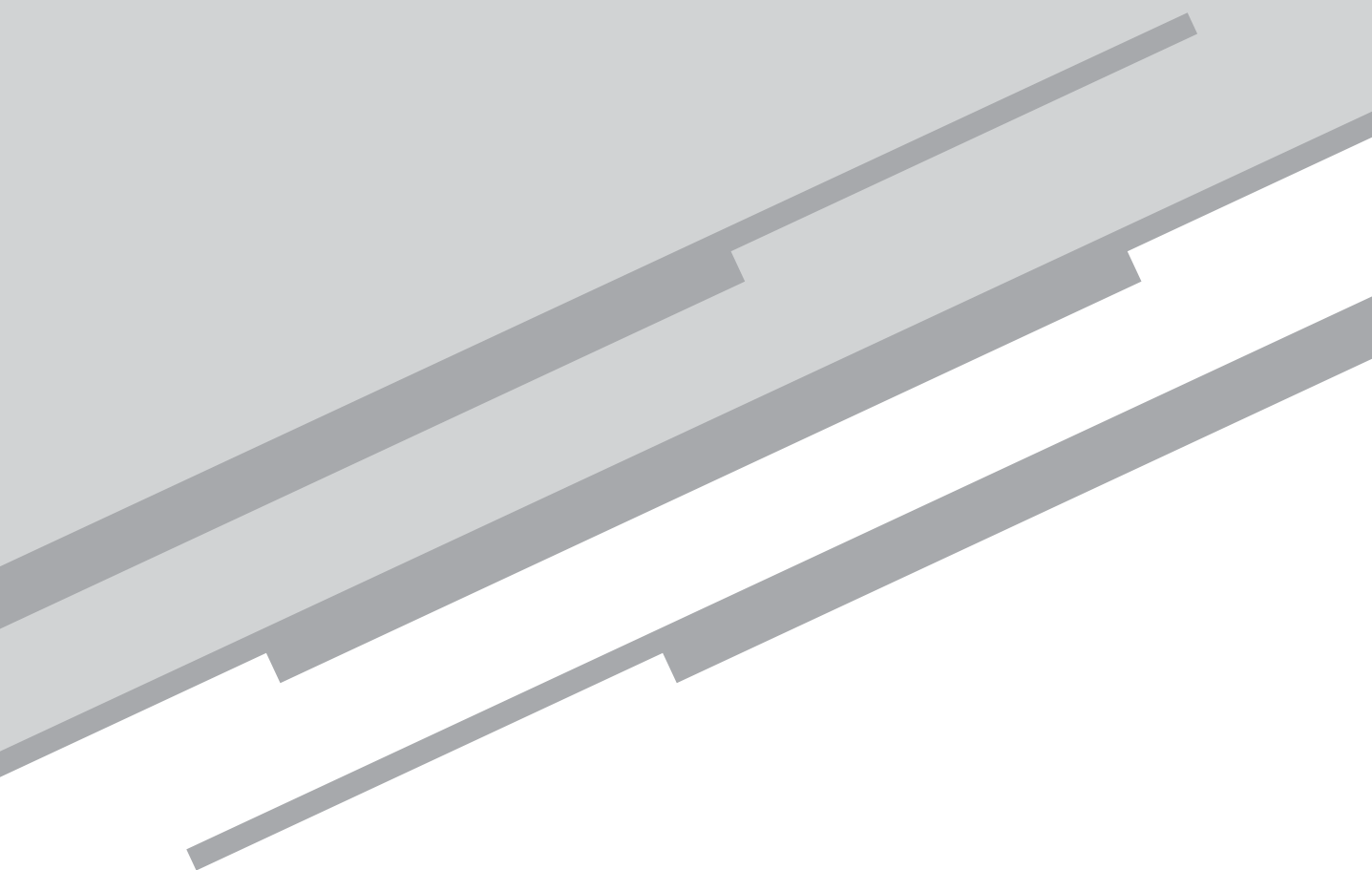
No que tange à questão linguística especificamente, vimos que, no século XVIII, houve uma profusão de estudos filológicos em língua portuguesa, sobretudo os de natureza ortográfica. Discutimos que, desde essa época, a ortografia portuguesa apresentava um impasse sobre o tipo de norma a ser adotada, já que os modelos fonético e etimológico conviviam como regras previstas. Por fim, também falamos que os documentos remanescentes dessa época nos permitiram delimitar algumas diferenças entre o português brasileiro e o europeu, muito em virtude dos depoimentos de autores de cá e de lá sobre a divergência entre essas duas variedades.

Referências

- CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. *Um convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2019.
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda Leite *et al.* *História geral do Brasil*. Amsterdã: Elsevier, 2016.
- GONÇALVES, Maria Filomena. As ideias linguísticas em Portugal no século XVIII. *Revista Confluência*. Rio de Janeiro, 2. sem. 1987.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil I – 1820-1920*. São Paulo: EDUSP, 1978.
- SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- VIANNA, Hélio. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

Aula 12

Raízes e trajetórias do português
brasileiro: fase independente – século XIX



*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Apresentar o contexto histórico e linguístico do Brasil do século XIX, com especial ênfase nos fatos históricos que favoreceram a valorização do uso da variedade brasileira do português.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender alguns dos aspectos históricos do Brasil do século XIX, que motivaram a independência, em 1822, e a Proclamação da República, em 1889;
2. entender o movimento de valorização dos símbolos nacionais e da variedade brasileira do português, capitaneado, sobretudo, por José de Alencar.

Introdução

O mais interessante, porém, é a maneira de argumentar dos puristas. Às vezes, quando se trata de uma nova palavra ou locução, repelem-na pela razão peremptória de que não se encontra nos clássicos. Outras vezes, intrometem-se a criticar os clássicos, determinando o que se deve imitar e o que se deve evitar. Manifesta contradição: ou prevalece a respeito do estilo a razão da autoridade, e nestes casos eles são os mestres, respeitai-os, ou prevalece a autoridade da razão, e neste caso a razão é de opinião: à vossa contraponho a minha (ALENCAR, 1865 *apud* LUCCHESI, 2015, p. 176).

No século XIX, o Brasil conquista dois marcos importantes: 1) a sua independência, em 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro I profere o Grito da Independência, nas margens do riacho Ipiranga; 2) a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando o regime monárquico chega ao fim no Brasil.

Como veremos nesta aula, o movimento pela independência e pela Proclamação da República é longo e sinuoso. Progressivamente, as novas ideias – em sua maioria advindas do conhecimento filosófico-científico de cunho iluminista e positivista – vão levando o homem a contestar uma sociedade organizada em torno de um poder absolutista, concentrado na figura de um imperador. Como consequência, passa-se a buscar um modelo republicano de governo, em que os poderes estejam distribuídos em diferentes instâncias, como defendia Montesquieu: Legislativo, Judiciário e Executivo.

Os acontecimentos que levaram o Brasil à independência e à proclamação da república impactaram não somente os fatos sociais, políticos e econômicos que desvincularam o Brasil de Portugal, como também impactaram a visão que se tem sobre a língua. José de Alencar, por exemplo, autor da citação que abre esta introdução, foi o precursor de um movimento linguístico de vanguarda, no século XIX, em defesa de um abasileiramento da nossa expressão escrita. Não obstante as ideias progressistas de Alencar, sua visão era duramente combatida na época, como é comum a qualquer mudança em curso: assim como havia brasileiros que defendiam que o Brasil deveria permanecer colônia de Portugal, também havia aqueles que julgavam que a variedade portuguesa era o único modelo a ser seguido.

Para tratar dos assuntos relativos às raízes e trajetórias históricas do português brasileiro – fase independente (século XIX) –, dividiremos esta aula em duas seções. Na primeira, abordaremos os aspectos históricos motivadores da independência e da proclamação da república; na segunda, trataremos dos aspectos linguísticos, relativos à dissidência entre os defensores do *purismo linguístico* e de uma *língua vernacular* brasileira.



Purismo linguístico x língua vernacular

O purismo linguístico é uma prática centrada na concepção de que existe uma variedade linguística mais pura e, por isso, superior a todas as outras. Normalmente, os puristas defendem o uso da norma padrão em todas as circunstâncias e não toleram o uso de outras variantes. Já a língua vernacular é o nome que se dá ao idioma próprio de um país. Também utilizamos o termo *vernáculo* para designar uma palavra originária do idioma. Nesse caso, os estrangeirismos, mesmo que adaptados ao idioma de um país, não fariam parte de seu vernáculo.

Bons estudos!

Aspectos históricos

A segunda metade do século XVIII e todo o século XIX, no cenário internacional, foram marcados pela derrota do sistema colonial nas Américas. Em 1776, deu-se a independência dos Estados Unidos; em 1804, a do Haiti; em 1822, a do Brasil; em 1825, a do Uruguai; em 1898, a de Cuba (só para citar alguns exemplos). No que diz respeito especificamente ao Brasil, o processo de independência é comumente retratado entre 1808 e 1822, isto é, da chegada da família real portuguesa ao Brasil ao Grito da Independência, às margens do riacho Ipiranga.

De acordo com Boris Fausto (2008), esse processo não se deu de uma forma revolucionária, envolvendo um confronto armado e sanguinário entre Brasil e Portugal. Na verdade, pode-se entender a independência do Brasil como o resultado de uma série de ações convergentes, relativamente pacíficas, sendo parte delas desencadeadas pela própria corte portuguesa.

Ao chegar ao Brasil, D. João VI promoveu uma série de ações que enfraqueceram ainda mais o sistema colonial, como era conhecido há mais de 300 anos: a) abriu os portos às nações amigas, em especial à Inglaterra; b) revogou decretos que proibiam a instalação de manufaturas no país, bem como ofereceu subsídios à criação de indústrias nacionais; c) retirou a tributação na importação de matérias-primas para as indústrias. Como consequência, o Brasil foi se afastando, ainda mais, de um modelo de colônia cuja finalidade única era a extração de matéria-prima (como era comum no início do século XVI), para um modelo metropolitano, inspirado nos moldes europeus.

Cabe frisar que as ações de D. João VI, que acabamos de citar, tinham motivação política e econômica. Uma vez que Portugal estava ocupado por tropas napoleônicas – sendo, inclusive, este o fato que motivou a vinda da família real para o Brasil –, não se podia realizar o comércio por meio dos portos portugueses. Sendo assim, para a Coroa portuguesa, foi mais vantajoso legalizar o extenso contrabando que já existia entre o Brasil e a Inglaterra e, desse modo, garantir o recebimento dos tributos.



Napoleão e as independências

No início do século XIX, na esteira dos conflitos resultantes da Revolução Francesa, Napoleão expande o império francês a ferro e fogo, desestabilizando e destronando diversas monarquias europeias. Diante de uma ameaça dessa magnitude, a monarquia portuguesa encontrou uma solução engenhosa para lidar com o general francês: fugir.

Naquele ponto, o Brasil já era muito maior e mais lucrativo que Portugal, portanto, fugir para cá foi uma jogada interessante. Temer Napoleão pode soar como covardia, mas a fuga assegurou à família real portuguesa a manutenção de gigantesca parte de seus domínios, além de evitar um conflito sangrento e possivelmente desvantajoso.

As Guerras Napoleônicas (1802 – 1814) causaram grande impacto nos movimentos de independência. Toda essa desestabilização política das metrópoles, junto aos ideais iluministas que iam ganhando popularidade nas colônias, geraram o terreno fértil para que revoluções começassem a explodir pelo continente americano.

No Brasil, com a vinda da família real, foi como se a colônia se transformasse em metrópole, gerando uma dinâmica nova, que resultou num processo de independência nada revolucionário, como vimos.

Também em decorrência da ocupação francesa em Portugal, foi necessário que a monarquia portuguesa deslocasse toda a sua vida administrativa para o Rio de Janeiro, sede da família real no Brasil. Em virtude dessa mudança, alterou-se toda a infraestrutura da cidade do Rio de Janeiro, que passou a contar com um Ministério da Guerra e dos Assuntos Estrangeiros, além de bibliotecas, academias literárias e científicas, para atender às necessidades imperiais. Com isso, a vida cultural tornou-se mais rica e ampliou-se a circulação do conhecimento, fatos que motivaram a vinda de europeus qualificados, como cientistas e artistas, por exemplo. Sobre esse último aspecto, estima-se que, no período, a população urbana do Rio de Janeiro dobrou de tamanho.



Missão artística

Com a vida da família real para o Brasil, diversos artistas, cientistas e arquitetos europeus, a maioria deles franceses, seguiram a trilha, montando o que chamamos de Missão Artística. O grupo envolvia nomes que ecoam até os dias de hoje, como Taunay, Debret e Montigny.

Tal missão foi de grande influência política e cultural no Brasil. O objetivo era observar, registrar e estudar a natureza e o povo brasileiros, que ainda eram bem desconhecidos na Europa. A consequência disso é uma profunda marca na nossa arte, botânica,

ciência e arquitetura, além da produção de uma série de documentos e obras que até hoje servem como referência para que possamos compreender o Brasil do século XIX.

No entanto, o desenvolvimento urbano, no Brasil, não se deu de forma extensiva. Embora o Rio de Janeiro tenha se modernizado no início do século XIX, aos moldes europeus, o mesmo processo não se deu no restante do país. Havia uma grande desigualdade regional, o que motivou, no Nordeste, uma revolução local. A Revolução Pernambucana, por exemplo, que estourou em março de 1817, foi motivada por um sentimento de forte antilusitanismo e, segundo Boris Fausto (2008, p. 70), também por

vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses. A revolução abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juízes, artesãos, comerciantes e um grande número de padres, a ponto de ficar conhecida como a “revolução dos padres”. Chama a atenção a presença de grandes comerciantes brasileiros ligados ao comércio externo, os quais começavam a concorrer com os portugueses numa área até então controlada em grande medida por estes.

Podemos afirmar que a Revolução Pernambucana trazia, em sua gênese, ideais semelhantes aos da Conjuração Mineira, ocorrida no século anterior. A semente da independência estava presente em todos esses movimentos revolucionários. Contudo, de acordo com Boris Fausto (2008), os grupos sociais envolvidos na Revolução Pernambucana não tinham os mesmos objetivos. Os mais pobres buscavam uma independência associada à ideia de igualdade; os proprietários rurais, por sua vez, queriam para si o controle econômico exercido pela Coroa.

Embora a Revolução Pernambucana tenha sido derrotada, o processo de independência do Brasil estava em curso, motivado por fatores tanto internos quanto externos. As ideias iluministas e **positivistas** da época, que circulavam não só na Europa como também no Brasil, viam os regimes absolutistas como ultrapassados e opressores. Tinham a república como um ideal a ser alcançado.

Positivista

Referente ao positivismo, corrente filosófica do século XIX, originária da França, que defendia a ideia de que a ciência representa o conhecimento ideal e verdadeiro. Portanto, caberia à ciência explicar todas as coisas, até mesmo as relações sociais e a ética. Tal ideia encontrou grande aceitação nas nossas forças armadas, chegando ao ponto de estampar nossa bandeira nacional com o lema “Ordem e progresso”, parte de uma frase de Auguste Comte, o principal teórico da corrente.

Absolutista

Referente ao absolutismo, forma de governo comum na Europa entre os séculos XVI e XIX, na qual o monarca concentra poder absoluto. Nesse tipo de governo, não há divisão de poderes como nos governos republicanos contemporâneos, em que os poderes se dividem em três instâncias, para evitar que a mesma pessoa legisle, julgue e execute as leis. Talvez o exemplo de absolutismo mais marcante tenha sido o francês Luís XIV, o *Rei Sol*, a quem é atribuída a frase “O Estado sou eu”, que evidencia o acúmulo de poder nas mãos do rei.

Embora a Proclamação da República, no Brasil, tenha ocorrido somente no final do século XIX – em 15 de novembro de 1889 –, já pudemos notar, na década de 1820, uma relativização do poder monárquico **absolutista**. Em 1821, por exemplo, período em que D. João VI regressa a Portugal, ele se vê pressionado a reformular ministérios, a criar novas juntas onde elas não existiam e a promover eleições para as cortes. Ainda no corrente ano, ocorreram eleições no Brasil em que quase todos os eleitos eram brasileiros.



Figura 12.1: Retrato de Luís XIV, o *Rei Sol*, rei da França entre 1643 e 1715, ano de sua morte. Principal exemplo de regente absolutista. Autor: Hyacinthe Rigaud.
Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Louis_XIV_of_France.jpg. Acesso em: 13 fev. 2023.

Com o retorno do rei a Portugal, no entanto, os governos provinciais, antes subordinados ao Rio de Janeiro, passaram a prestar contas diretamente a Lisboa, o que causou descontentamento no Brasil. Nesse período, Portugal, por já se ver livre da ocupação napoleônica, tenta impor novas restrições políticas e econômicas ao Brasil, revogando, por

exemplo, os acordos comerciais existentes entre Brasil e Inglaterra. Tal medida feria os interesses da Inglaterra e dos proprietários rurais brasileiros, bem como dos consumidores urbanos. Paralelamente, D. João VI resolveu transferir repartições instaladas no Brasil para Lisboa e determinou a volta para Portugal do príncipe regente, D. Pedro.

Não tardou para que o resultado fosse um movimento mais forte e decidido pela independência. O “partido brasileiro”, um agrupamento político da época, concentrou seus esforços em manter D. Pedro no Brasil. Este, motivado pelo movimento político brasileiro, desobedeceu às ordens de D. João VI e permaneceu no país. A comunicação de sua decisão a Portugal ficou conhecida como “Dia do Fico” – 9 de janeiro de 1922. Nesse período, as tropas portuguesas instaladas no Brasil se dividiram. Aqueles que apoiaram o príncipe regente permaneceram no país e ajudaram a compor o primeiro “Exército Brasileiro”; os demais regressaram a Portugal.

Segundo Boris Fausto (2008), de início, D. Pedro intentava construir um império em “união com Portugal”, mas, após convocar uma constituinte, rompeu definitivamente com a monarquia portuguesa. Nesse período, chegaram despachos de Lisboa revogando todos os decretos de D. Pedro, determinando, mais uma vez, seu retorno imediato a Lisboa e acusando de traidores todos os ministros da corte portuguesa que demonstraram apoio ao príncipe regente. Ao saber da notícia da Coroa, às margens do riacho Ipiranga, em 7 de setembro de 2022, D. Pedro proferiu o conhecido Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. Depois disso, foi coroado imperador e recebeu o título de Dom Pedro I.



Figura 12.2: *O grito do Ipiranga* (1888), de Pedro Américo, quadro responsável por ilustrar uma versão heróica do momento da independência no imaginário popular brasileiro.

Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_ou_Morte_\(Pedro_Am%C3%A9rico\)#/media/Ficheiro:Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_Google_Art_Project.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_ou_Morte_(Pedro_Am%C3%A9rico)#/media/Ficheiro:Pedro_Am%C3%A9rico_-_Independ%C3%Aancia_ou_Morte_-_Google_Art_Project.jpg). Acesso em: 13 fev. 2023.

Embora o regime ainda fosse monárquico, havia, cada vez mais, uma pressão para que o poder não se concentrasse nas mãos do monarca. Nos dois primeiros anos após a independência, o debate político central esteve na formulação e aprovação de uma constituição. O texto já previa diminuir o poder do imperador, impedindo-o, por exemplo, de dissolver a futura Câmara dos Deputados ou de ter o poder de veto absoluto. Tinham como ideal a separação dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário –, baseando-se nos ideais de **Montesquieu**, moldes empregados até hoje nos regimes republicanos.

Montesquieu

Político, filósofo e escritor francês do século XVII, responsável pela criação da teoria da separação dos três poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. Hoje, a maior parte das nações estrutura seu governo a partir desses princípios.

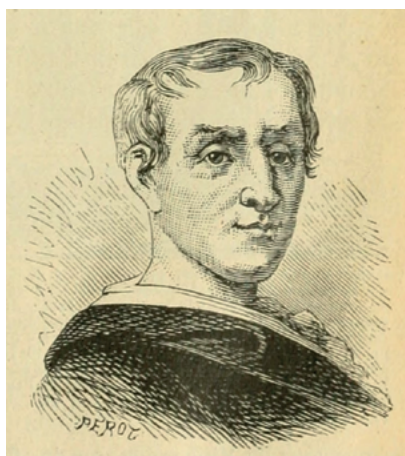


Figura 12.3: Montesquieu (1689 – 1755). Autor: G. Bruno, gravure Perot.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a7/G._Bruno_-_Le_Tour_de_la_France_par_deux_enfants_p217.jpg. Acesso em: 13 fev. 2023.

A despeito de a Constituição de 1824 já representar um grande avanço social, ela era considerada muito restrita no que dizia respeito aos direitos individuais. Os escravos estavam excluídos de todos os dispositivos constitucionais, e boa parte da população era subordinada aos grandes proprietários rurais, sendo mantida sob regimes de trabalho análogos à escravidão. Na prática, o país se tornara independente de Portugal, mas o poder continuava concentrado na mão de europeus e de seus descendentes, que detinham poder e/ou algum grau de instrução.

No período regencial, entre 1831 e 1840, os ideais republicanos começaram a ganhar mais corpo no Brasil. A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, formada por políticos de Minas Gerais, padres e intelectuais formados em Coimbra, insurgia-se contra os ideais absolutistas e defendia a Federação, as liberdades individuais e a República.



O período regencial

O primeiro reinado foi marcado por uma série de crises políticas e econômicas, que levaram a um descontentamento crescente com o governo de D. Pedro I. Somado a isso, D. João VI, seu pai e rei de Portugal, morreu em 1826, desencadeando uma guerra pela sucessão do trono.

Sob essas circunstâncias, D. Pedro I abdicou em 7 de abril de 1831 e foi para Portugal lutar contra seu irmão na Guerra Civil Portuguesa, deixando seu filho, D. Pedro II, que, na época, tinha apenas 4 anos, com a tarefa de governar o Brasil.



Figura 12.4: *D. Pedro II menino*, de Armand Pallier, 1830.

Fonte: <https://artsandculture.google.com/asset/d-pedro-ii-menino/WgEJdNdYXC-Vbg?hl=pt-br>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Incapaz de reinar em razão de sua idade, o país foi governado por regentes provisórios antes que ele pudesse assumir o trono. Durante o período ocorreram diversas revoltas no Brasil (Balaiaada, Cabanagem, Farrapos, Malês e Sabinada, por exemplo) e, para acabar com o vácuo de poder causado por um rei menor de idade, em 23 de julho de 1840, aos 13 anos, D. Pedro II assumiu o trono, tendo sido declarado adulto por meio de uma jogada política conhecida como “golpe da maioridade”. Com isso, chegou ao fim o período regencial.

No Segundo Reinado, isto é, quando D. Pedro II assumiu o poder, as organizações políticas em prol da República começaram a tomar ainda mais relevância. Formaram-se dois partidos imperiais – o Conservador e o Liberal. Este último disseminava a ideia de que a política não deveria ser reduzida ao interesse pessoal, mas sim, dirigir-se aos grandes temas da organização do Estado, das liberdades públicas, da representação popular, e, com o tempo, da libertação dos escravos (ideal alcançado na reta final do século, quando o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho assalariado, em 1888). Também se fortaleceu, ainda mais, a noção de que o poder político deveria ser descentralizado.

Esses ideais continuaram ganhando adesão das massas ao longo do tempo, levando-nos, em 1889, à Proclamação da República.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Segundo Boris Fausto (2008), o processo de independência do Brasil não se deu de forma revolucionária, envolvendo um confronto armado e sanguinário entre Brasil e Portugal. Explique por quê.

Resposta comentada

A independência não foi motivada por uma revolução, mas, sim, por uma série de ações convergentes, que foram, progressivamente, relativizando o poder da Coroa portuguesa: a) a abertura dos portos do Brasil, por D. João VI, às nações estrangeiras, como a Inglaterra; b) a distribuição do poder estatal em ministérios, compostos por pessoas eleitas, e c) a ruptura entre Brasil e Portugal por meio de um decreto do príncipe regente português, D. Pedro I. Nesse sentido, não foram os brasileiros que se insurgiram diretamente contra a Coroa portuguesa, mas o próprio herdeiro da Coroa portuguesa que se recusou a retornar a Portugal e intitulou-se imperador do Brasil.

Aspectos linguísticos

Para tratar dos aspectos linguísticos atinentes à fase independente do português, é relevante falar, em linhas gerais, da questão literária. Segundo Elia (2003, p. 130), Afrânio Peixoto divide os cinco séculos da história literária em três divisões básicas: Literatura Colonial (séculos XVI, XVII e XVIII), Literatura Reacionária (primeira metade do século XIX) e Literatura Emancipada (de 1850 em diante).

Como podemos notar, o desejo por independência, isto é, pela ruptura com a subordinação a Portugal, apresenta-se não somente na esfera política e social, mas também na literária e linguística. Para Afrânio Coutinho (1968), o século XIX marca a transição de um estado, o colonial, a outro, o nacional. Sendo assim, é a partir do século XIX que passamos, efetivamente, a ter uma literatura propriamente brasileira.

Segundo o estudioso, no Romantismo brasileiro, entre 1808 e 1836, é possível observar a passagem dos impulsos nativistas para os nacionalistas. Veja o que diz Sílvia Elia ao comentar a perspectiva de Coutinho:

O nativismo é descritivista, exterior, nomeia os frutos, os sabores, o voo e o gorjeio das aves, encanta-se com a natureza, as flores e a folhagem, a frescura das águas ou o azul do céu e dos mares, etc. Já o nacionalismo desloca o amor da terra para o da nação, das coisas para as pessoas, do repouso para a ação, enfim da natureza para a cultura. Há, pois, uma nota nova nessa passagem, seja “o instinto de nacionalidade”, esse algo íntimo que liga o homem ao homem e não o homem à terra. Salto qualitativo, revolução no termo de uma evolução, qualquer que seja a forma de explicação, mutação de natureza e não de grau (ELIA, 2003, p. 132).

Saindo da esfera literária para a linguística, podemos notar que os ideais se assemelham. O desejo e a busca pela independência licenciam, cada vez mais, a valorização de uma variedade brasileira do português. Como apontam as fontes literárias, o Romantismo se caracteriza pela presença de uma linguagem mais simples e popular e, por isso, proporciona uma aproximação com o leitor brasileiro. Como ilustração, vejamos o capítulo 1 de *Iracema*, de José de Alencar, composto de somente uma página (no original):

Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba;

Verdes mares que brilhais como líquida esmeralda aos raios do Sol nascente, perlongando as alvas praias ensombradas de coqueiros.

Serenai verdes mares, e alisai docemente a vaga impetuosa, para que o barco aventureiro manso resvale à flor das águas.

Onde vai a afouta jangada, que deixa rápida a costa cearense, aberta ao fresco terral a grande vela?

Onde vai como branca alcione buscando o rochedo pátrio nas solidões do oceano?

Três entes respiram sobre o frágil lenho que vai singrando veloce, mar em fora;

Um jovem guerreiro cuja tez branca não cora o sangue americano; uma criança e um rafeiro que viram a luz no berço das florestas, e brincam irmãos, filhos ambos da mesma terra selvagem.

A lufada intermitente traz da praia um eco vibrante, que ressoa entre o marulho das vagas:

– Iracema!...

O moço guerreiro, encostado ao mastro, leva os olhos presos na sombra fugitiva da terra; a espaços o olhar empanado por tênue lágrima cai sobre o jirau, onde folgam as duas inocentes criaturas, companheiras de seu infortúnio.

Nesse momento o lábio arranca d'alma um agro sorriso.

Que deixara ele na terra do exílio?

Uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a Lua passeava no céu argenteando os campos, e a brisa rugitava nos palmares.

Refrescava o vento.

O rulo das vagas precipitava. O barco salta sobre as ondas; desaparece no horizonte. Abre-se a intensidade dos mares; e a borrasca enverga, como o condor, as foscas asas sobre o abismo.

Deus te leve a salvo, brioso e altivo barco, por entre as vagas revoltas, e te poje nalgulma enseada amiga. Soprem para ti as brandas auras; e para ti jaspeie a bonança mares de leite.

Enquanto vogas assim à discrição do vento, airoso barco, volva às brancas areias a saudade, que te acompanha, mas não se parte da terra onde revoa (ALENCAR, 1865, p. 5).

Embora, para o leitor contemporâneo, o texto soe culto e a linguagem rebuscada, essa não é a realidade dos fatos, se nos situarmos no contexto histórico em que foi produzido. A obra de Alencar apresenta uma série de características que a afasta dos cânones literários, a saber:

- a) é composta por parágrafos curtos, alguns beirando a extensão de versos, por exemplo: 1. *Que deixara ele na terra do exílio?*; 2. *Refrescava o vento*;
- b) é permeada por neologismos. No trecho em tela, *rugitava* é um termo criado pelo autor para significar “fazer ruído”;

c) apresenta falta de correspondência entre tempos verbais. No trecho “o rulo das vagas *precipitava*. O barco *salta* sobre as ondas...”, muda-se do pretérito imperfeito do indicativo para o presente do indicativo, quando o uso canônico indicaria a manutenção do pretérito imperfeito: *o barco saltava sobre as ondas*.

d) desobedece às convenções sintáticas. Em “uma história que me contaram nas lindas várzeas onde nasci, à calada da noite, quando a Lua passeava no céu argenteando os campos, e a brisa rugitava nos palmares”, por exemplo, deveria haver um verbo vinculado ao sintagma nominal “uma história”, que é principal ou matriz da oração adjetiva “que me contaram nas lindas várzeas onde nasci”.

Como é natural em qualquer processo de ruptura, as mudanças foram alvo de polêmica, como podemos observar na crítica de Pinheiro Chagas (1868 *apud* MELO, 1971, p. 69):

O defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes, a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis, e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato.

Cabe frisar, no entanto, que o uso de uma língua vernacular brasileira e de uma gramática própria não era casuístico, mas a consequência de uma posição política deliberada, como é possível observar na resposta de Alencar às críticas de Pinheiro Chagas:

Acusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas, a nós, escritores brasileiros, do crime de insurreição contra a gramática de nossa língua comum. Em sua opinião estamos possuídos da mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português! Que a tendência, não para a forma de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável. Mas, em vez de atribuir-nos a nós, escritores, essa revolução filológica, devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com sua teoria, buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse “ignorante sublime”, como lhe chamou.

A revolução é irresistível e fatal como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, em italiano, etc; há de ser larga e profunda como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos (1965 *apud* GUIMARÃES, 2002, p. 3)

Segundo o professor Gladstone Chaves de Melo, em sua obra *A língua do Brasil*, vários são os críticos de José de Alencar por sua posição linguística. Além de Pinheiro Chagas, insurgem-se contra o escritor: José Feliciano de Castilho e Franklin Távora. Veja o que diz Chaves de Melo ao comentar dois volumes da revista *Questões*, em cujas seções havia duras críticas à postura de José de Alencar:

Quase tudo que se contém nesses dois tomos é contra Alencar. É uma campanha de desmoralização e de descrédito, organizada e levada a efeito com técnica e minúcia, um ataque sistemático e constante ao político, ao jurista, ao dramaturgo, ao romancista, ao escritor. Sobressaem nessa mesquinha atividade José Feliciano de Castilho, Cincinato, e Franklin Távora, Semprônio, apostados em reduzir os méritos literários de Alencar. É crítica soez, feita a retalhos.

Vale dizer que a crítica contra o movimento linguístico de vanguarda, que defendia um abasileiramento da nossa expressão escrita, não estava circunscrita à figura de Alencar. Representava, numa dimensão mais ampla, uma visão preconceituosa para com os falantes da variedade brasileira do português, tidos como incultos. Como ilustração, veja, mais uma vez, o discurso de Joaquim Nabuco (apresentado na Aula 4) na ocasião da instalação da Academia Brasileira de Letras, em 1897 (LUCCHESI, 2015, p. 179):

A raça portuguesa, entretanto, como raça pura, tem maior resistência e guarda assim melhor seu idioma; para essa uniformidade de língua escrita devemos tender. Devemos opor um embaraço à deformação que é mais rápida entre nós; devemos reconhecer que eles são os donos das fontes, que as nossas empobrecem mais depressa e que é preciso renová-las indo a eles. [...] Nesse ponto tudo devemos empenhar para secundar o esforço e acompanhar os trabalhos dos que se consagrarem em Portugal à pureza do nosso idioma, a conservar as formas genuínas, características, lapidárias, da sua grande época [...]. Nesse sentido nunca virá o

dia em que Herculano ou Garret e os seus sucessores deixem de ter toda a vassalagem brasileira (*apud* PINTO, 1978, p. 197-8).

Essa dissidência envolvendo puristas e defensores de uma variedade brasileira do português ocupou grande parte dos debates gramaticais do século XIX. Embora, hoje, essa noção de língua ideal tenha sido superada sob um ponto de vista científico – haja vista que a linguística nos fornece diversas evidências de que as línguas humanas são heterogêneas por natureza, e a mudança e a variação fazem parte da sua constituição –, ainda hoje percebemos as consequências de uma visão afunilada de língua e de gramática. Nesse sentido, não é raro ainda encontrarmos perspectivas gramaticais que dividam a língua em usos corretos e usos errados. Sob essa perspectiva, a variedade europeia, ou ainda, a empregada pelas classes sociais mais altas, seriam, naturalmente, as corretas; todas as outras, sobretudo as faladas pelas classes sociais mais baixas e menos escolarizadas, seriam erradas.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Leia o poema abaixo, de Oswald de Andrade, para responder à questão:

Pronominais

Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro.

Oswald de Andrade foi um escritor e dramaturgo brasileiro que, junto a Tarsila do Amaral, fundou o “Movimento Antropofágico”. Foi um dos promotores da Semana de Arte Moderna, em 1922. Levando-se em consideração a defesa de José de Alencar por um abasileiramento da língua portuguesa e o poema *Pronominais*, de Oswald de Andrade, podemos afirmar que as perspectivas dos dois escritores se aproximam ou se afastam uma da outra? Justifique.

Resposta comentada

Podemos afirmar que as perspectivas são análogas (próximas), na medida em que Oswald rompe com a sintaxe defendida pelas gramáticas normativas portuguesas. Para a tradição gramatical, não se deve começar frase com pronome oblíquo átono. No entanto, Oswald não só apresenta esse uso em seu poema, em “Me dá um cigarro”, como o valoriza. Além disso, o respectivo verso também apresenta, para a tradição gramatical, erro no emprego verbal, já que usa o indicativo no lugar do imperativo afirmativo.

Conclusão

O século XIX foi um período importante para a história do Brasil. Foi nesse período que o país se tornou independente, elaborou sua primeira Constituição, substituiu o trabalho escravo pelo assalariado.

Também foi um período de valorização da cultura e da língua falada no Brasil. De um lado, os autores brasileiros românticos produziram obras que apreciavam os símbolos nacionais; de outro, iniciou-se um movimento a favor da variedade brasileira do português.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Indique se as declarações são (V) verdadeiras ou (F) falsas.

- a) () No século XIX, destacam-se dois eventos na história do Brasil: o Grito da Independência, às margens do riacho Ipiranga, em 7 de setembro de 1822, e a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.
- b) () Um dos fatos motivadores da vinda da família real para o Brasil foi a ocupação napoleônica em Portugal.
- c) () A vinda da família real para o Brasil alterou a infraestrutura brasileira, já que as metrópoles do país passaram a contar com ministérios, bibliotecas, academias literárias e científicas.
- d) () A literatura romântica, na perspectiva de Afrânio Peixoto, marca a ruptura com a literatura colonial, presente nos séculos XVI, XVII e XVIII.
- e) () José de Alencar liderou um movimento de vanguarda linguística, a favor do abasileiramento da nossa expressão escrita.

Resposta comentada

- a) (V)
 - b) (V)
 - c) (F) A vinda da família real só alterou a infraestrutura do Rio de Janeiro, sede do governo. Várias outras regiões continuaram pobres e ficaram em relação de desigualdade com a metrópole brasileira. Essa desigualdade representou, inclusive, uma das motivações para a Revolução Pernambucana.
 - d) (V)
 - e) (V)
-
-
-

Resumo

Nesta aula, tivemos dois objetivos principais: a) compreender os aspectos históricos principais do Brasil do século XIX, com foco nos eventos que desencadearam a independência do país; b) entender o debate linguístico entre puristas e não puristas no que tange ao uso da língua portuguesa na produção literária do século XIX. Para atingir esses objetivos, estruturamos esta aula em duas partes: aspectos históricos e aspectos linguísticos.

No que diz respeito aos aspectos históricos, vimos que o século XIX apresenta dois grandes marcos: 1) a independência, decretada por D. Pedro I às margens do riacho Ipiranga em 7 de setembro de 1822; 2) A proclamação da república, em 15 de novembro de 1889.

A independência do Brasil se deu por meio de um longo processo, cujo estopim foi a vinda da família real para o Brasil, que precisou sair de Portugal em decorrência das ocupações napoleônicas. Em terras brasileiras, para atender às necessidades de Portugal e à vida metropolitana da Corte portuguesa, a Coroa rompeu com antigas práticas colonialistas: a) permitiu o comércio entre o Brasil e países estrangeiros; b) subsidiou indústrias nacionais; c) investiu na infraestrutura da cidade Rio de Janeiro, sede da família real no Brasil, construindo bibliotecas, academias literárias e científicas, além de criar o Ministério da Guerra e dos Assuntos Estrangeiros, no país, por necessidades administrativas.

A estada da família real no Brasil foi relativamente longa. Em 1821, no entanto, D. João VI precisou regressar a Portugal e deixou aqui o príncipe regente, D. Pedro. Instalado em Portugal, D. João VI, livre da ocupação napoleônica, começou a impor novas restrições políticas e econômicas ao Brasil, causando uma série de descontentamentos, não só para o Brasil, como também para a Inglaterra, já que suas decisões visavam a romper com o comércio entre os dois países.

Em virtude de uma série de pressões políticas, o príncipe regente decidiu desobedecer às ordens do rei e comunicou sua decisão à coroa em 9 de janeiro de 2022, o que ficou conhecido como “Dia do Fico”. Posteriormente, o rei insurgiu-se mais uma vez contra o príncipe regente e contra aqueles que o apoiaram – acusados de traidores – e determinou, mais uma vez, o retorno imediato de D. Pedro a Portugal. Ao saber da notícia, em 7 de setembro de 1822, este proferiu, então, o Grito de Independência, às margens do riacho Ipiranga.

Embora o Brasil tenha se tornado independente em 1822, ele continuou sendo um regime monárquico até 15 de novembro de 1889, data da proclamação da república.

No que tange aos aspectos linguísticos, por sua vez, vimos que o século XIX se caracterizou pela produção de uma literatura nacional de resistência, que passou a valorizar os símbolos nacionais, bem como a variedade brasileira do português. José de Alencar, escritor romântico, foi o grande precursor de um movimento linguístico de vanguarda em favor do abasileiramento de nossa expressão linguística. Esse movimento, no entanto, não foi bem recebido por grande parte da elite intelectual brasileira, que defendia que a língua portuguesa falada e escrita no Brasil deveria ser a variedade europeia.

Referências

- ALENCAR, José de. *Iracema*. Capítulo 1, 1865. Disponível em: http://www.dominionpublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action&co_obra=2029. Acesso em: 10 de set. de 2022.
- COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-linguísticos do português do Brasil*. São Paulo: Nova Fronteira, 2003.
- FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- GUIMARÃES, Elisa. José de Alencar e o referencial teórico linguístico da língua portuguesa. *Revista do GELNE*, v. 4., n. 2., 2002, p. 1-7.
- LUCCHESI, D. *Língua e sociedade partidas*. A polarização sociolinguística no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

Aula 13

O português brasileiro e o português europeu: duas variedades ou dois sistemas?

*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Mostrar que a distinção entre variedades linguísticas e sistemas linguísticos depende de critérios não só linguísticos, como também político-ideológicos.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer que a distinção entre variedades linguísticas e sistemas linguísticos obedece não somente a critérios linguísticos, como também político-ideológicos;
2. observar, à luz do estruturalismo linguístico, os aspectos que permitem classificar o português europeu e o português brasileiro como variedades de um único sistema;
3. entender que, havendo interesse político, duas variedades de uma mesma língua podem passar a ser identificadas como sistemas linguísticos distintos.

Introdução

Na Aula 2, vimos que o português europeu e o português brasileiro são duas variedades de um mesmo sistema, isto é, de uma mesma língua. À luz da linguística, isso se deve ao fato de haver muito mais semelhanças do que diferenças entre as duas variedades, o que permite aos brasileiros e aos portugueses o entendimento mútuo na maior parte do tempo.

No entanto, como veremos nesta aula, há, no Brasil, pensadores que defendem que o português brasileiro (PB) não deve ser visto como uma variedade do português europeu (PE), mas, sim, como língua autônoma. Por esse motivo, dividimos esta aula em três partes. Na primeira, traçaremos uma comparação entre o PB e o PE, considerados variantes de uma mesma língua, e o espanhol e o catalão, considerados línguas distintas. Na segunda, trataremos dos critérios linguísticos responsáveis pela defesa de que temos duas variedades de uma mesma língua ou, ainda, duas línguas distintas. Na última, abordaremos os argumentos apresentados por Marcos Bagno, filólogo e linguista brasileiro, professor da UnB, que defende uma cisão política entre essas duas variedades do português. Bons estudos!

Duas variedades ou duas línguas?

Sabemos que o PB e o PE são considerados variedades de uma mesma língua. É verdade, no entanto, que suas semelhanças são muito mais perceptíveis na escrita do que na fala. A variedade portuguesa açoriana, por exemplo, costuma ser bastante desafiadora para um ouvido brasileiro, dadas suas diferenças fonéticas e prosódicas em comparação ao português brasileiro. Como ilustração desses aspectos, assista ao vídeo indicado no box de multimídia, a seguir.



Português açoriano



Os Açores ou Região Autónoma dos Açores é um arquipélago português, situado no Oceano Atlântico, com cerca de 200.000 habitantes. Ouça um pouco da variedade açoriana no link abaixo:

<https://www.youtube.com/watch?v=0xqPDrbEbbU>

Nesse momento, após ter assistido ao vídeo, você deve estar se perguntando por que as diferenças se acentuam mais na fala do que na escrita. Isto se deve ao fato de haver, entre os países de língua portuguesa, acordos que visam à manutenção da identidade linguística do português, o que facilita tanto o processo de intercâmbio cultural e científico quanto as alianças políticas e econômicas entre esses mesmos países.

É sobretudo em virtude da existência desses acordos que conseguimos ler, sem dificuldades, textos em língua portuguesa produzidos fora do país. Como ilustração desse aspecto, transcrevemos abaixo uma notícia portuguesa, à esquerda, e apresentamos, logo à direita, uma adaptação da mesma notícia, na variedade brasileira do português. Como podemos observar, as diferenças são mínimas, quase imperceptíveis, conforme revelam os destaques em *itálico*:

Quadro 13.1: Diferenças entre PE e PB

Português europeu (original)	Português brasileiro (adaptado)
<p><i>Estoril pede desculpas à menina com camisola do FC Porto</i></p> <p>O Estoril Praia pediu no domingo desculpas, em comunicado, à menina com a <i>camisola</i> do FC Porto que no sábado viu o pai ser insultado no Estádio <i>António</i> Coimbra da Mota.</p> <p>Em texto publicado nas redes sociais do clube, o Estoril deseja que a criança nunca deixe de apreciar “a verdadeira essência do desporto” e condena o ocorrido.</p> <p>Além disso, garante que continuará <i>a trabalhar</i> com as entidades competentes para evitar episódios do <i>gênero</i>.</p>	<p><i>Estoril pede desculpas à menina com camisa do FC Porto</i></p> <p>O Estoril Praia pediu no domingo desculpas, em comunicado, à menina com a <i>camisa</i> do FC Porto que no sábado viu o pai ser insultado no Estádio <i>Antônio</i> Coimbra da Mota.</p> <p>Em texto publicado nas redes sociais do clube, o Estoril deseja que a criança nunca deixe de apreciar “a verdadeira essência do desporto” e condena o ocorrido.</p> <p>Além disso, garante que continuará <i>trabalhando</i> com as entidades competentes para evitar episódios do <i>gênero</i>.</p>

Fonte: <https://www.dn.pt/desporto/estoril-pede-desculpas-a-menina-com-camisola-do-fc-porto-15176652.html>. Acesso em: 18 set. 2022.

Basicamente, as diferenças indicadas, nos textos acima, são de ordem:

- vocabular, no emprego de *camisa* em substituição de *camisola*;
- de convenção de acentuação gráfica, já que na variedade brasileira utiliza-se acento circunflexo para marcar sílabas tônicas nasais: *Antônio* e *gênero*, em vez de *António* e *género*;
- de marcação de aspecto progressivo do verbo, uma vez que o português brasileiro prefere o gerúndio – *continuará trabalhando* – ao infinitivo – *continuará a trabalhar*.

Vale ressaltar, no entanto, que os critérios linguísticos, isoladamente, não são suficientes para delimitar se estamos diante de duas variedades de uma mesma língua ou de duas línguas distintas. Embora seja pouco razoável pensar que duas línguas completamente diferentes sejam reconhecidas como um único sistema – como o japonês e o português, por exemplo –, é perfeitamente possível que duas variedades de uma mesma língua passem a ser reconhecidas como sistemas distintos. Para isso, basta que haja desejo político que se concretize por meio de um decreto de lei.

O catalão e o espanhol, por exemplo, são relativamente parecidos entre si. Embora essa semelhança não seja a mesma que observamos entre o português brasileiro e o português europeu, falantes do catalão e do

espanhol entendem-se mutuamente, inclusive porque a Catalunha fica situada ao extremo leste da Espanha. Como ilustração, vejamos, logo a seguir, uma notícia em espanhol, à esquerda, e uma versão sua em catalão, à direita:

Quadro 13.2: Variações entre espanhol e catalão

Espanhol (original)	Catalão (adaptado)
<p><i>Sobrepeso: mayor vergüenza se da en el ámbito familiar</i></p> <p>Ocho de cada diez personas con obesidad ya han sentido algún tipo de vergüenza por tener sobrepeso, y la mayoría afirma ser víctima de discriminación al menos una vez al mes.</p> <p>Una encuesta sobre obesidad y gordofobia, realizada en internet con 3.621 personas, de las cuales el 88% tenían sobrepeso, revela que, para el 72% de los entrevistados, el entorno familiar es el más hostil respecto a los episodios de vergüenza por el peso.</p>	<p><i>Sobrepès: més vergonya es dona a l'àmbit familiar</i></p> <p>Vuit de cada deu persones amb obesitat ja han sentit algun tipus de vergonya per tenir excés de pes, i la majoria afirma ser víctima de discriminació almenys una vegada al mes.</p> <p>Una enquesta sobre obesitat i gra-sofòbia, feta a internet amb 3.621 persones, de les quals el 88% tenien sobrepès, revela que, per al 72% dels entrevistats, l'entorn familiar és el més hostil respecte als episodis de vergonya pel pes.</p>

Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/es/https%3A//agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/1481876>. Acesso em: 18 set. 2022.


É verdade que o catalão carrega alguns traços do francês, em virtude de a região da Catalunha fazer fronteira com a França. Contudo, a cisão entre os dois idiomas é, em grande medida, deliberada, motivada por questões políticas. Como sabemos, faz parte da política das nações, com vistas à garantia da manutenção de sua identidade, aplicar políticas linguísticas que instituem uma língua pátria, que deve ser empregada em todo o território nacional e, sobretudo, nas documentações oficiais. No entanto, há bastante tempo, a Catalunha desejava tornar-se autônoma da Espanha e, por isso, encampou um movimento separatista. Em 27 de outubro de 2017, declarou-se independente por meio de uma resolução aprovada em Parlamento. Essa independência, contudo, até hoje não é reconhecida pela Espanha.

O que estamos querendo mostrar com esses fatos é que as semelhanças entre duas variedades linguísticas não garantem a unidade de um idioma. Pelo menos, não garantem quando há ações políticas que, por força de lei, decretam a existência de duas línguas.

Língua e variedade com base em critérios estruturalistas

Para entender, à luz da linguística, o que distingue duas línguas de duas variedades de uma mesma língua, podemos recorrer aos conceitos de *langue* e *parole*, do estruturalismo linguístico, elaborados por Ferdinand de Saussure (2008 [1916]). A *langue* compreende o conjunto de signos arbitrários que servem como meio de expressão entre membros de uma mesma comunidade linguística. Como ilustração, utilizemos a palavra portuguesa *árvore*, cujo significante, empregado tanto no Brasil quanto em Portugal, é constituído de um conjunto de segmentos sonoros –/a/ /r/ /v/ /o/ /r/ /e/ – e de uma sequência de letras: A - R - V - O - R - E. Ele evoca um determinado conceito mental, ou significado, cuja relação com o significante é de natureza arbitrária, já que não existe semelhança entre a palavra e o próprio conceito que a palavra evoca. Por isso, línguas diferentes utilizam significantes distintos para os mesmos conceitos. Em inglês, *árvore*, por exemplo, é *tree*. Essas características podem ser observadas com mais clareza no quadro a seguir:

Quadro 13.3: Significante x significado.

/ˈarvore/ → som Árvore → letras	↔	SIGNIFICANTE ou IMAGEM ACÚSTICA	↔	/ˈtri:/ → som Tree → letras
	↔	SIGNIFICADO ou CONCEITO MENTAL	↔	

Mais especificamente, a *langue* diz respeito às regras de seleção (eixo paradigmático) e combinação (eixo sintagmático) desses signos. Para a norma padrão do português, por exemplo, os verbos concordam com o sujeito da oração por meio da presença de desinências número-pessoais. Dessa maneira, o usuário, em obediência à norma-padrão, flexiona os verbos em conformidade com os sujeitos, como podemos observar na conjugação do verbo *cantar* no presente do indicativo: *eu cantei, tu cantaste, ele cantou, nós cantamos, vós cantastes, eles cantaram*. Como sabemos, isso vale tanto para o PB (português do Brasil) quanto para o PE (português europeu). Observe, no entanto, que as mesmas regras

não valem para o inglês, que não tem desinência número-pessoal para designação de concordância: *I sang, you sang, he/she/it sang, we sang, you sang, they sang*.

Sob essa ótica, falantes de uma mesma língua estão sujeitos, na maior parte do tempo, a um mesmo léxico – isto é, a um mesmo conjunto de palavras – e às mesmas regras gramaticais. Com isto, não estamos negando que haja diferenças, por exemplo, entre o português brasileiro e o europeu, somente assumimos que elas representam um percentual mínimo, dadas as inúmeras semelhanças entre as duas variedades do português.

A *parole*, por sua vez, representa a realização particular dos usuários de uma mesma língua. Para Saussure, os usos individuais ocorrem em obediência às regras do sistema, de modo que caberia à linguística, na condição de ciência, descrever somente o sistema, a *langue*, e deixar os usos individuais da linguagem, a *parole*, a cargo dos estudos da filosofia da linguagem, mas não da linguística.

Com o avanço dos estudos linguísticos, essa dicotomia saussureana mostrou-se insuficiente e, em certa medida, inadequada. Os usos que os falantes fazem da linguagem não são sempre individuais. Cada comunidade linguística faz uso de formas particulares de expressão dentro de um sistema. Por isso, Coseriu (1979) propôs que, no lugar de uma díade – língua e fala –, houvesse uma tríade – sistema, norma e fala. Abaixo, vejamos a análise que Santos e Timbane (2020, p. 300) fazem sobre a perspectiva de Coseriu (1979):

O sistema é, na concepção de Coseriu (1979), o modelo abstrato que se constitui de oposições funcionais que representam um código para toda a comunidade linguística, ou seja, o sistema é a língua em si.

Em outras palavras, o sistema é constituído por elementos e mecanismos que dão suporte à criação de novas possibilidades linguísticas, das quais fazem uso a comunidade e o indivíduo. A língua como sistema é um produto e um modelo que se encontra sob a dinamicidade da linguagem humana, pois se constitui a partir de atos concretos e se apresenta, também, como modelo que serve de suporte para realizações de atos de fala em tempo futuro (DUARTE, 2001). Segundo Coseriu (1979), o sistema pode ser visto sob duas perspectivas: o normal e o funcional. O sistema funcional diz respeito às formas linguísticas que estão à disposição do indivíduo. O sistema normal compreende aquilo

que é repetido no interior da comunidade linguística pelo indivíduo e seus pares e se configura como modelo impositivo, que se impõe aos usuários do sistema em si.

Relacionando a noção de *norma*, para Coseriu (1979), com as abordagens linguísticas mais recentes, podemos afirmar que a norma, para o estudioso, equivale àquilo que chamamos de variedade linguística. Dessa maneira, deve-se associar a norma, como diz Faraco (2008), à ideia de *normalidade*, e não de regra, lei. Em outras palavras, nessa concepção, as *normas* não estão restritas às variedades culta ou padrão de uma língua. É norma porque é convencional para uma comunidade específica de falantes. Sendo assim, falantes de português que falam *nós vai* ou *a gente vamos*, por exemplo, recorrem a uma norma (ou variedade) empregada pela sua comunidade linguística de pertença.

Feitas essas considerações sobre os conceitos de *sistema*, *norma* e *fala*, podemos entender o que distingue uma língua de uma variedade. A língua diz respeito ao sistema funcional, que contém as regras de seleção e combinação. Sob esse ponto de vista, o falante escolhe elementos do léxico de seu idioma e os combina segundo regras próprias desse idioma. Como ilustração, podemos pensar hipoteticamente numa situação em que um falante de português diz “choveu muito ontem”. Nesse caso, ele selecionou e combinou o verbo *chover*, na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, com o advérbio de intensidade *muito* e o advérbio de tempo *ontem*. Um falante do inglês, por sua vez, deveria dizer, para se referir ao mesmo evento, “it rained a lot yesterday”. Nesse caso, além de selecionar material lexical próprio do inglês, deveria fazer uso de regras próprias, já que dizer, por exemplo, **“rained very yesterday”* soaria agramatical. Isso ocorre porque o inglês não prevê a elisão do sujeito – mesmo em orações de sujeito inexistente – nem permite o uso do advérbio de intensidade *very* para a modificação de verbos.

A norma, por sua vez, diz respeito ao sistema normal, isto é, às convenções particulares que uma comunidade linguística faz de uma língua específica. No interior do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, as pessoas preferem o uso de *você* para fazer referência à segunda pessoa do discurso; já as que vivem no estado do Rio Grande do Sul, priorizam o uso de *tu* para a mesma função. Logo, *tu* e *você* pertencem a normas diferentes do português ou, mais especificamente, a variedades geográficas distintas.

Por fim, a fala diz respeito ao uso individual de cada usuário da língua. Ao contrário do sistema e da norma, a fala representaria o sistema posto em uso pelos usuários em particular. Para aqueles que trabalham com a abordagem formal da análise linguística, o foco da linguística deve ser a descrição do sistema (funcional e normal), mas não os usos particulares da linguagem.

Vale ressaltar que, dentro da ciência linguística, essa visão de fala – desarticulada da noção de sistema e pouco relevante para a linguística – não é consensual. Há vertentes que defendem uma simbiose entre língua e fala (ou língua e uso), sob a crença de que esta também influencia aquela, na medida em que novas estruturas emergem das necessidades comunicativas dos usuários. No entanto, esse é um assunto para outra aula.

Bem, com base no que discutimos até aqui, podemos retomar a pergunta feita no título desta aula: o português europeu e o português brasileiro representam duas variedades ou duas línguas distintas? Pelas reflexões que fizemos até aqui, podemos afirmar o seguinte, a partir dos critérios linguísticos apresentados: o português europeu e o brasileiro são duas variedades de uma mesma língua, uma vez que, a despeito das diferenças particulares entre as comunidades linguísticas, os falantes do Brasil e de Portugal recorrem a um mesmo sistema funcional (conjunto de regras combinatórias e de seleção de palavras) para a expressão linguística. O único problema é que a Linguística, sozinha, não decide o que é língua e o que é variedade, como veremos na próxima seção.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

Explique, com suas palavras, de que modo os conceitos de língua e norma, descritos por Coseriu (1979), servem para distinguir uma língua de uma variedade.

Resposta comentada

A *língua* representa as regras de seleção (vocabular) e combinação (sintática) compartilhadas por uma mesma comunidade de falantes. Sob esse ponto de vista, o português brasileiro e o português europeu, por exemplo, podem ser vistos como uma mesma língua porque os falantes brasileiros e portugueses recorrem, majoritariamente, ao mesmo vocabulário e às mesmas combinações sintáticas para a expressão linguística. A *norma*, por sua vez, diz respeito aos modos particulares compartilhados por uma mesma comunidade de falantes. Representa o que entendemos por variedade. No português brasileiro oral, por exemplo, preferimos empregar o pronome pessoal do caso reto na função de objeto – *Ex.: eu vi ela na praia*. Já no português europeu oral, mantém-se o pronome oblíquo átono – *Ex.: Eu a vi na praia*. Essas diferenças são relativas à norma, e não ao sistema.

O papel da política na delimitação linguística

Para começarmos esta seção, leia um trecho do artigo “O que é necessário para o português brasileiro se tornar uma língua diferente?”, da jornalista Carolina Fioratti, publicado na revista *Superinteressante*, em junho de 2021:

Não há critérios definidos de antemão – não existe um comitê internacional de linguistas que decide quando nasceu um novo idioma. Mas uma hipotética separação dependeria de basicamente dois fatores: a falta de inteligibilidade entre as línguas (principalmente por escrito) e a motivação política por trás da cisão.

Em outros lugares do mundo, línguas são parte importante da autoafirmação de etnias minoritárias. Nesses casos, não importa o quanto a sua língua seja similar à dos vizinhos: o que interessa é a identidade.

Vide o caso do espanhol e o catalão, que são línguas consideravelmente parecidas. O catalão é autônomo porque funciona como afirmação da Catalunha, que quer ser independente da Espanha.

Como é possível observar, a hipótese apresentada pela jornalista para a separação de duas línguas – falta de inteligibilidade entre as línguas (principalmente por escrito) e a motivação política por trás da cisão – converge para os argumentos tratados na introdução desta aula. Trata-se de uma visão compartilhada por alguns estudiosos, como, por exemplo, o prof. dr. Marcos Bagno, filólogo e linguista da UnB. Na verdade, na perspectiva de Bagno, ele não somente aponta a possibilidade de duas variedades linguísticas transformarem-se em duas línguas por meio de um decreto de lei, como também defende que o português do Brasil cinda com o português europeu, reconhecendo a variedade brasileira como língua autônoma, independente. Nas palavras de Bagno, em entrevista ao *Jornal Opção*, em 13 de junho de 2015: “É preciso dizer, com todas as palavras, em alto e bom som: o português brasileiro é uma língua e o português europeu é outra. Muito aparentadas, muito familiares, mas diferentes” (BAGNO, 2015).

Em artigo de jornal, escrito e assinado pelo próprio estudioso, Bagno (2017) considera que sustentar que o modo de falar de um grupo social é uma língua, e não uma variedade ou um dialeto, é algo que escapa ao controle dos linguistas, filólogos e gramáticos. A despeito de a ciência ter meios de indicar se estamos diante de uma variedade ou de uma língua, esta “é uma decisão eminentemente política e, portanto, ideológica. Os especialistas podem esbravejar, levantar as mãos para os céus, se atirar do décimo andar: não adianta nada” (BAGNO, 2015).

Como ilustração desse fato, para além do catalão e do espanhol, de que já tratamos previamente, Bagno (2017) cita os idiomas *sérvio*, *croata*, *bósnio* e *montenegrino*. Trata-se de línguas tidas como autônomas apenas por razões político-ideológicas. Antes, havia uma língua única, conhecida como *servo-croata*, mas que “se fragmentou” em outras em virtude da dissolução da antiga Iugoslávia. O professor também ilustra que o contrário pode ocorrer. Nesse sentido, dois modos de falar que, à luz da linguística, seriam tratados como sistemas distintos, podem ser reconhecidos como variedades de uma mesma língua. É o que acontece, segundo ele, com o árabe. Tanto a Arábia Saudita quanto o Marrocos fazem uso do árabe, mas fazem uso de variedades tão diferentes entre si quanto o italiano é distinto do português.

Para o linguista (BAGNO, 2015), a cisão entre o português brasileiro e o português europeu pode ser vista como uma vantagem

pela necessidade que vimos detectando, há muito tempo, de que tenhamos no Brasil instrumentos descritivos, e até mesmo normativos, que apresentem, da maneira mais honesta e real possível, a nossa língua: o português brasileiro. Mesmo as variedades urbanas de prestígio são muito diferentes da norma padrão veiculada pela tradição gramatical da língua. Faço a citação de um linguista português, o professor Ivo Castro [da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com doutorado em Linguística Portuguesa]. Ele diz o seguinte (lendo): “Minha opinião de que a separação estrutural entre a língua de Portugal e a do Brasil é um fenômeno lento e de águas profundas, que é fácil e, a muitos, desejável não observar, assenta-se no convencimento de que a fratura do sistema linguístico existe, mas não é aparente a todos os observadores nem é agradável a todos os saudosistas”.

Cabe frisar, no entanto, que a defesa de Bagno (2015, 2017) pela cisão entre as duas variedades do português, instituindo o português brasileiro como sistema distinto do europeu, está longe de ser um consenso entre os linguistas brasileiros. Não obstante esse fato, não podemos afirmar que os argumentos apresentados por Bagno, a respeito de como se institui uma língua ou uma variedade, estejam equivocados. Afinal, as evidências estão aí, presentes em diversas línguas naturais. Um outro argumento defendido pelo autor é que, a despeito dos avanços da descrição do português brasileiro, ainda está bastante presente a ideia equivocada de que *o português correto é o falado em Portugal* e que *os portugueses são os donos da língua*.

Embora, em sua defesa de uma língua brasileira independente, Bagno invista mais na política do que nos critérios linguísticos – “O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política” (BAGNO, 2015) –, o estudioso também apresenta uma série de traços linguísticos que servem para ilustrar as diferenças entre as duas variedades. Aqui, citamos algumas delas:

Quadro 13.4: Algumas diferenças entre o PB e o PE

	Português brasileiro	Português europeu
Plano fonético-fonológico	Há uma única vogal oral “a” no PB. Nas frases, “Vou a casa de Maria” e “a casa de Maria é bonita”, a preposição “a” e o artigo “a” têm exatamente o mesmo som.	No PE, há duas vogais orais “a”. Nessas mesmas frases, as duas ocorrências destacadas soam diferentes. O primeiro é um som mais gutural, produzido na garganta. O segundo é produzido na boca, semelhante ao que realizamos no Brasil.
Plano prosódico	Na realização de uma sentença em que uma palavra termine em -s e a outra comece com -s, é comum o fenômeno do sândi, aglutinando os dois elementos. Exemplo: na leitura dos números seis, sete, no Brasil, dizemos algo como “seisete”.	Também ocorre o sândi em Portugal, mas de maneira distinta. Lá, seis, sete soam como “saixete”.
	A supressão de segmentos vocálicos é relativamente rara no Brasil. Assim, na realização de uma palavra como “interesse”, realizamos todas as vogais e todas as sílabas.	Muitas vogais átonas são suprimidas na fala. Uma palavra polissílaba como “interesse” pode soar dissílaba em Portugal: “intres”.
Plano morfos-sintático	No Brasil, há uma redução dos pronomes de terceira pessoa, sobretudo na oralidade, com forte tendência à substituição dos oblíquos átonos por pronomes do caso reto: “eu vi ela na festa”.	Em Portugal, preservam-se os pronomes oblíquos átonos nessas circunstâncias, mesmo na oralidade: “eu a vi na festa”.
	No Brasil, há a tendência de se apagar a voz média. Perguntamos, por exemplo: “Pode fumar aqui?”	Em Portugal, a voz média se mantém: “Pode-se fumar aqui?”
	No Brasil, é muito comum a transitivização de verbos intransitivos, em contextos que não ocorrem em Portugal. Por exemplo: “Meu bebê está nascendo os dentes”	Em Portugal, essa frase soa agramatical. Uma versão adequada seria: “Estão nascendo os dentes do meu bebê”.

É claro que, de um ponto de vista exclusivamente linguístico, as diferenças apresentadas por Bagno – que vão muito além das apresentadas no **Quadro 13.4** – talvez não sejam suficientes para declarar que o português brasileiro e o europeu são sistemas distintos. Por isso, o estudioso aposta mais em razões políticas – até sob uma perspectiva descolonial – para sustentar o seu ponto de vista. Por isso, para fechar esta seção, transcrevemos aqui as palavras empregadas por Bagno na conclusão de seu artigo (2015):

Dizer que é tudo uma língua só é uma postura ideológica. Dizer que são duas línguas diferentes também é uma postura ideológica. Mas essa, pelo menos, busca se apoiar em argumentos construídos com sólida base teórica e muita investigação. E não nega seu caráter ideológico, como fazem há séculos os defensores de “uma língua só”, mergulhados em sua mentalidade colonizada e/ou colonizadora. Tá bom procê?



O que é a perspectiva descolonial?

O pensamento descolonial tem como essência a crítica e a desconstrução da lógica da colonialidade, que provém das relações de poder e de dominação colonial, mas vai além, na medida em que se expressa nas relações intersubjetivas. [...] A descolonialidade objetiva uma construção do conhecimento que valorize os saberes de indivíduos, grupos e comunidades subalternizados, com foco na realidade e complexidade latino-americana (ZEIBERT; AGNOLETTI, 2019, p. 197).

Atividade 2

Atende aos objetivos 1 e 2

Leia um trecho transcrito da entrevista concedida por Bagno ao *Jornal Opção*, em 13 de junho de 2015, e responda à questão a seguir:

E: Mas como fica a proposta de uma união linguística entre os países chamados lusófonos?

B: Essa ideia de que exista uma coisa chamada “lusofonia”, com vários países de língua portuguesa, é uma bobagem. É uma posição absolutamente neocolonial e que não tem nada a ver com a realidade. Não é nada mais do que um projeto profundamente português. Aqui no Brasil, quando se fala em lusofonia, as pessoas nem sabem o que é. Somos, no Brasil, 90% dos falantes de português no mundo. Então, se alguém tem de mandar na língua somos nós, embora os portugueses achem isso terrível (risos). Eles não têm a menor importância numérica no mundo, comparando-os ao Brasil, mas ainda têm esse saudosismo imperial de querer mandar na língua. Mas a coisa é diferente.

Em sua resposta ao entrevistador, Bagno apresenta uma motivação de ordem político-ideológica para justificar uma cisão entre o português europeu e o português brasileiro. Na sua opinião, quais seriam as desvantagens e vantagens dessa separação.

Resposta comentada

Resposta pessoal. Espera-se que o aluno apresente argumentos que mostrem as possíveis vantagens e desvantagens na cisão entre as duas línguas. Dentre os motivos, eles podem, por exemplo, abordar:

DESVANTAGENS: a) a cisão torna mais difíceis as alianças políticas e econômicas entre países falantes de uma mesma língua; b) as divergên-

cias também diminuem a possibilidade de a língua portuguesa do Brasil ser empregada como língua franca, na medida em que rompe sua identidade não somente com Portugal, como também com todos os outros países falantes de português.

VANTAGENS: a) rompe com uma visão colonialista, que subordina e inferioriza o português do Brasil, em relação ao português europeu; b) valoriza e legitima as normas brasileiras, inclusive a culta, que apresenta usos distintos do português europeu. Como exemplo, podemos citar que, no PB, preferimos a próclise; no PE, a ênclise.

Conclusão

A linguística, na condição de ciência, apresenta critérios próprios que nos permitem dizer se estamos diante de duas línguas ou de duas variedades de uma mesma língua. Como vimos, por meio do emprego dos conceitos de *língua* e *norma* (COSERIU, 1979), podemos declarar que o português brasileiro e o português europeu são uma mesma língua, isto é, um mesmo sistema funcional, mas constituem duas normas distintas, haja vista as particularidades observáveis em como a língua é praticada aqui e em Portugal.

A despeito da existência de critérios linguísticos, eles não são suficientes para determinar legalmente quando estamos diante de uma língua ou de uma variedade linguística, pois, para essa decisão, atuam fatores eminentemente políticos e ideológicos. Sob esse ponto de vista, o Brasil pode, se assim o desejar, instituir o português brasileiro como uma língua autônoma da praticada em solo europeu.

Atividade final

Atende aos objetivos 1, 2 e 3

Julgue se as declarações abaixo são verdadeiras (V) ou falsas (F):

a) () A delimitação das línguas naturais sempre obedece a critérios exclusivamente linguísticos.

- b) () Para Saussure, a língua se caracteriza por um mesmo conjunto de regras de seleção e combinação, que possibilitam o entendimento mútuo entre os falantes.
- c) () Para Coseriu, a norma corresponde aos modos particulares de fala de uma comunidade linguística, que faz uso de um mesmo sistema.
- d) () O termo *norma* pode ser substituído por *variedade* e, nessa perspectiva, está associado à ideia de *normalidade*, e não de *normatividade*.
- e) () Bagno defende que o português europeu e o português brasileiro devam ser considerados sistemas linguísticos distintos com base exclusivamente em critérios político-ideológicos.

Resposta comentada

- a) (F) Uma língua pode ser classificada como tal com base em critérios político-ideológicos. Vimos alguns exemplos nesta aula, como, por exemplo, a cisão entre os idiomas *sérvio*, *croata*, *bósnio* e *montenegrino*, que antes eram uma única língua.
- b) (V)
- c) (V)
- d) (V)
- e) (F) Embora Bagno priorize os critérios político-ideológicos, ele também apresenta divergências linguísticas entre as duas variedades do português.
-
-

Resumo

Nesta aula, tivemos o objetivo de mostrar que a identificação de uma língua ou de uma variedade não se dá unicamente por meio de critérios científicos. Embora a linguística apresente categorias que nos permitam separar o que é uma língua do que é variedade, muitas vezes essa classificação se dá por razões políticas, e não científicas.

Na primeira seção desta aula, apresentamos um conjunto de parâmetros estruturalistas que podem ser empregados para determinar, cientificamente, se estamos ou não diante de uma língua autônoma. Partimos, inicialmente, das dicotomias saussureanas de *langue* e *parole*, e chegamos,

posteriormente, à divisão triádica proposta por Coseriu (1979), em uma reanálise dos princípios saussurianos: *língua*, *norma* e *fala*. Para a análise proposta, priorizamos os dois primeiros conceitos apresentados por Coseriu (1979).

Nesse sentido, vimos que, por *língua*, podemos entender o conjunto de regras de seleção vocabular e de combinação de palavras para a expressão linguística. Assim, o português e inglês se distinguem entre si porque fazem uso de um léxico distinto, bem como de regras combinatórias distintas. Já por *norma*, podemos compreender os modos particulares de comunicação dentro de uma comunidade linguística. Essa comunidade está sujeita, na maior parte do tempo, às mesmas regras de seleção e combinação, mas há particularidades em comparação aos outros grupos. Além disso, a *norma*, mais modernamente, pode ser entendida como *variedade*. Sendo assim, o português europeu e o português brasileiro podem ser vistos como variedades de uma mesma língua. Nessa esteira, a despeito das diferenças pontuais, fazemos uso de um mesmo sistema, o que garante a compreensão mútua entre os falantes brasileiros e portugueses na maior parte das vezes.

Na última seção, por sua vez, tratamos dos aspectos políticos e ideológicos que possibilitam contornar os critérios linguísticos. No mundo, existem línguas que, embora devessem ser interpretadas como variedades de um mesmo sistema, são consideradas línguas distintas. Da mesma maneira, o contrário ocorre, isto é, há variedades linguísticas tão distintas entre si que deveriam ser classificadas como línguas independentes, mas constituem uma língua única. Nesses casos, o que mantém a unidade ou a divergência linguística são as convenções e os interesses políticos.

Por fim, nesta mesma seção, apresentamos a perspectiva de Bagno, filólogo e linguista da UnB que, há quase uma década, tem defendido a cisão entre o português europeu e o português brasileiro. O estudioso faz uso de critérios linguísticos e político-ideológicos, mas se concentra nos últimos, visando a uma proposta descolonial de língua.

Referências

BAGNO, Marcos. Uma, duas, quantas línguas afinal? *Jornal Brasiliários*, 28 mar. 2017. Disponível em: <https://brasiliarios.com/colunas/66-marcos-bagno/538-uma-duas-quantas-linguas-afinal>. Acesso em: 20 set. 2022.

BAGNO, Marcos. O português brasileiro precisa ser reconhecido como uma nova língua. E isso é uma decisão política. Entrevista. *Jornal Opção*, 13 jun. 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/entrevistas/o-portugues-brasileiro-precisa-ser-reconhecido-como-uma-nova-lingua-e-isso-e-uma-decisao-politica-37991/>. Acesso em: 20 set. 2022.

COSERIU, Eugénio. *Teoria da linguagem e linguística geral*. São Paulo: Presença/Editora USP, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira*. Desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

FIORATTI, Carolina. O que é necessário para o português brasileiro se tornar uma língua diferente? *Superinteressante*, 17 jun. 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/o-que-e-necessario-para-o-portugues-brasileiro-se-tornar-uma-lingua-diferente/>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Ivonete da Silva; TIMBANE, Alexandre António. *A identidade linguística brasileira e portuguesa*. Duas pátrias, uma mesma língua? Curitiba: Appris, 2020.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2008.

ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; AGNOLETTTO, Vitória. O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas. *Revista Húmus*, UFMA, v. 9, n. 26, 2019, p. 197-218.

Aula 14

Aspectos fonológicos e morfossintáticos
do português brasileiro

*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Apresentar alguns fenômenos fonológicos e morfossintáticos que são característicos do português do Brasil.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. reconhecer algumas diferenças fonológicas entre o PB e o PE;
2. identificar paradigmas alternativos de concordância verbal no PB que divergem do PE;
3. comparar as normas de uso do pronome oblíquo e do pronome reto nas duas variedades do português.

Introdução

Pronominais

(Oswald de Andrade, 1972)

Dê-me um cigarro
 Diz a gramática
 Do professor e do aluno
 E do mulato sabido
 Mas o bom negro e o bom branco
 Da Nação Brasileira
 Dizem todos os dias
 Deixa disso camarada
 Me dá um cigarro.

Oswald de Andrade (1972), em seu poema *Pronominais*, compara a prescrição normativa para a sintaxe de colocação, inspirada na variedade europeia do português, com o uso efetivo da língua no território brasileiro. Como sabemos, a despeito de a norma padrão prescrever o emprego da ênclise em início de sentença, os brasileiros tendem a preferir a próclise na maior parte dos contextos de uso. Por isso, costumam dizer “me dá” no lugar de “dê-me”, havendo nesse caso, para além do emprego da próclise no lugar da ênclise, uma substituição de tempo verbal, também característica do PB: o uso do presente do indicativo em vez de o imperativo afirmativo. Como estudioso, artista e entusiasta da “língua” brasileira, Oswald já compreendia, no início do século XX, que os aspectos particulares do PB não deveriam ser repelidos, mas, ao contrário, valorizados como marcas próprias de nossa língua e cultura.

Na aula anterior, ao discutirmos se o PB e o PE devem ser vistos como variedades de uma mesma língua ou como sistemas distintos, apontamos, brevemente, algumas diferenças lexicais, fonológicas e morfosintáticas entre as duas variedades. No entanto, não as aprofundamos, uma vez que nosso objetivo, naquele momento, era o de contrapor argumentos que permitissem enxergar o PB e o PE como duas variedades, ou, por outro lado, como dois sistemas distintos. Nesta aula, por sua vez, trataremos mais detidamente de algumas diferenças fonológicas e morfosintáticas que têm sido citadas em várias pesquisas de cunho

variacionista. Por isso, estruturamos esta aula em três seções, a saber: 1. Aspectos fonológicos do PB; 2. Aspectos morfossintáticos do PB I: o caso da concordância verbal; 3. Aspectos morfossintáticos do PB II: o caso do pronome na função de objeto. Bons estudos!

Aspectos fonológicos do PB

De início, trazemos um quadro de Castilho (2016, p. 192), no qual há uma síntese das principais diferenças fonéticas e fonológicas entre o PB e o PE. Na sequência, exploraremos mais detidamente alguns desses aspectos:

Quadro 14.1: Diferenças fonéticas e fonológicas entre o PB e o PE

Português brasileiro	Português europeu
Há 7 vogais tônicas: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/. Não se distingue a vogal temática -a- no presente e no pretérito: <i>falamos</i> . A vogal [e] se mantém como anterior média fechada antes de palatal: <i>espelho</i> .	Há 8 vogais tônicas: /a/, /e/, /ɛ/, /i/, /o/, /ɔ/, /u/, distinguindo-se um /a/ central baixo no presente, <i>falamos</i> , de um /ɛ/ mais alteado no pretérito, [fa'ləmus]. A vogal [e] antes de palatal é dita [ə]: <i>espelho</i> [iʃ'pəlu].
Há 5 vogais átonas pretônicas, e todas soam claramente: /a/, /e/, /i/, /o/, /u/. Todas elas são pronunciadas, e assim não se confunde <i>de frente</i> com <i>diferente</i> . Nessa distribuição, não há distinção entre [e] fechado e [ɛ] aberto. Por isso, pronunciam-se da mesma forma <i>PREGAR um prego</i> e <i>PREGAR na igreja</i> .	Há 8 vogais átonas pretônicas, em que [e] fechado move-se para [ē], como em <i>pêqueno</i> , mas a tendência é omiti-las, como em <i>telefone</i> [tul'fòn], <i>pedido</i> [p'didu] etc. Pedir num hotel <i>um apartamento de frente</i> será entendido como “um apartamento diferente”. Nessa distribuição, distingue-se [e] de [ɛ], e por isso pronunciam-se diferentemente <i>prêgar um prego</i> e <i>prégar na igreja</i> .
Há 3 vogais átonas finais: /a/, /i/, /u/, os dois últimos escritos com e, o: <i>pata</i> , <i>pede</i> , <i>peço</i> .	Há 3 vogais átonas finais: /e/, /ɛ/, /u/.
O ditongo oral ey pode manter-se ou monotongar-se (terreiru/terrêru) e o ditongo nasal êy mantêm-se, como em <i>bem</i> , dito [bêy].	Esses ditongos soam como [ay] e [ãy]: <i>terreiro</i> [t'rɾayru], <i>bem</i> [bãy].
Ditonga-se a vogal final seguida de sibilante: <i>luz</i> [ˈluys], <i>atrás</i> [a'trays].	Não há essa ditongação.
Sílabas terminadas por oclusiva recebem uma vogal, transformando-se em sílabas abertas: <i>adevogado</i> , <i>abissoluto</i> , <i>pissicologia</i> .	Essas sílabas soam fechadas: <i>advogado</i> , <i>absoluto</i> , <i>psicologia</i> .
Pronuncia-se da mesma forma a consoante [l] e a semivogal [-w] em posição final: o advérbio <i>mal</i> e o adjetivo <i>mau</i> são pronunciados da mesma maneira.	O [-l] é lateralizado, como no PB do Rio Grande do Sul, não se confundindo com a semivogal [-w].
O [r] pode ser vibrante simples (<i>caro</i>), vibrante múltipla anterior (<i>carro</i>), vibrante múltipla posterior [ka'Ru] ou velar suarda [ka'xu].	Predomina a vibrante múltipla anterior, como no espanhol.

Fonte: Castilho (2016, p. 192)

a) Sobre a distinção fonológica /a/ e /ɐ/ no PE:

Além de promover uma distinção fonológica nítida entre o presente e o pretérito perfeito do indicativo, o emprego da vogal central baixa /a/ e o da vogal central alteada /ɐ/ servem como um aspecto formal para a diferenciação entre o artigo feminino e o fenômeno da crase na modalidade oral. Como ilustração, observemos as duas sentenças abaixo:

Eu ainda não conhecia a casa de Maria.

Eu fui à casa de Maria.

Enquanto, no português brasileiro, os trechos destacados soam análogos, eles se distinguem no português europeu em:

(i), /'ɐ 'kaze/;

(ii), /'a 'kaze/.

Isso significa que os portugueses têm menos dificuldade com o registro do acento grave, na indicação de crase desses casos, que os brasileiros, uma vez que há distinção fonológica entre artigo ou preposição isolada e a crase, isto é, a junção de preposição e artigo.

b) Sobre a queda de segmentos sonoros:

A queda de segmentos sonoros é relativamente comum nas línguas naturais, não só das vogais como também das consoantes. De acordo com Bybee (2015), esse fenômeno está associado a uma progressiva debilidade sonora na trajetória histórica de uma palavra ou expressão da língua. Sob essa ótica, o falante vai colocando cada vez menos força articulatória na produção sonora de determinados segmentos, o que pode resultar em sua total elisão. Esse foi o caso do verbo inglês *to know*, cujo fonema oclusivo velar desvozeado [k] foi se enfraquecendo ao longo do tempo até deixar de ser realizado na maior parte das variedades do inglês: ['nou], e não ['knou].

Esse tipo de fenômeno tem sido descrito nas línguas naturais há bastante tempo. No século XIX, os neogramáticos nomearam-no como *a lei do mínimo esforço*, que pode ser definida como a tendência de “tornar mais fácil aos órgãos fonadores a articulação das palavras” (COUTINHO, 1977, p. 137). No que tange às mudanças sonoras ocorridas no

português – ou *metaplasmos* –, a referida lei apresenta um princípio de transição comumente observável nas alterações consonantais, a saber: “as consoantes intervocálicas surdas latinas sonorizam-se, em português, nas sua homorgânicas, e as sonoras geralmente caem” (COUTINHO, 1977, p. 137).

Um bom exemplo desse fenômeno é a trajetória de *lupum* → *lobo*, em que observamos a alteração do /p/ – oclusiva surda – para seu par homorgânico sonoro /b/. A explicação para a mudança está no ambiente fonológico. É mais fácil realizar um segmento sonoro entre vogais, que são sempre vozeadas, do que um segmento surdo. Um outro exemplo é a trajetória da palavra *legale* → *leal*, cujo segmento sonoro [g] sofreu síncope, ou seja, a queda do fonema consonantal no interior da palavra.

Mais modernamente, no entanto, essa lei tem sido reinterpretada como um dos aspectos de um princípio cognitivo geral, conhecido como o *princípio da economia linguística*. Embora muito parecido com a referida lei fonética, esse fenômeno é pervasivo a todos os níveis da língua. Recobre não apenas a fonética e a fonologia, como também a própria morfossintaxe, como veremos mais adiante nesta aula.

Sob essa perspectiva, a perda progressiva da força articulatória na produção de segmentos sonoros está associada à previsibilidade e à frequência de uso. Palavras e expressões muito frequentes se tornam estruturas mais previsíveis nos contextos comunicativos e, por esse motivo, investimos menos força articulatória em sua produção, sobretudo em suas sílabas átonas. Por isso, quando olhamos para o apagamento vocálico no PE, como em *diferente* [d'frêti] e *telefone* [tul'fôn], as vogais das sílabas tônicas -ren- e -fo- permanecem inalteradas.

Esse mesmo princípio pode explicar o apagamento das semivogais no PB. Como vimos no **Quadro 14.1**, em nossa variedade, há uma tendência para o apagamento da *iode* – semivogal “i” –, como ocorre em *terreiro* [te'Reru] e *peixe* [ˈpeʃi]. O mesmo fenômeno ocorre com a *wau* – semivogal “u” – em palavras como *tesoura* [te'zorə] e *vassoura* [va'sorə]. A queda está associada à frequência e à previsibilidade, já que não ocorre em palavras de baixa frequência, que tendem a manter a semivogal. Os brasileiros, por exemplo, continuam falando *gueixa*, com a manutenção do som da semivogal, muito embora o apagamento da *iode* seja mais comum antes de consoante palatal, como ocorre no referido vocábulo.

c) A dissimilação presente no PE:

Como vimos no tópico anterior, no PB, o grupo vocálico “ei” tende a realizar-se como um monotongo, de modo que dizemos *bejo* e *quejo*, no lugar de *beijo* e *queijo*, por exemplo. O mesmo fato pode ser observado com o grupo “ou” em exemplos como *tesora* e *vassora*, no lugar de *tesoura* e *vassoura*. Esse fenômeno pode ser descrito como um tipo de assimilação, em que um dos elementos é apagado, em virtude de sua semelhança ou proximidade. No quadro vocálico, “e” e “i” apresentam pontos de articulação relativamente próximos, assim como “o” e “u”. Veja:

	Frontal	Central	Posterior
Fechada	[i] ou /i/		[u] ou /u/
Semifechada	[e] ou /ê/		[o] ou /ô/
Semiaberta	[ɛ] ou /é/	[ɐ] ou /â/	[ɔ] ou /ó/
Aberta	[a] ou /á/		

Figura 14.1: Quadro vocálico do português.

Fonte: Adaptado de Bagno (2011, p. 292).

O mesmo apagamento não ocorre com segmentos sonoros mais distantes, como “au” ou “ai”, em virtude da distância entre os pontos de articulação. Enquanto “e” e “i” são frontais e “o” e “u” são anteriores, com configuração de boca relativamente próxima (fechada e semifechada), “a” está mais distante de “i” e de “u”, pois essa vogal é aberta e central. Por isso, não dizemos *cale*, no lugar de *caule*, nem *cá* no lugar de *cai*, por exemplo. É verdade que dizemos *baxo* em vez de *baixo*, mas isso se deve ao fato de a assimilação ocorrer entre o “i” e o “x”, dado que a posição da língua e a configuração da boca para a produção da vogal e da consoante são relativamente próximas.

A despeito de a assimilação ser um fenômeno bastante frequente, pois é consequência do princípio da economia linguística, às vezes ocorre um fenômeno contrário, que é a dissimilação. No caso dos grupos vocálicos, ela está associada a um processo de hipercorreção, oriundo de um maior monitoramento linguístico. É o que ocorre no PE quando dizem *terrairo*, no lugar de *terreiro*. Trata-se de um processo pouco comum, pois resulta no aumento da complexidade da estrutura. Inclusive, na história do português,

vários segmentos *au* e *ai* tornaram-se, respectivamente, *ou* e *ei* como consequência do princípio da economia linguística, isto é, como resultado de uma assimilação parcial: *lacte* → *laite* → *leite*; *auru* → *ouro*.

d) O padrão silábico CV:

Sabemos que, no português, há diversos padrões silábicos. Como demonstra Câmara Jr. (1985), a sílaba portuguesa pode ser:

- i) simples, isto é, composta por uma vogal. Como exemplo, podemos citar a primeira sílaba de *abelha*: -a-;
- ii) complexa, formada por uma consoante seguida de vogal (CV). Como a primeira sílaba de *cachorro*: -ca-;
- iii) complexa, formada por um grupo consonântico crescente *muta cum liquida*, isto é, uma consoante surda seguida de uma outra líquida, além das vogais, como ocorre na primeira sílaba de *Clóvis*: -clo-;
- iv) complexa, formada com um instável *muta cum muta*, isto é, duas consoantes mudas seguidas, como ocorre na primeira sílaba de *psicólogo*: -psi-;
- v) Complexas travadas, terminadas por consoantes, por nasais ou semivogais, como ocorre nas primeiras sílabas, respectivamente, de *carta*, *ambiente* e *peixe*: -car-, -am-, -pei-.

A despeito dessa variedade no padrão silábico, o português do Brasil tende a priorizar o padrão CV majoritariamente. Segundo os pesquisadores, isso se deve ao substrato das línguas africanas que conviveram no Brasil em boa parte de sua história. As línguas de matriz banta apresentam padrão CV e isso teria influenciado, em grande medida, a prosódia do português falado no Brasil. Por esse motivo, tendemos a dizer *adevogado* (ou *adivogado*) e *pissicologia*, enquanto os europeus realizam o som consonantal sem a presença de uma vogal.

===== **Atividade 1** =====

Atende ao objetivo 1

1. De acordo com os conhecimentos adquiridos na seção 1, explique por que, no PB, é relativamente comum a queda das semivogais em

palavras mais frequentes como *queijo* e *vassoura*, mas o mesmo não ocorre com palavras pouco frequentes, como *gueixa*.

2. De que modo o contato linguístico do PB com línguas de matriz africana contribuiu para a desconstrução fonológica dos encontros consonantais?

Resposta comentada

1. É relativamente comum, nas línguas naturais, que os segmentos sonoros átonos se tornem progressivamente mais débeis nas palavras mais frequentes. Essa debilidade pode levar à queda desse segmento sonoro. É o que observamos nos usos *quejo* e *vassora*, no lugar de *queijo* e *vassoura*. Vale ressaltar que esse fenômeno está associado ao princípio de economia linguística, que afeta as palavras mais frequentes da língua. Esses elementos, por se tornarem muito previsíveis no contexto, recebem menos esforço articulatorio do falante. Sendo assim, vão se tornando cada vez mais enfraquecidos até que deixem de ser articulados. O mesmo não ocorre com segmentos menos previsíveis, presentes em palavras menos frequentes. Por isso, *gueixa* mantém o som da *iode* nos contextos de uso.

2. Durante boa parte da história do Brasil, o português não foi língua majoritária. Convivemos com línguas indígenas e outras de matriz africana. Os africanos, que representaram 2/3 de nossa população, utilizavam línguas de padrão CV, que teriam servido de substrato para o PB. Sob esse ponto de vista, esse seria o motivo de desfazermos os encontros consonantais – *adivogado*, *psicólogo* –, enquanto os europeus mantêm essas formas, sem acrescentar-lhes um som vocálico.

Aspectos morfossintáticos do PB I:
o caso da concordância verbal

Na Aula 1, vimos que, no português brasileiro, há quatro paradigmas concomitantes de concordância verbal. Reproduzimo-lo, novamente, a seguir:

Quadro 14.2: Paradigmas alternativos de concordância verbal no português brasileiro

A		B		C		D	
Eu	falo	Eu	falo	Eu	falo	Eu	falo
Tu Você Ele/Ela		Tu/Você	fala	Tu/Você	fala	Tu	falas
		Ele/Ela		Ele/Ela			
		A gente		A gente			
		Nós					
Nós	fala	Vocês	fala[m]	Nós	falamo[s]	Você	fala
A gente						Ele/Ela	
Vocês						A gente	
Eles/elas							
				Vocês	fala[m]	Nós	falamos
						Vocês	falam
				Eles/Elas		Eles/Elas	

Fonte: Bagno (2011, p. 539).

Como podemos observar, o paradigma D, pertencente à variedade de maior prestígio social, é mais próximo, não por acaso, da variedade europeia do português. Lá, assim como aqui, o uso da segunda pessoa do plural *vós* é bastante raro na fala coloquial cotidiana. No entanto, há outras particularidades na distribuição do emprego dos pronomes em Portugal e no Brasil. Lá, o uso de *tu* e *você* está associado aos níveis de formalidade, sendo o primeiro empregado em contextos mais informais, e o segundo em contextos mais formais, muitas vezes em competição com pronomes de tratamento como *senhor* e *senhora*. Há diferenças também

quanto ao emprego do par *nós* e *a gente*. Em Portugal, os portugueses tendem a valorizar o uso de *nós*, embora a locução *a gente* também seja relativamente comum na fala cotidiana. Segundo Carrilho e Pereira (2011), na Europa, também é habitual a concordância plural com *a gente* – por exemplo, *a gente tivemos que acordar cedo* –, sem que isso seja estigmatizado pelos falantes portugueses.

A simplificação progressiva do paradigma de flexão verbal no PB está associada a dois fatores distintos. De um lado, age o princípio da economia linguística, que, na morfossintaxe, atua a favor da redução das redundâncias. Há uma tendência, nas línguas naturais, para o apagamento das marcas de concordância entre verbo e sujeito. No inglês, por exemplo, a relação entre verbo e sujeito está assegurada por sua relação sintática (posição e presença). Não é necessário, por exemplo, flexionar o verbo para estabelecer concordância com o sujeito na maior parte dos tempos verbais. Para conjugar o verbo *to play*, no passado simples do inglês, basta dizer *played* para qualquer pessoa do discurso: *I played, he played, they played*. No francês oral, as marcas de concordância verbal têm sofrido progressiva redução. Apesar da presença de marcas desinenciais na escrita, a pronúncia dos verbos, na referência às diferentes pessoas do discurso, é a mesma para a maior parte do tempo: *je chante* [‘fât], *tu chantes* [‘fât], *il/elle chante* [‘fât], *nous chantons* [fã’tcõ], *vous chantez* [fã’tẽ], *ils/elles chantent* [‘fât].

Segundo Bagno (2011), a redundância é um tipo de tautologia. Nas palavras do estudioso,

a prova mais evidente de que a concordância é redundante, ou seja, tautológica, excessiva e dispensável, está presente no fato de ela ser... dispensada. Observe que um enunciado como *Eles ainda não chegou* permite, sem nenhum problema cognitivo ou comunicacional, a interpretação <quem chegou foi mais de uma pessoa>. Quem ouvir esse enunciado pode lançar sobre ele todos os juízos de valor social que quiser – é fala de gente “burra”, é fala “descuidada”, é “português estropiado”, “não é português” etc. –, mas estará sendo desonesto se disser que “não entendeu” que se trata de mais de uma pessoa. Do ponto de vista estritamente linguístico, o enunciado “Eles ainda não chegou” não apresenta absolutamente nenhum problema estrutural, por assim dizer (BAGNO, 2011, p. 642).

De outro, a entrada de *você* e de *a gente* tem motivado a reorganização do paradigma de concordância, sobretudo no PB, em que as duas formas são muito mais frequentes em comparação a Portugal. Como sabemos, “você(s)” é um pronome que faz referência à segunda pessoa do discurso – a pessoa com quem se fala –, mas que concorda gramaticalmente na 3ª pessoa do singular/plural. De maneira análoga, “a gente” é uma locução pronominal que se refere à 1ª pessoa do plural, mas que também concorda gramaticalmente na 3ª pessoa do singular. Em grande parte do território brasileiro, as formas “você” e “a gente” predominam nos contextos comunicativos, sobretudo os orais. Com isso, o paradigma B vai se fortalecendo na memória dos falantes. No que diz especificamente ao uso de “você”, Bagno (2011, p. 645) faz as seguintes considerações:

No que diz respeito ao PB, um importante fator na mudança da conjugação verbal foi a generalização do índice de pessoa *você*, que perdeu o valor que tinha de tratamento desigual (do superior para o inferior) e se transformou no mais empregado índice de 2ª pessoa do singular, substituindo amplamente o *tu* como forma de tratamento íntimo, informal. Sendo semântica e pragmaticamente de 2ª pessoa, mas morfologicamente de não-pessoa, *você* já causou a redução nas desinências verbais, pois *você(s)* fala(m) = ele(s) fala(m). Além disso, também ocorreu no PB ampla substituição, no Vernáculo Geral Brasileiro, de *nós* por *a gente*, que também se vale da morfologia da não-pessoa do singular: *a gente* fala = *você* fala = *ele* fala.

É interessante notar que as duas formas, *você* e *a gente*, entram na língua em todas as variedades, tanto nas mais monitoradas quanto nas mais estigmatizadas. Estudos da década de 1990 sobre a alternância entre *nós* e *a gente* (LEITE; CALLOU, 2002) demonstram que o uso de *a gente* é bastante frequente também na variedade culta, como é possível ver no gráfico a seguir. Estima-se que, hoje, a frequência de *a gente* seja ainda maior, haja vista que é relativamente comum seu uso em textos mais formais da modalidade escrita.

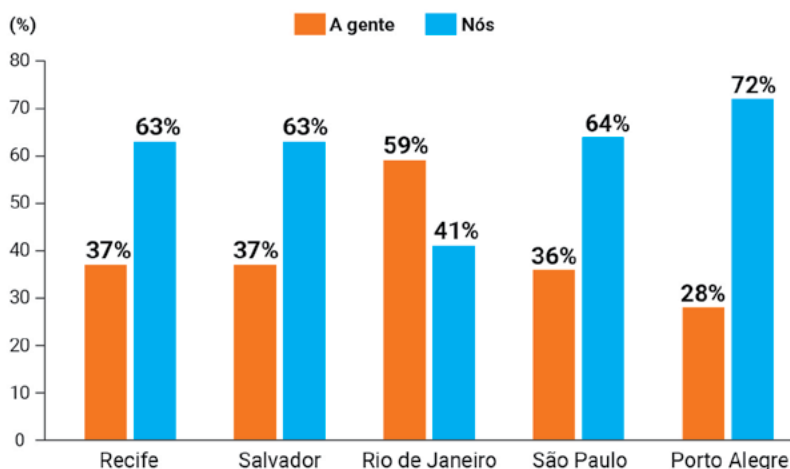


Figura 14.2: Percentuais de uso de nós e a gente.

Fonte: Callou e Leite (2002, p. 54).

Além do paradigma B, concorre também para o uso o paradigma A, em que a única distinção formal no verbo se refere à desinência de 1ª pessoa do singular. No entanto, trata-se, pelo menos ainda, de um paradigma menos frequente. Embora seja ainda mais econômico do ponto de vista cognitivo e comunicacional, o apagamento das desinências de plural é socialmente estigmatizado e, como consequência, boa parte dos falantes recrimina o seu uso.

Aspectos morfossintáticos do PB II: o caso do pronome na função de objeto

A norma-padrão do português prescreve que os pronomes pessoais do caso reto devem ser empregados na função de sujeito, mas não de objeto. Para essa função, destinamos os pronomes oblíquos, como é possível perceber na passagem a seguir, de Cegalla (2000, p. 486):

Via de regra, os pronomes pessoais retos empregam-se como sujeitos, e os oblíquos como objetos ou complementos. Exemplo:

Ele	me	defende
<i>sujeito</i>	<i>objeto direto</i>	<i>verbo</i>

Contudo, as formas retas *ele(s)*, *ela(s)*, *nós*, *vós* [...] também se usam com função objetiva, mas regidas sempre de preposição. Exemplos:

Pagarei *a ele mesmo*.

Lutei *contra ele*.

Atiraram *contra nós*.

Na linguagem coloquial informal, podem-se usar as formas pronominais retas como objetos diretos quando precedidas de *todos* ou *todas* ou acompanhadas de numeral:

Eu trouxe *todos eles* comigo.

Quando crescêssemos mais ele ia pôr *nós dois* para amansar o burro bravo.

Como é possível observar, com poucas exceções, pode-se empregar, à luz da norma padrão, o pronome reto em função objetiva. Sob esse ponto de vista, não são abonados usos como *eu vi ele na festa*, por exemplo. Paralelamente, a norma padrão também não prevê o uso do objeto nulo, bastante comum no PB, como podemos observar na ocorrência abaixo:

(15) “então... antigamente... se eu quisesse calcular uma ponte... eu calculava Ø... dava Ø para um desenhista... ele desenhava Ø... agora num escritório... não é assim né? Então... depende do arquiteto que vai lançar... a arquitetura da obra... aí eu calculo Ø... o desenhista... desenha Ø... mas eu calculei Ø... não foi sozinho... eu processei metade... dos cálculos... utilizei o pessoal da computação” (SAO – D2 343:904-911) (BAGNO, 2001, p. 107).

Como vimos nas aulas do Volume 1 desta disciplina, devemos distinguir a norma-padrão, uma idealização do uso linguístico, da norma culta, que representa as regras efetivas de uso empregadas pelos cidadãos mais escolarizados, em situações linguísticas mais monitoradas. Quando olhamos para os dados de uso do PB, fica cada vez mais evidente que o emprego do pronome reto na função de objeto, bem como de objeto nulo, é muito frequente, inclusive em contextos linguísticos formais. Como ilustração, vejamos algumas ocorrências extraídas de

jornais brasileiros de grande circulação, em que *ele* é empregado na função de objeto direto (BAGNO, 2001, p. 106):

(11) “Vendido por US\$ 4 milhões para o Valencia, o atacante Viola apresenta-se com a camisa do time no estádio da equipe, na Espanha (foto). O time espanhol quer que o jogador inicie treinos já no próximo dia 25. Mas o Corinthians quer *ele* no Brasil até 10 de agosto, para as finais do Paulista no caso de classificação da equipe” (FSP, 5/7/1995, p. 4-4).

(12) “Fleury aposta na popularidade do senador eleito Romeu Tuma (PL) para engordar sua candidatura. Quer *ele* como vice em sua chapa e até já reservou uma sala para Turma no escritório político que montou em São Paulo” (FSP, 15/1/1995, p. 1-15).

(13) “No final da reunião, o governador mudou seu discurso reticente sobre a proposta e praticamente admitiu concorrer a um novo mandato. Disse que um embate com o ex-prefeito Paulo Maluf deixa *ele* ‘estimulado’ a aceitar uma nova disputa pelo governo” (FSP, 2/9/1997, p. 1-10).

De acordo com Bagno (2001, p. 102), quando se comparam o PB e o PE no que se refere ao emprego dos pronomes oblíquos de 3ª pessoa, pode-se

afirmar, sem medo de errar, a respeito do português do Brasil [...] que nesta língua os pronomes oblíquos de 3ª pessoa estão, senão totalmente mortos, pelo menos moribundos, tendo os últimos estertores. Só conhecem esses pronomes (mas nem por isso usam) as pessoas que frequentaram a escola e que, ali, entraram em contato (direta ou indiretamente) com os quadros pronominais da língua literária clássica e, por causa desse contato, sofrem pressão da norma-padrão conservadora. [...] A prova mais eloquente dessa extinção é que esses pronomes oblíquos átonos (também chamados de clíticos de 3ª pessoa) simplesmente nunca aparecem na fala das crianças que ainda não frequentam a escola, nem na fala dos adultos analfabetos ou semianalfabetos. Nesses dois grupos de cidadãos, que não sofrem o policiamento gramatical da escola, é que podemos encontrar as regras gramaticais que realmente estão em vigor, que fazem parte da *língua materna* da maioria da população. Se as crianças em idade pré-escolar não usam os clíticos, é porque não aprenderam com seus pais e demais familiares a usar esses pronomes (ainda que esses pais e familiares possam ser classificados como falantes cultos, porque

mesmo na fala dos brasileiros cultos a ocorrência desses clíticos é raríssima, como toda uma bibliografia baseada em pesquisas de campo tem demonstrado fartamente!).

Partindo-se desses fatos, devemos, na condição de professores de língua portuguesa, problematizar as prescrições presentes nos compêndios gramaticais, já que não flagram os diferentes usos cultos da língua. Inclusive, há bons estudos fonético-fonológicos que explicam por que, no português do Brasil, os clíticos de 3ª pessoa vêm desaparecendo. Em virtude do espaço de que dispomos, optamos por não explorar esses aspectos, mas deixaremos, no box a seguir, a referência, caso você tenha interesse em aprofundar seus estudos.



Para saber mais...

Para estudar mais sobre o desaparecimento dos clíticos no PB, consulte a pesquisa da professora Maria Eugênia Duarte a seguir:

DUARTE, Maria Eugênia L. A redução no quadro de clíticos de terceira pessoa no português brasileiro: um estudo diacrônico. *Revista Labor Histórico*, v. 7, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/44191>. Acesso em: 16 nov. 2022.

Para fechar esta seção, trazemos uma passagem de Silveira Bueno (1955, p. 210-211), em que é possível observar que o uso sistemático e predominante do pronome reto no lugar de pronome oblíquo é fato antigo no PB:

Proíbe-se, no português clássico e moderno, que se empreguem as formas retas dos pronomes pessoais em função complementar, como objeto direto, mormente não preposicionado. Tal proibição, que é dogma da gramática e do ensino oficial tanto em Portugal como no Brasil, encontra numerosas exceções no português arcaico e, em nossa pátria, é de todo transgredida na língua

familiar e viva da sociedade. De tal modo está entranhado tal uso em nossos hábitos linguísticos que, embora formados por escolas até superiores, exercendo carreiras liberais onde o exercício intelectual é contínuo, ainda assim, empregamos as formas retas objetivamente. No Brasil, pelo menos, somente o esforço da escola e o policiamento contínuo da gramática conseguem diminuir os casos desse emprego, mormente quando se trata de documentos escritos. Parece-nos, portanto, que seja emprego radicalmente português, que esteja no cunho mesmo do idioma, espontaneidade que a força inegável da instrução tem dominado com dificuldade.

Atividade 2

Atende aos objetivos 2 e 3

Nos excertos abaixo, observam-se alguns dos fenômenos tratados nas duas últimas seções desta aula. Explique-os:

- a) “Carmen foi uma inocente brasileira altamente criativa triturada pela indústria do show business americano, que pegou ela linda, nova e devolveu num caixão, inchada de injeção, de pílula para ficar esperta” (BAGNO, 2001, p. 106).
- b) “[...] e a gente faz uma comida que a titia chama de jardineira, com couvinha mineira. Faz couvinha mineira, junta com aquela couvinha bem partidinha, faz na frigideira, depois põe por cima da carne e põe legumes” (BAGNO, 2001, p. 107).
- c) “Existem preferências nos agrupamentos de fonemas, as quais, associadas à frequência de uso, nos fornece indícios de que há, de fato, numa dada sincronia, um princípio que podemos chamar de eufônico” (BAGNO, 2011, p. 650).

Resposta comentada

Em (a), temos o emprego do pronome reto no lugar do oblíquo átono em “pegou ela linda”. Para a norma-padrão, o indicado seria: “que a pegou linda”. Como vimos, trata-se de um tipo de uso bastante produtivo no PB, que ocorre, inclusive, em contextos altamente monitorados.

Em (b), temos a elisão do objeto depois dos verbos *junta*, *faz* e *põe*. Trata-se de um uso também não descrito nos compêndios gramaticais, que reconhece o sujeito elíptico, mas não o objeto.

Em (c), temos um paradigma não canônico de concordância. A forma verbal *fornece* deveria estar no plural, à luz da norma padrão, concordando com o sujeito “preferências”.



Conclusão

As línguas humanas estão em constante processo de variação e mudança. Uma língua muda tanto em razão de fatores internos quanto em razão de fatores externos. De um lado, atuam os processos cognitivos – como o princípio da economia linguística, por exemplo – na simplificação dos usos linguísticos e na sua automatização. De outro, atuam os processos interacionais, já que as formas linguísticas em variação e/ou mudança normalmente são mais frequentemente empregadas nas situações comunicativas. Como vimos, quanto mais frequente é uma forma linguística, mais previsível ela se torna no contexto e, por isso, empenhamos menos força articulatória em sua realização fonética, por exemplo.

Cabe frisar, no entanto, que há fatores externos que atuam como uma força contrária à mudança. Muitas vezes, parte da sociedade, por atribuir um valor negativo ou uma noção de erro a uma mudança em curso, freia-a por algum tempo. No PB, por exemplo, a manutenção do paradigma canônico da concordância verbal, bem como do pronome oblíquo na função de objeto, é provavelmente o resultado da atuação dessa força. Como sabemos, a ausência de marca de concordância verbal, bem como o uso do pronome reto no lugar do oblíquo são estigmatizados no PB, embora estejam presentes em contextos de uso mais monitorados.

Vale lembrar, no entanto, que nem todo movimento de manutenção das formas linguísticas existentes deve ser visto como nocivo à língua. São exatamente essas forças centrípetas – que freiam, em certa medida, a mudança –, que permitem que a língua mantenha seu estado de coesão e unidade por mais tempo.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 a 3

Julgue se as declarações a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F):

- a) () O PB e o PE apresentam a mesma quantidade de fonemas vocálicos.
- b) () O PE tende à elisão das vogais átonas ao passo que o PB as mantém.
- c) () As formas *a gente* e *você* são específicas do PB.
- d) () No PB, o uso do pronome oblíquo está associado exclusivamente à escolarização.
- e) () No PB, emprega-se frequentemente pronome reto no lugar de pronome oblíquo átono.

Resposta comentada

- a) (F) O PB apresenta 7 vogais tônicas, 5 pretônicas átonas e 3 postônicas átonas; o PE apresenta 8 vogais tônicas, 8 pretônicas átonas e 3 postônicas átonas.
- b) (V)
- c) (F) As formas *a gente* e *você* também existem no PE, embora sejam menos frequentes em comparação ao PB.
- d) (V)
- e) (V)

Resumo

Nesta aula, tratamos de alguns aspectos fonológicos e morfossintáticos do português brasileiro, com o objetivo de distingui-lo da variedade europeia. No que tange à fonologia, diferenciamos a realização de alguns segmentos vocálicos e consonantais nas duas variedades; já em relação à morfossintaxe, selecionamos dois fenômenos que consideramos mais representativos: a diferença nos paradigmas de concordância verbal e no uso dos pronomes na função de objeto.

Inicialmente, mostramos que a quantidade de vogais tônicas e átonas é distinta nas duas variedades. Essa diferença serve-nos para explicar, por exemplo, por que a 1ª pessoa do plural do presente do indicativo e a 1ª pessoa do plural do pretérito perfeito são fonologicamente distintas no PE, mas não no PB. Enquanto no Brasil, pronunciamos as duas formas de maneira análoga: /fa'lamos/, no PE, há uma distinção no pretérito perfeito, em que a vogal é produzida com um alteamento: /fa'lemos/. O mesmo tipo de fenômeno, por exemplo, serve para identificar, na oralidade, o fenômeno da crase: no PE, a preposição ou o artigo isolados pronunciam-se de forma distinta da contração a + a (à): vogal central alteada no primeiro caso e vogal central baixa no segundo.

Também vimos que a queda de segmentos sonoros é relativamente comum nas línguas naturais, sendo, na maioria dos casos, em decorrência da atuação do princípio de economia linguística. No PB, observamos esse fenômeno por meio do apagamento das vogais pretônicas, de modo que expressões como *de frente* e *diferente* tenham o mesmo som: [d'frêti]. Também vimos que esse mesmo princípio serve para explicar a queda das semivogais em português, em ocorrências como *bejo* e *tesora*, no lugar de *beijo* e *tesoura*, por exemplo.

Ainda no que tange aos aspectos fonológicos, também nos detivemos na análise de fenômenos como a dissimilação, que resulta no aumento de complexidade articulatória – exemplo ['layte] no lugar de ['leyte] – e da força do padrão silábico CV no PB, que nos leva a desfazer alguns encontros consonantais, como observamos em *adivogado*, *pisicólogo*, em vez de *advogado* e *psicólogo*.

No que diz respeito à morfossintaxe, mais especificamente à concordância verbal, vimos que, no PB, há quatro paradigmas. Além do canônico, em que há desinências de número e pessoa para a indicação de cada pessoa do discurso, existem outras, alternativas, em que a variação

de desinências é menor. Como vimos, esse é o resultado de dois fatores: de um lado, atua também o princípio da economia linguística, que, na morfossintaxe, busca a redução das redundâncias; de outro, há a entrada das formas *a gente* e *você*, que impactam o sistema gramatical de concordância, uma vez que exigem concordância de 3ª pessoa do singular.

Por fim, tratamos das diferenças no emprego dos pronomes oblíquos e retos na função de objeto, comparando o PB e o PE. Vimos que, na nossa variedade brasileira, o uso de pronome pessoal reto é predominante, sendo o emprego do oblíquo uma consequência da escolarização e do alto monitoramento linguístico. Também discutimos que é bastante comum a elisão do objeto no PB.

Referências

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro?* Um convite à pesquisa. São Paulo: Parábola, 2001.

BYBEE, Joan. *Language Change*. New York: Cambridge University Press, 2015.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1985.

CARRILHO, Ernestina; PEREIRA, Sandra. *Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão do português europeu*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 2011.

CASTILHO, Ataliba de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 4. reimp. São Paulo: Contexto, 2016.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nacional, 2000.

COUTINHO, Ismael da Silva. *Gramática histórica*. São Paulo: Ao Livro Técnico, 1977.

DUARTE, Maria Eugênia L. Clítico, acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas/Pontes/UNICAMP, 1989.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. *Como falam os brasileiros*. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1955.

Aula 15

**Variação e mudança em curso
no português brasileiro I: teorias
da variação e da mudança**

*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Apresentar, de forma panorâmica, fundamentos da teoria da variação e da mudança, em perspectiva sociolinguística e funcionalista.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. compreender e distinguir alguns conceitos basilares da sociolinguística variacionista, tais como: variação, variante e variável.
2. conhecer alguns conceitos fundamentais do funcionalismo, tais como: variação, mudança, gramaticalização e lexicalização.

Introdução

Observe o emprego da palavra *tipo* no tweet abaixo:

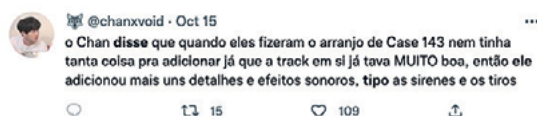


Figura 15.1: Uso coloquial da palavra *tipo*.

Fonte: <https://twitter.com/chanxvoid/status/1581269730983149570>. Acesso em: 7/12/2022.

Segundo a lexicografia, *tipo* é um substantivo comum que denota um “conceito que exprime a essência comum a um conjunto de coisas ou seres e que serve como paradigma” (cf. *Priberam*) e, dessa maneira, assemelha-se ao significado que normalmente se atribui à palavra *modelo* em uma de suas acepções mais básicas, como no exemplo: *esse é o tipo/modelo de relacionamento com que sempre sonhei*. No *tweet* apresentado, no entanto, *tipo* se apresenta com outra função e outro significado. Atua como uma preposição accidental que carrega um sentido análogo ao da preposição *como*: “ele adicionou mais uns detalhes e efeitos sonoros, *como* as sirenes e os tiros”.

À luz da sociolinguística variacionista, podemos afirmar que *tipo* e *como* são variantes nesse contexto de uso, na medida em que, ali, são funcionalmente equivalentes e, por isso, se neutralizam. Cabe frisar, no entanto, que essa alternância nem sempre é válida. Como ilustração, vejamos um novo *tweet*:

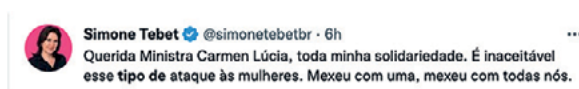


Figura 15.2: Emprego do substantivo *tipo* no sentido mais usual.

Fonte: <https://twitter.com/simonetebr/status/1583810601452593152>. Acesso em: 7/12/2022.

Observe que, nesse caso, a substituição não é produtiva, já que resultaria em uma estrutura malformada: “é inaceitável esse **como* de ataque às mulheres”. Vale ressaltar que o emprego de *tipo* como preposição é mais recente na língua. Isso significa dizer que *tipo* sofreu mudanças ao longo da história do português, mais especificamente, passou por um

processo de gramaticalização, que lhe permitiu atuar com um novo sentido e uma nova função no plano gramatical da língua.

Nesta aula, veremos como a variação e a mudança convivem na língua. Também entenderemos algumas das motivações cognitivas que motivam a mudança. Para isso, estruturamos este capítulo em duas partes. Na primeira, falaremos um pouco da abordagem da sociolinguística variacionista; na última, do funcionalismo norte-americano. Assim, você terá condições de compreender como esses temas são tratados à luz de duas correntes teóricas distintas. Bons estudos!

Variação e mudança na perspectiva da sociolinguística variacionista

A Teoria da Variação tem como objetivo descrever as variantes das línguas, sejam elas fonético-fonológicas ou morfossintáticas. Segundo Tarallo (1986, p. 8), “variantes linguísticas são diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto e com o mesmo valor de verdade”. Em outras palavras, para que duas estruturas sejam consideradas variantes, é necessário que sejam funcionalmente equivalentes em determinados contextos de uso, isto é, que sejam intercambiáveis, de modo que a troca de uma pela outra não implique diferentes *condições de verdade*. Como ilustração, vejamos dois casos:



Condições de verdade

Nos estudos variacionistas, empregamos a expressão “mesmas condições de verdade” para fazer referência aos casos em que duas ou mais estruturas linguísticas – palavras, expressões e sentenças – podem ser utilizadas para representar um mesmo estado de coisas, ainda que haja algum nível de diferença de sentido entre essas estruturas. Como exemplo, podemos citar as estruturas de voz ativa e passiva. Embora as sentenças “João abriu a porta” e “A porta foi aberta por João” apresentem diferenças semântico-pragmáticas – os focos são distintos –, elas são usadas para retratar o mesmo evento.

a) Variáveis fonético-fonológicas

No PB, a palavra *tia* pode ser realizada de duas maneiras: com uma oclusiva surda dental [ˈtia] ou como uma africada alveopalatal [ˈtʃia].

b) Variáveis morfossintáticas

As estruturas ativas e passivas, embora não sejam semântica e/ou pragmaticamente equivalentes, na medida em que implicam diferentes modos de representação de uma cena, são variáveis, pois são formas alternáveis para a manifestação de um mesmo estado de coisas (cf. WEINER e LABOV, 1977). Por exemplo, nas sentenças “João comprou o livro” vs. “O livro foi comprado por João”, há diferenças quanto à conceptualização em cada sentença, posto que o foco recai em estruturas diferentes.

Nas sentenças ativas, o foco recai normalmente no objeto direto, já que é lá que normalmente se encontra a informação nova. Já nas sentenças passivas, o foco recai no agente da passiva. Para dar um pouco mais de contexto, podemos dizer que a primeira frase possivelmente seria a resposta para uma pergunta do tipo “O que João fez?”. Já a segunda seria uma provável resposta para “Quem foi que comprou o livro?”.

A despeito dessas diferenças no plano semântico-pragmático, a literatura considera essas estruturas variáveis, não em virtude de uma equivalência semântica, mas, sim de competirem pelo uso para a representação de um mesmo estado de coisas. Inclusive, nas palavras de Labov (1978, p. 2), em um texto sobre a variação entre estruturas da voz ativa e da passiva, a variação pode ser aferida quando “duas expressões que se referem a um mesmo estado de coisas têm o mesmo valor de verdade”.

Vale ressaltar que, para a sociolinguística variacionista, não basta dizer que duas ou mais formas são variantes. Importa também observar em que condições, ou contextos, a variação ocorre. Para isso, ela lida com os conceitos de *variáveis dependentes e independentes*. A variável dependente diz respeito ao fenômeno em variação, como, por exemplo, o uso alternável de *nós* e *a gente* no português para fazer referência ao que convencionamos chamar de 1ª pessoa do plural. Já a variável independente se refere aos fatores, sejam linguísticos ou sociais, que motivam a escolha de uma ou de outra variante.

Como ilustração das variáveis independentes de ordem linguística que motivam a variação, podemos citar o caso da concordância verbal. Os estudos em descrição do português têm revelado que a concordância

canônica, em que o verbo concorda em número e pessoa com o sujeito, tende a ser respeitada quando o verbo vem imediatamente depois do sujeito. No entanto, o desvio da concordância canônica tende a aparecer quando sujeito e verbo estão distantes ou em ordem inversa. Como ilustração, seguem dois exemplos de uso. No primeiro, há uma oração adjetiva reduzida de particípio separando sujeito (a pesquisa científica) do verbo (confirmaram); no segundo, o verbo (ficou) está imediatamente anteposto ao sujeito (as placas):

- i) Por outro lado, *a pesquisa científica* levada a efeito por grandes projetos coletivos dos anos 70 *confirmaram* a hipótese de Nelson Rossi sobre o policentrismo da sociedade brasileira, nucleada – após a intensa urbanização do país – no Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. (Ataliba T. de Castilho, “A hora e a vez do português brasileiro”) (BAGNO, 2011, p. 648).
- ii) Blumenau não tem mais Lombadas eletrônicas. Fotos na Rua São Paulo onde só *ficou as placas* de “50 km/h Fiscalização Eletrônica”. (<http://regional.centralblogs.com.br/post.php?href=blumenau+nao+tem+mais+lombadas+eletronicas&KEYWORD=12534&POST=3858240>) (BAGNO, 2011, p. 652).

Em (i), o verbo ficou no plural (confirmaram) provavelmente pela proximidade com o sintagma “grandes projetos coletivos dos anos 70”, o que levou o enunciador a seguir uma regra de concordância por proximidade ou atração. Já em (ii), a posposição do sujeito fez com que esse termo da oração já não fosse reconhecido como tal, considerando que sua posição prototípica é a pré-verbal. Estas são motivações possíveis para a falta de concordância à luz da norma padrão.

Já como ilustração das variáveis independentes de ordem social que motivam a variação, podemos retomar as variantes *tipo* e *como*, tratadas na introdução desta aula. Os dados linguísticos empiricamente atestados revelam que o uso de *tipo* como variável de *como* está associado a contextos menos formais de comunicação. Nesse sentido, pessoas mais letradas, na produção de gêneros textuais altamente monitorados – como os da esfera científica e jurídica, por exemplo –, costumam não empregar *tipo* na função de preposição acidental.

As variáveis independentes de ordem social são bastante distintas e costumam dizer respeito a fatores como gênero, idade, classe social, região e nível de escolaridade. Elas normalmente são tão determinantes para a variação linguística que, como vimos no primeiro volume desta disciplina – Aulas 1 a 4 –, é comum que os sociolinguistas agrupem as variantes em conformidade com esses fatores. Para lembrar, são os seguintes tipos básicos:

- **Variação diatópica:** envolve as variantes que se distinguem em virtude da região. Por exemplo, no que diz respeito ao léxico, no Nordeste, diz-se *mandioca*; no Sudeste, *aipim*. No que diz respeito à fonética, no Nordeste, a palavra *modelo* pode ser realizada com o primeiro “o” fechado ou aberto – [moḁdelu ~ moʔdelu]; no Sudeste, emprega-se apenas o som fechado no primeiro “o”.
- **Variação diastrática:** envolve as variantes que se caracterizam pela diferença de escolaridade, classe social, faixa etária. No Brasil, o rotacismo *bicicreta*, *framengo*, por exemplo, está associado à baixa escolaridade e às classes sociais mais baixas.
- **Variação diafásica:** envolve as variantes que são sujeitas ao tipo de registro ou ao nível de formalidade linguística. Um mesmo usuário, nesse sentido, pode empregar formas distintas em conformidade com o contexto comunicativo. Um carioca, por exemplo, pode dizer *mermo* em uma conversa entre amigos, mas empregar a forma *mesmo* em uma entrevista de emprego.

Para fechar esta seção, trataremos de dois últimos conceitos: variação estável e mudança em curso. Dizemos que uma variação é estável quando duas variantes convivem na língua, lado a lado, sem que haja indícios de que uma esteja suplantando a outra.

Quando comparamos, por exemplo, o futuro do presente canônico com a perífrase de futuro – e.g.: *comerei* vs. *vou comer* –, temos razões para dizer que estamos diante de um quadro de variação estável, uma vez que não há indícios de que uma variante substituirá a outra. Por sua vez, dizemos que temos uma mudança em curso quando visivelmente uma forma está entrando em desuso na língua, sendo seu desaparecimento provável. Como ilustração, podemos citar a primeira pessoa do presente do indicativo do verbo *expedir*. Inicialmente, empregava-se a forma *expido*. No entanto, com o tempo, surgiu a forma *expeço*, pois inconscientemente as pessoas associavam esse verbo ao verbo *pedir*,

pensando se tratar de uma forma derivada, a despeito de terem origem distintas. Com o tempo, a forma *expido* tornou-se obsoleta e hoje só se emprega a forma mais recente: *expeço*.

Atividade 1

Atende ao objetivo 1

Iara Ferreira de Melo Martins (2004), em seu texto *Apagamento da oclusiva dental /d/: perspectivas variacionista e fonológica*, apresenta-nos os resultados de sua pesquisa na região de João Pessoa, em que competem pelo uso as formas fonológicas /ndo/ vs /no/, como em *dizendo* e *dizeno*, por exemplo. Veja o trecho abaixo, extraído de seu texto e responda às questões em sequência:

Observando o comportamento da variável anos de escolarização, verificamos que os resultados evidenciam a influência da escola no processo de variação do apagamento da oclusiva dental. A menor probabilidade de ocorrência está correlacionada ao maior tempo de exposição à escola, aumentando à medida que os anos de escolarização diminuem.

Dessa forma, notamos que o fenômeno do apagamento está em uma relação inversamente proporcional ao nível de escolarização. Ou seja, os falantes sem escolaridade e os de 1 a 4 anos aplicam mais a regra do apagamento em oposição aos falantes com mais anos de escolarização, uma vez que os informantes de 9 a 11 anos e os universitários correlacionam mais negativamente ao uso e empregam mais a forma padrão. Esses resultados, dessa forma, ratificam a nossa hipótese inicial de que os falantes mais escolarizados apresentam uma maior conscientização linguística e fonológica.

Confirmando o que estabelece a proposta teórica da sociolinguística variacionista, a variação refletida nos dados não tem nada de aleatório. Estamos diante de uma heterogeneidade bastante estruturada. As variações nesses resultados indicam a diferenciação entre os dialetos sociais, deixando claro o valor da função social que essa regra variável tem para a comunidade (MARTINS, 2004, p. 69).

- a) Quais são as variáveis dependentes e a variável independente relacionadas no trecho?
- b) Pelos resultados apresentados, temos uma variação estável ou uma mudança em curso? Justifique.

Resposta comentada

- a) As variáveis dependentes (ou variantes) são as formas terminadas em *-ndo* no português, que podem realizar-se com a presença ou não do /d/, como em *dizendo* e *dizeno*, por exemplo. A variável independente é a faixa etária. Como vimos, o apagamento é mais comum nos mais jovens, mas vai diminuindo à medida que o jovem vai se escolarizando.
- b) Tudo indica que são variáveis estáveis. Se a escolarização é um critério para a diminuição do apagamento, isso revela que as pessoas tendem a avaliar positivamente as formas que preservam a oclusiva. Nesse sentido, o seu emprego é o resultado de um maior monitoramento linguístico.

Variação e mudança no funcionalismo norte-americano

A despeito de o funcionalismo também lidar com os conceitos de variação e mudança, ele o faz com acepções distintas. A variação, no funcionalismo, está associada à noção de gradiência semântica e/ou funcional. Em outras palavras, diz respeito aos diferentes sentidos (polissemia) e às diferentes funções (polifuncionalidade) atribuídas a um determinado item ou expressão linguística. Como ilustração, observe as seguintes sentenças:

- a) Todo cidadão brasileiro *deve* respeitar as leis federais.
- b) Maria *deve* estar doente, pois faltou ao trabalho.

- c) Minha mãe *vai* à feira aos finais de semana.
- d) Acho que *vai* chover.

Nas sentenças (a) e (b), o verbo *dever* exerce a função de modalizador. No entanto, há diferenças semânticas nos dois usos. No primeiro caso, há sentido deontico, de obrigação, já que se trata de uma regra; no segundo caso, há sentido epistêmico, pois *deve* se refere a um estado de coisas provável. Trata-se de uma inferência, e não de uma certeza. Sendo assim, observamos, na comparação entre os dois exemplos, um caso de gradiência semântica, isto é, de polissemia.

Nas sentenças (c) e (d), por sua vez, *vai* apresenta duas funções (e dois sentidos) distintas. Na primeira ocorrência, é um verbo pleno e evoca um sentido de deslocamento espacial; na segunda, é um verbo auxiliar e evoca um sentido de deslocamento temporal. Trata-se de um caso de gradiência funcional e semântica, já que o verbo muda tanto de função – de pleno para auxiliar – quanto de significado.

Para o funcionalismo, podemos tratar esses casos como variação porque todas essas formas convivem na língua. Em nossa sincronia, empregamos *dever* com esses dois sentidos, bem como o verbo *ir* com essas duas funções. Se compararmos, portanto, o que é variação para a sociolinguística variacionista e para o funcionalismo, podemos dizer que, para a primeira, há variação quando duas ou mais formas apresentam o mesmo valor de verdade e, por isso, competem pelo uso em contextos análogos; para o último, variação representa os diferentes sentidos e/ou funções de uma mesma forma. De modo prático, podemos representar assim:

- i) sociolinguística variacionista: 2 formas → um mesmo valor semântico e/ou de verdade;
- ii) funcionalismo: 1 forma → mais de um valor semântico e/ou funcional.

A mudança, por sua vez, está associada à descrição da trajetória de um determinado item ou expressão linguística ao longo do tempo, que sofre alterações formais, funcionais e/ou semânticas. Para o funcionalismo, não basta identificar, por exemplo, que *tipo* passou, com o tempo, a exercer função de preposição acidental; que *dever*, originalmente

deôntico, passou a ser utilizado em contextos epistêmicos; ou que *ir*, originalmente pleno, passou a ser empregado também como verbo auxiliar. Além desse aspecto, cabe ao funcionalismo entender por que essas mudanças ocorrem e como elas ocorrem.

Entender o processo de mudança, e não só seu resultado, é uma pauta importante para o funcionalismo porque os estudos evidenciam que há uma rota geral previsível para a mudança. A passagem de verbo deôntico para verbo epistêmico e de verbo de deslocamento espacial pleno para forma auxiliar, por exemplo, ocorre não só no português. É uma rota bastante comum nas línguas naturais. Como ilustração, podemos citar o inglês e o japonês, línguas não aparentadas do português, que também apresentam exatamente as mesmas rotas de mudança.

A hipótese funcionalista é a de que se as línguas naturais se comportam de maneira análoga no processo de mudança, isso se deve a aspectos cognitivos. Afinal, se as línguas humanas, mesmo as não aparentadas entre si, mudam de modo semelhante, isso deve estar associado ao fato de os seres humanos serem dotados de um mesmo aparato cognitivo e tais semelhanças, paralelamente, indicam que o sistema linguístico não pode ser completamente arbitrário. Em outras palavras, há entre função e forma uma relação de *iconicidade*.



Iconicidade

Segundo Furtado da Cunha, Costa e Cezario (1995, p. 29), iconicidade é definida como

a correlação natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e seu *designatum* (conteúdo). Os linguistas funcionais defendem a ideia de que a estrutura da língua reflete, de algum modo, a estrutura da experiência. Como a linguagem é uma faculdade humana, a suposição geral é que a estrutura linguística revela as propriedades da conceitualização humana do mundo ou as propriedades da mente humana.

Do ponto de vista semântico, a iconicidade pode ser evidenciada nas rotas comuns de mudança nas línguas naturais. Uma das trajetórias mais comuns é a que prevê o caminho *espaço* → *tempo* → *texto*, percorrido por grande parte dos itens que migram do léxico para a gramática. Em outras palavras, elementos espaciais, por meio de processos de abstratização, tendem a ser reinterpretados como temporais, que, por sua vez, podem ser reanalisados como elementos de natureza lógico-semântica ou discursivo-argumentativa, isto é, que atuam na articulação de segmentos textuais, por meio de relações de causa, consequência, condição, concessão etc.

Essa trajetória é tão produtiva que são inúmeros os exemplos na língua portuguesa. Para tratar da trajetória *espaço* → *tempo*, por exemplo, podemos retomar o caso do verbo *ir*, cujo uso como verbo pleno representa deslocamento espacial e, como verbo auxiliar, deslocamento no tempo. Também podemos citar o uso de “*ai*”, um típico advérbio de lugar, que é comumente recrutado para a sequenciação temporal, sobretudo nos relatos orais, como é possível observar na ocorrência a seguir, extraída de Furtado da Cunha, Costa e Cezario (1995, p. 39):

- (01) ... *ai* quando vinha ali no rio Tietê... num sei se você conhece... já ouviu falar... lá de São Paulo... quando vinha lá do rio Tietê... tava chovendo muito... a pista escorregadia... né? *ai* o carro perdeu o controle... o motorista perdeu o controle... né? ... *ai* quando ele viu que o carro ia cair dentro do rio... *ai* ele... colocou o carro num... pra cima de outro carro... que tava um casal de namorado assim... namorando... (*corpus D&G/Natal*, p. 222)

Para ilustrar a trajetória *espaço* → (*tempo*) → *texto*, podemos recorrer a conectores da língua portuguesa, como *embora* e *todavia*. No primeiro caso, *embora*, um conector concessivo, representa a aglutinação de *em boa hora*, em que é possível observar o traço temporal no termo *hora*. Originalmente, quando se dizia “vou em boa hora”, tinha-se em “em boa hora” um adjunto adverbial de tempo, com uma função análoga a *agora*. Já no segundo caso, *todavia* é um conector adversativo, formado por justaposição (*toda* + *via*), de função originalmente espacial. Por meio de processos de abstratização, o elemento espacial foi recrutado para veicular funções textuais (de contraste, adversidade) no português.

Esses processos de abstratização do sentido – *espaço* → *tempo* → *texto* – costumam estar associados ao que chamamos de *gramaticalização*, um processo que explica como se formam as palavras de classe fechada, isto é, os elementos gramaticais, como artigos, afixos, conectores e alguns advérbios nas línguas naturais.



Gramaticalização

A gramaticalização é um processo diacrônico de mudança que explica a formação dos elementos gramaticais nas línguas naturais. Segundo Furtado da Cunha, Costa e Cezario (1995), há dois tipos de gramaticalização: *gramaticalização stricto sensu*, que trata da trajetória do léxico para a gramática; *gramaticalização lato sensu*, que trata da trajetória de mudança no interior da própria gramática, em que elementos da gramática se tornariam ainda mais gramaticais, em termos de aumento de dependência sintática e fixação da ordem vocabular. Esses dois tipos são exemplificados a seguir, respectivamente:

- a) a trajetória dos elementos linguísticos do léxico à gramática (ex.: *verbo pleno* → *verbo auxiliar*);
- b) a trajetória de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais, como de categorias invariáveis para categorias flexionais (ex.: *menos* → *menas*) (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 1995, p. 51).

Como é possível notar no verbete, a gramaticalização é um processo diacrônico. Isso significa que a mudança ocorre lenta e gradualmente ao longo do tempo. Os usuários, nas diferentes situações de uso, vão reinterprelando, de forma inconsciente, um determinado item ou expressão linguística. Com o tempo, o novo significado se convencionaliza numa comunidade de falantes, quando a mudança se torna, de fato, atestada. Esse

processo lento e gradual envolve um mecanismo cognitivo que chamamos de neoanálise (cf. TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013), que é motivado quando um item linguístico é empregado em um contexto atípico ao normal, suscitando ao ouvinte uma nova interpretação/leitura para esse item ou expressão linguística. Como ilustração, vejamos a trajetória de gramaticalização do verbo *ir*, de seu uso pleno ao uso auxiliar.

(02) Eu vou à feira aos finais de semana.

(03) Eu vou à feira no final desta semana.

(04) Eu vou à feira comprar verduras no final desta semana.

(05) Eu vou (à feira) comprar verduras no final desta semana.

(06) Vai chover hoje.

Nos exemplos (02) a (04), temos inequivocadamente o verbo *ir* na sua função de verbo pleno. Em (02), temos o seu sentido mais básico e original: o de verbo de deslocamento espacial, empregado no presente do indicativo para retratar ações habituais. Em (03) e (04), ainda temos a forma plena, mas já emerge uma noção de futuridade, uma vez que *vou* está sendo empregado para tratar não de uma ação habitual, mas de um futuro próximo. Em (05), por sua vez, já temos um contexto atípico. A forma entre parênteses não faz parte da frase, ela é apenas inferível. Isso significa que, inicialmente, quando alguém dizia “Vou comprar verduras no final de semana”, por exemplo, era provável que a leitura ainda fosse de verbo espacial, em que o lugar fosse inferido pelo ouvinte. Com o tempo, no entanto, o verbo passou a ser interpretado como *deslocamento no tempo*, auxiliar de futuro. Quando esse novo sentido se convencionaliza e se torna disponível na língua, ele possibilita usos como em (06), em que a leitura de *ir* como verbo espacial já não é mais possível.

Reconhecemos que estamos lidando, por questões didáticas, com exemplos criados, mas é importante ressaltar que os estudos evidenciam que a trajetória se deu exatamente dessa maneira. Isso significa que houve um período do português em que só se empregava *ir* como verbo pleno e que seu uso como verbo auxiliar é mais recente na língua.



A investigação da gramaticalização é sempre diacrônica?

Vale frisar que, embora a gramaticalização seja um processo diacrônico e sua descrição também envolva, via de regra, o levantamento de dados diacrônicos, há vários estudos em gramaticalização que recorrem exclusivamente a dados sincrônicos. Esses estudos se pautam em generalizações teóricas a que chegamos a partir da análise de inúmeros estudos de mudança. Nesta aula, no entanto, não exploraremos esse aspecto da gramaticalização.

Além da gramaticalização, há um outro processo funcionalista que chamamos de *lexicalização*. Grosso modo, podemos dizer que, enquanto a gramaticalização explica como novos elementos surgem na gramática, a lexicalização busca explicar como novos elementos entram para o léxico.



Lexicalização

Segundo Correia e Almeida (2012, p. 104), a lexicalização é o

processo pelo qual determinadas unidades construídas em outros componentes da gramática (sintático, morfológico, discursivo) se transformam em unidades lexicais que se fixam na língua, passando a funcionar como unidades lexicais de pleno direito. Exemplos: *saída* (lexicalização flexionada), *pena de morte* (lexicalização de sintagma), *sobe e desce* (lexicalização de sequência discursiva).

Na disciplina Português IV, vocês já viram casos de lexicalização ao estudarem os processos de formação de palavras, como a *derivação* (por exemplo, *feliz* → *infeliz* → *infelizmente*), a *composição* (por exemplo, *em* + *boa* + *hora* → *embora*; *gira* + *sol* → *girassol*), a *reduplicação* (por exemplo, *babá*, *Dedé*, *Zezé*), entre outros. Sob uma orientação funcionalista, preocupada com os processos cognitivos, dizemos que essas mudanças ocorrem por meio do mecanismo da analogização.

A *analogização* é uma espécie de regra abstrata altamente produtiva na língua e, por isso, atua como modelo instantâneo para a construção de novos elementos. Como ilustração, podemos citar a entrada de verbos estrangeiros no português. Você já deve ter notado que verbos como *to delete*, *to stalk*, *to ship* entraram recentemente no português no paradigma da primeira conjugação (verbos terminados em -ar): *deletar*, *stalkear*, *shipar*. Mas por que a primeira conjugação, e não a segunda ou a terceira? O motivo é o seguinte: os verbos de primeira conjugação são tão frequentes que eles servem como uma espécie de atrator ou modelo para novos verbos.

O mesmo acontece, por exemplo, no caso de derivação imprópria e conversão. Para transformar qualquer elemento da língua em substantivo, colocamo-lo na posição de núcleo do sintagma nominal. Uma das estratégias mais simples é pôr um determinante antes desse elemento, como um artigo, por exemplo. Assim: o verbo *andar* vira substantivo quando dizemos *o andar*, a conjunção *porque* vira substantivo quando dizemos *o porquê*, e daí por diante. Em síntese, a lexicalização, por recorrer principalmente com formações analógicas, permite a criação instantânea de elementos no léxico; a gramaticalização, por sua vez, ao recorrer à neoanálise, envolve um processo lento e gradual de formação de novos elementos, o que torna seu estudo mais complexo, já que normalmente é preciso lidar com a observação de dados diacrônicos.

Atividade 2

Atende ao objetivo 2

Observe as ocorrências abaixo para responder às questões:

- (07). Lançados som fora do mudo e descenderão aos infernos e outros se leuãtarão em seu logo (*Orto do Esposo* – Texto do século XIII).
- (08). A paciência é uma virtude. Eu já estive errado em muitas coisas, mas tenho certeza plena de aquilo que vivi naquele outono passado, sei que foi bem rápido e *logo* houve o inverno, mas nada que a primavera não tivesse florescido e que depois o verão não viesse acalentar (Disponível em: <http://001pontodevista.zip.net/>. Acesso em: 25 out. 2022).
- (09). Os sentidos eu vejo, *logo*, contemplo a beleza que revela a forma, os contornos da face que se revela a mim, e isso é determinante. (Disponível em: <http://001pontodevista.zip.net/>. Acesso em: 25 out. 2022).
- (10). Claro que isto é uma tentativa de nuançar a história, de não contá-la a partir de um único ponto de vista, mas, para fortalecer o papel de outros “criadores”, como os gêmeos e Saverin, o escritor e o cineasta tiveram de diminuir o papel de Zuckerberg, o verdadeiro criador, e o apresentaram maio robotizado, investindo no clichê de que os grandes criadores, como os cientistas, têm um *quê* de aloprados e sonsos. (Disponível em: <http://acervo.revistabula.com/posts/filmes/facebook-e-a-historia-de-um-vencedor-e-de-perdedores>. Acesso em: 25 out. 2022).

Os usos de “logo”, nas ocorrências acima, servem para ilustrar o fenômeno da gramaticalização e o uso de “quê”, o fenômeno da lexicalização. Explique por quê.

Resposta comentada

Na ocorrência (07) a (09), podemos observar um caso de gramaticalização, já que *logo* é empregado como substantivo em (07), dentro de um sintagma preposicional de função adverbial, como advérbio de tempo em (08) e como conector conclusivo (09). Como vimos, na trajetória de gramaticalização, é relativamente comum a observação da trajetória de abstratização *espaço* → *tempo* → *texto*, e *logo* passa por todas essas etapas de mudança, migrando de uma classe lexical (substantivo) para outra gramatical (conector). Na ocorrência (10), por sua vez, *que*, um dos elementos mais gramaticais da língua – que desempenha funções variadas – é empregado como substantivo, por meio de um processo de derivação imprópria ou conversão.

Conclusão

A tradição gramatical costuma dividir as classes de palavras em abertas e fechadas. Às classes abertas, também convencionalmente chamadas de léxico, atribui-se uma alta produtividade, em que novos elementos são gerados por meio de processos analógicos, dentre os quais podemos destacar os casos de derivação e composição. As classes fechadas, por sua vez, convencionalmente chamadas de gramática, são menos produtivas, uma vez que novos elementos surgem normalmente por meio da neanálise, um mecanismo cognitivo cujas ações são lentas e graduais.

Apesar das diferenças em produtividade, a última coisa que se pode dizer é que haja improdutividade na língua. O léxico e a gramática de uma língua se refazem o tempo todo e, por isso, é muito importante que o profissional de Letras saiba reconhecer não só as mudanças que se efetuaram na língua, já disponíveis na literatura, mas também que seja capaz de observar as variações e mudanças em curso. Certamente, todos nós, profissionais de Letras, nos depararemos várias vezes com novos fenômenos que nos intrigam e nos desafiam.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Julgue as declarações como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

- a) () Variação e mudança são conceitos análogos na perspectiva da sociolinguística variacionista e na perspectiva do funcionalismo.
- b) () Variável dependente diz respeito à regra variável, isto é, às formas que concorrem para o uso em um mesmo contexto.
- c) () Variável independente diz respeito aos fatores linguísticos e sociais que motivam a escolha por uma ou outra variante.
- d) () A gramaticalização é um fenômeno diacrônico de mudança, que busca explicar como formas lexicais caminham para a gramática e vice-versa.
- e) () A lexicalização se distingue da gramaticalização, sobretudo, pelo processo cognitivo que atua na mudança. Na gramaticalização, a mudança ocorre lenta e gradualmente, por meio do mecanismo da neoanálise; na lexicalização, a mudança é instantânea, pois se dá por meio de regras analógicas.

Resposta comentada

- a) (F) Variação e mudança são conceitos distintos nas duas teorias. Para a sociolinguística, a variação corresponde à existência de duas formas distintas que competem pelo uso em um mesmo contexto, na medida em que apresentam comparabilidade/equivalência funcional. A mudança, por sua vez, está associada à noção de obsolescência de uma das formas em competição, indicando que uma delas tende ao desaparecimento. Na abordagem funcionalista, a variação está associada à polissemia ou à polifuncionalidade de uma mesma forma. Já a mudança, aos processos de gramaticalização e lexicalização, que explicam como novos elementos emergem na língua.
- b) (V)
- c) (V)

d) (F) A gramaticalização só trata da trajetória do léxico para a gramática ou, ainda, do menos gramatical para o mais gramatical. A trajetória contrária, isto é, da gramática para o léxico, é um caso de lexicalização.

e) (V)

Resumo

Nesta aula, apresentamos uma visão panorâmica dos fundamentos da teoria da variação e da mudança, em perspectiva sociolinguística e funcionalista.

Inicialmente, vimos que os conceitos de variação e mudança não se equivalem nas duas perspectivas. Para a sociolinguística, variação deve ser interpretada como a existência de duas ou mais variantes que competem pelo uso porque apresentam equivalência funcional em determinados contextos de uso. No português, por exemplo, são variantes as formas *a gente* e *nós*, que competem funcionalmente para fazer referência à primeira pessoa do plural. Essas são variantes estáveis, pois não há indícios (ainda) de que uma suplantará a outra. Já a competição entre *vós* e *vocês* pode ser vista como um caso de mudança, já que *vós* é uma forma em desuso do português brasileiro. Ninguém mais usa *vós* no Brasil. Apenas reconhecemos essa forma nos textos históricos.

Ainda para a sociolinguística, as variantes não ocorrem ocasionalmente, mas são motivadas por fatores linguísticos ou sociais. A esses fatores, chamamos *variáveis independentes*. Podemos observar, no português, por exemplo, que o uso de *nós* é favorecido em contextos altamente monitorados, como textos formais do gênero acadêmico e jurídico, por exemplo, já que no português popular preferimos a forma *a gente*.

Por sua vez, para o funcionalismo, a variação está associada à noção de polissemia e/ou de polifuncionalidade. Isto é, há uma única forma, que é empregada com mais de um sentido ou mais de uma função. A mudança, por sua vez, busca explicar o processo que leva uma forma X a assumir um novo significado e/ou função na língua. Lida como um estudo diacrônico, com o objetivo não só de identificar que mudanças ocorreram, mas também por que e como ocorreram.

Vimos que as mudanças são cognitivamente motivadas por um processo icônico. Por isso existem rotas de mudança muito semelhantes nas línguas naturais, como, por exemplo, a trajetória *espaço* → *tempo* → *texto*, em que formas espaciais são recrutadas para funções temporais, que, por sua vez, podem ser empregadas para funções textuais. Esse processo de mudança semântica costuma também acompanhar o processo de gramaticalização, em que um elemento do léxico migra para a gramática ou, ainda, um elemento menos gramatical se torna mais gramatical. Conforme discutimos, a gramaticalização normalmente se dá por neanálise, um processo lento e gradual, em que uma forma vai se abstratizando e adquirindo gradualmente novos sentidos.

Também tratamos de um outro processo de mudança, a lexicalização, que é mais instantânea, pois lida com regras de formação. Os diferentes processos de formação de palavras, como a derivação, a composição, a abreviação, por exemplo, são exemplos desse tipo.

Referências

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.

CORREIA, Margarita; ALMEIDA, Gladis Maria de Barcellos. *Neologia em português*. São Paulo: Parábola, 2012.

DICIONÁRIO Priberam. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 25 out. 2022.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.) *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 1995, p. 29-56.

LABOV, W. Where Does The Linguistic Variable Stop? A Response To Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics*, 44, Austin: Southwest Educational Development Laboratory, 1978.

MARTINS, Iara Ferreira de Melo. Apagamento da oclusiva dental /d/: perspectivas variacionistas e fonológicas. In: DA HORA, Dermeval. *Estudos sociolinguísticos*. Perfil de uma comunidade. João Pessoa: S/Editora, 2004, p. 55-82.

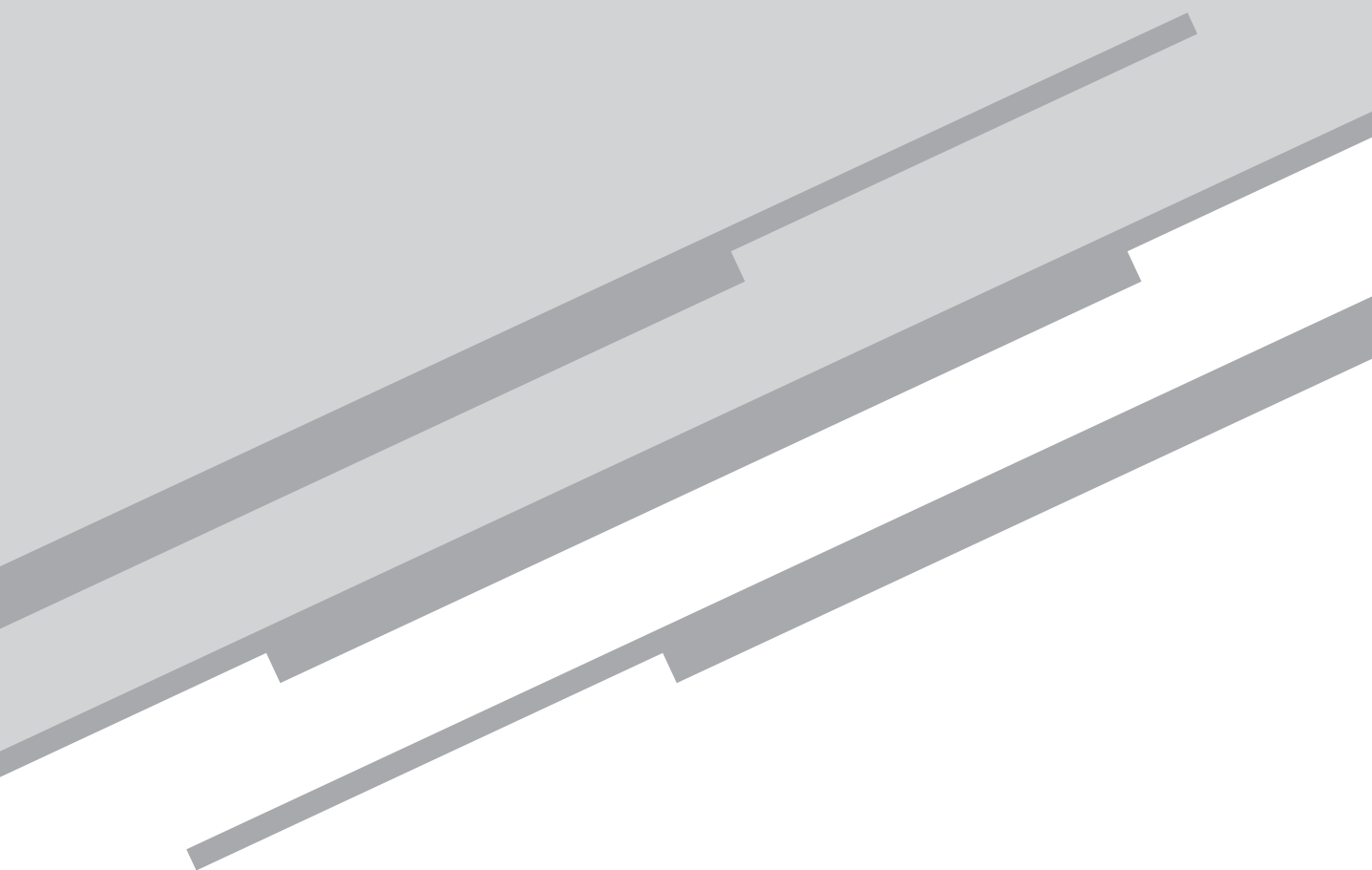
TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. New York: Cambridge University Press, 2013.

WEINER, J; LABOV, W. Constraints on The Agentless Passive. *Journal of Linguistics*, 19, 1983 [1977], p. 29-58.

Aula 16

**Variação e mudança no português
brasileiro II: estudos de caso**



*Monclar Guimarães Lopes
Ivo da Costa do Rosário*

Meta

Apresentar novos conectores do português que servem como evidência de processos de mudança mais recentes na língua.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. identificar alguns conectores aditivos mais recentes do português;
2. reconhecer que conectores semanticamente semelhantes podem ser pragmática e sintaticamente distintos.

Introdução

Na aula anterior, quando tratamos da mudança linguística sob a perspectiva do funcionalismo norte-americano, vimos que a entrada de novos itens nas classes abertas e nas fechadas se dá comumente de maneira distinta. De um lado, a classe aberta (ou o léxico), constituída de categorias como substantivo, adjetivo e verbo, envolve o mecanismo da analogização, que permite a criação instantânea de novos elementos. De outro, a classe fechada (ou a gramática), constituída de categorias como preposição, conjunção e afixos, ocorre por meio da neanálise, um processo lento e gradual que envolve a abstratização de elementos lexicais que migram progressivamente para a gramática ao longo do curso da história de uma língua. Vale lembrar que esse processo também pode envolver a passagem do menos para o mais gramatical, quando um item se gramaticaliza ainda mais, apresentando, por exemplo, aumento de dependência e fixidez posicional.

Como ilustração desses fenômenos, apresentamos três exemplos:

- a) a derivação ADJ + mente, responsável pela criação de advérbios de modo;
- b) o emprego do substantivo *tipo* como preposição acidental;
- c) a formação do futuro do presente do português.

Vale lembrar, como vimos na última aula, que em virtude da existência de mecanismos próprios, o funcionalismo nomeia esses processos distintamente. À entrada de elementos no léxico, chama-se *lexicalização*; à entrada de elementos na gramática, *gramaticalização*. Dessa maneira, em (a), temos um caso de lexicalização. Como sabemos, para criar um advérbio de modo no português, podemos recorrer à seguinte regra/ modelo: adjetivo feminino singular seguido do sufixo *-mente*. Como exemplo, podemos citar o advérbio *narcisicamente*, em uma sentença do tipo: *ela sempre age narcisicamente* (de modo semelhante à Narciso). Mesmo que você nunca tenha ouvido antes esse advérbio de modo, ele é perfeitamente analisável e compreensível, pois fazemos uso de uma regra analógica, disponível para todos os falantes do português.

No segundo exemplo, retomamos o fenômeno analisado na introdução da Aula 15: “ele adicionou mais uns detalhes e efeitos sonoros, *tipo* as sirenes e os tiros”. Embora *tipo* seja originalmente um substantivo, ocupando a função de núcleo de sintagmas nominais (por exemplo, “eu

só como [um tipo de carne]_{SN}), em “tipo as sirenes e os tiros”, o termo atua como preposição, ligando termos suboracionais. Trata-se, assim, de um caso de gramaticalização, da passagem do léxico para a gramática.

No último exemplo, em (c), por sua vez, temos um outro caso de gramaticalização, o qual envolve a passagem do menos para o mais gramatical. Como sabemos, nosso futuro do presente advém da perífrase *verbo pleno + verbo auxiliar haver*: *cantar hei* → *cantarei*. Sendo assim, um termo já gramaticalizado – um verbo auxiliar – torna-se ainda mais gramatical, na medida em que vira morfema; mais especificamente, a desinência indicativa de futuro do presente.

Uma vez que a literatura gramatical costuma priorizar os casos de lexicalização – as gramáticas dedicam uma seção própria para os processos de formação de palavras quando tratam de morfologia –, nos dedicaremos, nesta aula, à exploração de processos de gramaticalização mais recentes do português. Com isso, para além do objetivo de mostrar a produtividade da gramática, buscamos tanto despertar o olhar do futuro profissional de Letras para os novos elementos e/ou expressões linguísticas que surgem na língua quanto para a expressividade linguística, que recruta novos elementos para a produção de diferentes efeitos de sentido.

Para esse fim, selecionamos três conectores aditivos do português que não foram captados ainda pelos compêndios gramaticais, a saber: *como se não bastasse*, *fora que* e *sem falar que*. Por isso, dividimos esta aula em duas seções. Na primeira, discutiremos os conectores de adição nos compêndios gramaticais; na última, exploraremos os três conectores aditivos emergentes do português, comparando-os àqueles presentes na literatura gramatical. Bons estudos!

A conexão aditiva na literatura

Os compêndios gramaticais do português costumam apresentar uma relação bem reduzida de conectores aditivos, via de regra, de caráter conjuncional, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 16.1: Conjunções coordenativas aditivas na literatura gramatical

Rocha Lima (2003, p. 185)	Relacionam pensamentos similares. São duas: <i>e</i> e <i>nem</i> . A primeira une duas afirmações; a segunda (equivalente a <i>e não</i>), duas negações.
Cunha e Cintra (2001, p. 580)	Servem para ligar simplesmente dois termos ou duas orações de idêntica função. São as conjunções <i>e</i> , <i>nem</i> [= <i>e não</i>]
Bechara (2004, p. 320-321)	Indica que as unidades que une (palavras, grupos de palavras e orações) estão marcadas por uma relação de adição. Temos dois conectores aditivos: <i>e</i> (para a adição das unidades positivas) e <i>nem</i> (para as unidades negativas). [...] A expressão enfática da conjunção aditiva <i>e</i> pode ser expressa pela série <i>não só... mas também...</i> e equivalentes.

Vale ressaltar que, além das *conjunções* canônicas *e* e *nem* e da “série” (cf. BECHARA, 2004) *não só... mas também...*, há outros *conectores* aditivos no português que podem articular não somente orações coordenadas e termos oracionais equivalentes, como também segmentos subordinados/hipotáticos. Essas formas, no entanto, não costumam ser capturadas pelos compêndios gramaticais.



Conjunção e conector

A conjunção é um tipo de conector, mas nem todo conector é uma conjunção. Além das conjunções, outros elementos linguísticos podem promover a articulação (supra)oracional, como preposições e advérbios, por exemplo. Segundo Castilho (2010), uma conjunção é um elemento mais gramaticalizado que atua na conexão de orações – algumas vezes, também articulam termos oracionais de mesma função. Diferencia-se dos outros conectores em virtude de alguns aspectos formais, como, por exemplo: a) fixidez posicional; b) impossibilidade de coordenar-se a outra conjunção.

Como ilustração, podemos comparar a conjunção *mas* com o advérbio conjuntivo (cf. AZEREDO, 2018) *portanto*. Veja os exemplos:

a) Eu estou doente, *mas* vim trabalhar.

* Eu estou doente, vim trabalhar *mas*.

* Eu estou doente, *e mas* vim trabalhar.

b) Preciso de dinheiro, *portanto* trabalho.

Preciso de dinheiro, trabalho *portanto*.

Preciso de dinheiro, e *portanto* trabalho.

Conforme é possível observar, *mas* não permite mudança de posição nem coordenação com outra conjunção. Portanto, esse conector preenche os dois critérios para a classe das conjunções. Já *portanto* é um advérbio conjuntivo porque, embora articule orações, não apresenta as mesmas restrições. Em outras palavras, esse elemento (ainda) carrega aspectos adverbiais, como a mobilidade e a possibilidade de coordenação com uma conjunção.

Cabe frisar que essa distinção não é um ponto pacífico entre os gramáticos. Como sabemos, muitos deles não distinguem esses dois conceitos. Em muitas obras, por exemplo, *portanto* é classificado como conjunção, da mesma maneira que o *mas*.

Em síntese, os conectores constituem uma categoria gramatical ampla, que inclui as conjunções, mas também as preposições, alguns advérbios e outras expressões da língua que cumprem o papel de ligar ou articular palavras, sintagmas, orações e até mesmo porções textuais.

Como ilustração desse fato, podemos citar o conector hipotático/subordinativo aditivo *além de* (ROSÁRIO e SANTOS, 2020), que embora bastante convencional na língua, não consta dos compêndios gramaticais ou, em alguns momentos, recebe tratamento marginal, insuficiente. Como ilustração, vejamos uma ocorrência desse conector, descrito por Rosário e Santos (2020, p. 47):

- (01) Na morte, Deus oferece a cada pessoa uma última oportunidade de conversão, momento chamado de “purgatório”. No entanto, ela pode se negar a aceitar os critérios superiores por Ele estabelecido. Ao agir assim, criaria para si uma situação degradante, o “inferno”. Deus quer que todas as pessoas alcancem a plenitude, o “céu”, que significa a comunhão plena e íntima com Ele. Dessa forma, o ser humano fica para sempre amparado no amor divino, numa felicidade total, *além de* viver em comunhão com seus irmãos e irmãs.

Segundo os autores, há poucos trabalhos, como os de Oliveira (2012) e Azeredo (2018), que descrevem o *além de*, sobretudo o seu papel de articulador oracional. Na ocorrência (01), podemos observar que *além de* articula orações. Contudo, enquanto *e* e *nem* usualmente articulam orações sintaticamente independentes (coordenadas), *além de* articula uma oração hipotática/subordinada a uma oração principal/matriz. No caso em tela, *além de* introduz uma oração hipotática/subordinada reduzida de infinitivo. Trata-se de uma oração hipotática/subordinada justamente pela sua falta de equivalência sintática com a oração anterior, bem como pela sua mobilidade posicional. Afinal, é possível movê-la para antes da principal/matriz: “Além de viver em comunhão com seus irmãos e irmãs, o ser humano fica para sempre amparado no amor divino”.

Uma outra insuficiência observada nos compêndios gramaticais está associada ao fato de eles considerarem os conectores aditivos como sinônimos. Com exceção do *nem*, a que se atribui um sentido de adição negativa, não se diferenciam os significados de *e* e *não só... mas também*. No entanto, a total equivalência entre esses conectores não é verdadeira. Como ilustração, vejamos uma ocorrência extraída de Rosário (2018):

- (02) Nós, do PDT, estamos possuídos de uma alegria muito maior, porque V. Exa. *não só* representa nossa bancada na Mesa Diretora *como também*, seguramente, representa o pensamento melhor do Poder Legislativo. Parabéns! – 05/02/2009 – (ROSÁRIO, 2018, p. 16).
- (02') Nós, do PDT, estamos possuídos de uma alegria muito maior, porque V. Exa. representa nossa bancada na Mesa Diretora *e*, seguramente, representa o pensamento melhor do Poder Legislativo. Parabéns! – 05/02/2009.

Em (02), temos a conexão aditiva sendo realizada pelos correlatores aditivos (cf. ROSÁRIO, 2018) *não só... como também*. Entendemos por correlatores os “articuladores sintáticos responsáveis pela correlação. São partículas descontínuas que introduzem respectivamente prótase e apódose” (cf. ROSÁRIO, 2018, p. 11). Nesse sentido, em (02'), por sua vez, propomos uma versão dessa mesma ocorrência, em que substituímos os referidos correlatores pela conjunção canônica *e*. Embora, sem dúvida, as duas estruturas apresentem uma semântica de adição e atuem na articulação oracional, elas têm distinção do significado pragmático.

Na correlação codificada por *não só... mas também...*, há um desnível semântico entre as duas informações. A oração que vem na prótase *não só* é uma informação compartilhada pelos interlocutores (também chamada de informação velha) – e, nesse sentido, mais óbvia –, enquanto a outra que vem na apódose, após o *mas também*, apresenta informação nova, de maior relevância argumentativa. Já na versão (02’), as duas orações não se distinguem muito claramente quanto à relevância. Em outras palavras, orações aditivas coordenadas por *e* tendem a ser simétricas; as coordenadas por *não só... mas também* (e suas variantes), assimétricas, dado que o foco informativo recai na segunda oração (apódose). Veja as considerações de Rosário (2012) sobre a correlação aditiva, que ocorre mais predominantemente em sequências argumentativas:

O jogo argumentativo entre informações velha e nova é propiciado pela correlação, que passa a ser um *locus* privilegiado para esse torneio verbal. Evidentemente, o jogo entre velho e novo também poderia ser veiculado pela coordenação aditiva; por outro lado, o movimento argumentativo no texto não teria a mesma força enfática. Em outras palavras, a correlação propicia, como temos visto, a ideia de *crescendum* argumentativo com mais clareza do que o faria a coordenação (ROSÁRIO, 2018, p. 195).

Vale ressaltar que a diferença de significado entre *e* e *não só ... mas também...* está associado a um princípio linguístico adotado pelo funcionalismo, conhecido como o *princípio da não sinonímia* (cf. GOLDBERG, 1995), que prevê que construções formalmente distintas serão semântica e/ou pragmaticamente distintas. Na próxima seção, exploraremos melhor a atuação desse princípio por meio da análise de três conectores aditivos mais recentes do português.

Atividade 1

Atende ao objetivo 2

Na ocorrência abaixo, destacamos um conector aditivo emergente do português – *como se não bastasse* – e propomos uma nova versão, substituindo-o pelo canônico *e*. Comente a diferença de sentido que pode ser percebida na alteração proposta.

- (03) O fiasco de Salve Jorge ao sucesso estrondoso de Avenida Brasil, mas não tem nada a ver. Claro que AB foi uma novela com qualidade ímpar, onde tudo foi um acerto, mas a questão é uma só: SALVE JORGE não teve história. Dezenas de personagens sem história e atores excelentes com participação pífia. Outro erro gritante foi o casal principal: Nanda Costa não comprometeu mas também não surpreendeu. Rodrigo Lombardi, péssimo ator não tem cacife para protagonista. Cenário Brasil/Turquia remetendo o público a tramas já apresentadas. *Como se não bastasse*, furos e mais furos absurdos no roteiro chegando a questionar a inteligência do público. Os poucos aplausos são para Giovanna Antonelli, Totia Meireles e Dira Paes, que tiraram leite de pedra e mesmo em uma novela tão ruim conseguiram fazer um excelente trabalho (LOPES; MOURA, 2021, p. 200).
- (03') O fiasco de Salve Jorge ao sucesso estrondoso de Avenida Brasil, mas não tem nada a ver. Claro que AB foi uma novela com qualidade ímpar, onde tudo foi um acerto, mas a questão é uma só: SALVE JORGE não teve história. Dezenas de personagens sem história e atores excelentes com participação pífia. Outro erro gritante foi o casal principal: Nanda Costa não comprometeu mas também não surpreendeu. Rodrigo Lombardi, péssimo ator não tem cacife para protagonista. Cenário Brasil/Turquia remetendo o público a tramas já apresentadas e furos e mais furos absurdos no roteiro chegando a questionar a inteligência do público. Os poucos aplausos são para Giovanna Antonelli, Totia Meireles e Dira Paes, que tiraram leite de pedra e mesmo em uma novela tão ruim conseguiram fazer um excelente trabalho. (LOPES E MOURA, 2021, p. 200)

Resposta comentada

Resposta pessoal. Espera-se que o aluno possa observar que, na ocorrência original (03), *como se não bastasse* não só adiciona, mas carrega um sentido avaliativo, de julgamento. Isso está associado não apenas ao contexto em que o conector ocorre, mas também ao próprio sentido dos elementos que constituem o conector. Na segunda versão, com a

conjunção *e*, embora não possamos negar que também estamos diante de um contexto altamente avaliativo, esse sentido não está correlacionado diretamente à conjunção. Em outras palavras, *como se não bastasse* sempre implica adição e avaliação; *e*, por sua vez, adiciona, mas não necessariamente avalia.

Conectores aditivos emergentes no português

Nesta seção, vamos apresentá-lo(a) a três conectores aditivos emergentes do português: *como se não bastasse*, *sem falar que* e *fora que*. Vejamos, inicialmente, algumas ocorrências:

- (04) Profissionais que editam áudio e até quem gosta de brincar com esse tipo de ferramenta conhece o nome de Audacity, um dos editores mais poderosos do mercado, que além de gratuito é em português. Agora, essa poderosa ferramenta vem ao auxílio de quem não trabalha em somente um PC. O software não precisa de instalação e, *como se não bastasse*, é possível rodá-lo diretamente do pendrive. Para isso, basta baixar Audacity Portable, descompactar o arquivo e indicar o pendrive como o caminho da descompactação (LOPES; MOURA, 2021, p. 204).
- (05) Meus sentimentos a familiares e amigos, agora como está acontecendo essas fatalidades, com atores, atrizes, músicos e outros, *sem falar que* muitos estão hospitalizados (LOPES; MOURA, 2022, p. 236).
- (06) Eu sempre fui a esquisitona da escola. Se não é a gata, é só desenvolver outras coisas. Fica inteligente, espirituosa, encontra outros brilhos. Eu não sinto recalque, o mundo tem muita gente e nesse momento é legal ser um pouco fora dessa caixa. *Fora que* as pessoas que a gente convive ficam bonitas de outras formas e precisam mostrar beleza é na alma – diz a atriz, que tem um namorado há um ano e meio (LOPES, no prelo).

Um dos critérios empregados para identificar os conectores supracitados como sendo aditivos é a sua equivalência funcional com outros de função análoga, como o *além disso*, por exemplo. Como podemos notar, seria perfeitamente possível substituir aqueles por este, sem que houvesse alteração funcional. Veja:

- (04') O software não precisa de instalação e, *além disso*, é possível rodá-lo diretamente do pendrive. Para isso, basta baixar Audacity Portable, descompactar o arquivo e indicar o pendrive como o caminho da descompactação.
- (05') Meus sentimentos a familiares e amigos, agora como está acontecendo essas fatalidades, com atores, atrizes, músicos e outros, *além disso* muitos estão hospitalizados.
- (06') Eu sempre fui a esquisitona da escola. Se não é a gata, é só desenvolver outras coisas. Fica inteligente, espirituosa, encontra outros brilhos. Eu não sinto recalque, o mundo tem muita gente e nesse momento é legal ser um pouco fora dessa caixa. *Fora que* as pessoas que a gente convive ficam bonitas de outras formas e precisam mostrar beleza é na alma – diz a atriz, que tem um namorado há um ano e meio.

Cabe lembrar do que falamos na aula anterior: equivalência funcional, um aspecto próprio da variação, não implica sinonímia absoluta. Esse conceito indica que, se alterássemos uma estrutura por outra, teríamos, ainda, as mesmas condições de verdade, isto é, faríamos referência a um mesmo estado de coisas. Por isso, podemos considerar que todas essas estruturas – *como se não bastasse*, *sem falar que* e *fora que* – são variantes em relação a outros conectores aditivos, como *além disso*.

Lopes e Moura (2021, 2022) e Lopes (2022) têm observado que tais conectores ocorrem em contextos mais argumentativos e avaliativos. No que diz respeito ao *como se não bastasse*, Lopes e Moura (2021) consideram que o conector envolve uma *postura epistêmica*. Segundo Fillmore (1990), esse fenômeno pode ser definido como o grau de associação (ou dissociação) mental do falante com relação ao evento descrito. Pode dividir-se em dois tipos: postura epistêmica positiva, quando a avaliação que se faz é positiva; postura epistêmica negativa, quando ocorre o contrário. Os dados analisados pelos autores indicam que *como se não bastasse* pode apresentar os dois tipos de postura, embora sejam muito mais frequentes os contextos de avaliação negativa.

É importante chamar a atenção para o fato de que, para o funcionalismo, há uma correlação entre quantidade de informação e quantidade de forma. Chamamo-la de subprincípio da quantidade, que pode ser entendida nos seguintes termos:

Segundo o *subprincípio da quantidade*, quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade de forma, de tal modo

que a estrutura de uma construção gramatical indica a estrutura do conceito que ela expressa. Isso significa que a complexidade de pensamento tende a refletir-se na complexidade de expressão (SLOBIN, 1980): aquilo que é mais simples e esperado expressa-se com o mecanismo morfológico e gramatical menos complexo (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 1995, p. 32).

Sob esse ponto de vista, podemos postular que aquilo que é mais simples e esperado não somente se expressa por meio de um mecanismo morfológico e gramatical menos complexo, como também expressa uma menor quantidade de conteúdo. É por esse motivo que a conjunção aditiva *e* é mais neutra e pode ocorrer em contextos mais avaliativos ou menos avaliativos, promovendo, assim, relações tanto simétricas quanto assimétricas. Como ilustração, vejamos alguns exemplos:

- a) Ontem eu limpei o quintal *e* arrumei o quarto.
- b) Ontem eu *não só* limpei o quintal, *como também* arrumei o quarto.
- c) Ontem eu limpei o quintal. *Sem falar que* eu arrumei o quarto.

Como é possível observar, nas sentenças (a), (b) e (c), a única coisa que se distingue, no que tange à forma, é o conector aditivo que articula as duas orações. Todas elas, no entanto, apresentam certa distinção de sentido. Na sentença (a), há um sentido mais neutro e simétrico, no sentido de que as duas orações não se hierarquizam quanto à relevância. Pode até haver uma relação cronológica entre elas – pois as ações tendem a ser ordenadas conforme a cronologia dos acontecimentos –, mas uma não se sobrepõe à outra quanto ao foco e à relevância.

Na sentença (b), por sua vez, observamos que a oração “não só limpei o quintal” é, em certo sentido, pressuposta. Já era esperado por parte do falante – e, talvez, até para o ouvinte – que o quintal seria limpo, mas não que o quarto também seria arrumado. Nesse sentido, há uma relação assimétrica, em que o falante põe foco na segunda oração.

Já em (c), há duas informações novas, tanto a presente no primeiro quanto no segundo período. No entanto, há um foco, uma maior carga de relevância dada à segunda oração.

Logo, a partir da breve análise feita, podemos observar certas diferenças quanto ao significado dos três conectores, muito embora todos eles veiculem a noção de adição no português. De acordo com Neves

(2012), a emergência de novos recursos linguísticos está associada ao princípio da informatividade, responsável por recrutar novos elementos para a produção de novos efeitos de sentido. É exatamente isso que observamos em relação a esses conectores mais pesados (no sentido de serem constituídos com maior massa fônica), como *como se não bastasse*, *fora que* e *sem falar que*, na medida em que são mais avaliativos, empregados em relações sempre assimétricas.

Para além das diferenças semânticas e pragmáticas, esses conectores também apresentam distinções formais. Para explorar essas divergências, veja, inicialmente, mais duas ocorrências:

- (07) Os profissionais continuam produtivos, as empresas mantêm o seu giro de estoque e, de quebra, aumentam seu poder de compra. *Sem falar que* a XporY.com também funciona como uma vitrine para a empresa ou profissional autônomo, explica Rafael. (Disponível em: <http://g1.globo.com/go/goias/mercado-imobiliario/noticia/2019/06/27/imobiliarias-anunciam-lotes-em-aplicativo-de-permutas-e-aceitam-moeda-digital-em-troca-em-goias.ghml>. Acesso em: 28 out. 2022).
- (08) Tive diversos problemas hormonais, a adrenal estava parada, sem funcionar. Eu poderia ter tido um problema no coração. *Fora que* eu estava me tornando antissocial, chata (LOPES, no prelo).

Lopes e Moura (2022) e Lopes (2022) observam que *sem falar que* e *fora que* ocorrem na articulação oracional e supraoracional. Nas duas ocorrências acima, temos esses conectores atuando no início de um novo período. Ocorre que ambos apresentam uma estrutura hipotática/subordinada, uma vez que têm, como uma de suas subpartes, a conjunção integrante *que*. Trata-se, portanto, de uma estrutura que, em princípio, deveria ser sintaticamente encaixada na anterior, mais especificamente, na oração principal ou matriz. No entanto, embora a tradição gramatical tenda a classificar esse tipo de uso como um caso de truncamento sintático, isto é, uma inadequação de escrita, ele não o é. As pesquisas de Lopes e Moura (2022) e Lopes (2022), durante o levantamento de dados empíricos do uso linguístico, constatam que a maior parte das ocorrências acontece exatamente nesse tipo de contexto, em que *sem falar que* e *fora que* estão em períodos distintos da oração a que fazem referência. Trata-se, nesse caso, de um fenômeno a que chamamos desgarramento sintático, que segundo Decat (2011), ocorre quando orações constituem sozinhas unidades de informação e, por isso, não estão vinculadas

sintaticamente com a matriz, funcionando como um constituinte autônomo. Veja um exemplo empregado pela autora para ilustrar esse caso:

- (09) esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. *Apesar de Itamar ser um senhos solteiro e o ambiente ter sido o carnaval.* (DECAT, 2011, p. 33).

Enquanto a tradição gramatical reprova esse tipo de estrutura, Decat (2011) considera que a adverbial concessiva, desgarrada da oração principal por estar em novo período, não apresenta um erro de sintaxe, mas, sim, uma estratégia de focalização. Nesse sentido, apresenta uma relação semântica mais frouxa entre os enunciados, permitindo que a estrutura desgarrada corresponda a um ato de fala por si (cf. DECAT, 2011). Lopes e Moura (2022) e Lopes (2022) consideram que esses aspectos são convergentes para os conectores aditivos *sem falar que* e *fora que*, uma vez que o desgarramento sintático também pode ser visto tanto como uma consequência de uma relação semântica mais frouxa quanto como uma estratégia de focalização.

Por fim, também é importante ressaltar que há outras diferenças estruturais em relação aos conectores aditivos do português. Como ilustração desse fato, vejamos uma aplicação de três conectores aditivos em contexto suboracional:

- a) Eu estudo português e matemática
- b) Eu estudo não só português, mas também matemática.
- c) * Eu estudo português, *fora que* matemática.
- d) * Eu estudo português, *sem falar que* matemática.
- e) * Eu estudo português, *como se não bastasse* matemática.

Como é possível notar, enquanto *e* e *não só... mas também...* podem articular unidades suboracionais, *fora que*, *sem falar que* e *como se não bastasse* só atuam na articulação oracional e supraoracional. Como evidência, observamos que as novas versões de (a), propostas em (c), (d) e (e), são malformadas, isto é, agramaticais, uma vez que não seriam produzidas por falantes do português.

Todas essas diferenças revelam que os diferentes conectores aditivos, tanto no que se refere ao significado quanto à forma, não podem ser vistos como sinônimos. Não ocorrem no mesmo contexto estrutural e, embora veiculem ideia de adição, trazem outras noções pragmáticas, como, por exemplo, o foco informacional e/ou o traço avaliativo.

Atividade 2

Atende ao objetivo 1

Nas duas ocorrências abaixo, a sequência *sem + verbo dicendi + que* atua ora como conector aditivo, ora como parte de uma oração hipotática/subordinada modal. Identifique esses usos e justifique sua resposta.

- (10) “Quando cheguei ao Bayern, um sonho se fez realidade. A despedida não será fácil, mas nunca devemos esquecer o que alcançamos juntos”, escreveu o francês. O jogador ainda falou sobre o futuro, mas *sem revelar que* camisa vestiria a partir da próxima temporada (LOPES; MOURA, 2022, p. 248).
- (11) “Houve uma altura em que eu disse: “vou-me entregar um pouco. Pensei: já que estou nesta experiência tenho de conhecer a pessoa, mas ao mesmo tempo eu retraia-me. Havia qualquer coisa que me dizia que não era bem aquela pessoa que eu queria para mim”, adiantou Ana, *sem negar que* existiu alguma proximidade entre o casal (LOPES; MOURA, 2022, p. 248).
- (12) Acho legal essa troca de apresentadores porque faz com que a galera possa conhecer um outro lado dos artistas. E ter duas mulheres no comando faz com que as espectadoras de TV se orgulhem. Essa representatividade é muito boa. *Sem contar que* a música tem várias caras e estilos – analisa a cantora, de 31 anos (LOPES; MOURA, 2022, p. 247).

Resposta comentada

A sequência *sem* + *verbo dicendi* + *que* atua como conector aditivo em (12). Como evidência, podemos empregar o teste de substituição por um outro conector, como *além disso*: “essa representatividade é muito boa. *Além disso* tem várias caras e estilos – analisa a cantora, de 31 anos”. Uma vez que a troca apresenta equivalência funcional, podemos dizer que *sem contar que* atua como um conector aditivo, de maneira análoga aos usos de *sem falar que*, vistos ao longo da aula. Já em (10), a substituição resultaria na alteração de sentido e, em (11), além da alteração de sentido, haveria uma estrutura sintática malformada. Nessas duas ocorrências, a sequência *sem* + *verbo dicendi* + *que* faz parte de uma oração modal negativa: *o jogador falou sem revelar* (ou seja, falou, mas não revelou); *Ana adiantou sem negar* (isto é, adiantou, mas não negou).

Conclusão

Ao longo deste curso, mostramos que as línguas naturais são dinâmicas e, por isso, a gramática está em constante refazimento. Embora haja muita estabilidade, no sentido de que muitas estruturas permanecem inalteradas por muito tempo, há também a constante emergência de novos itens, tanto de natureza lexical quanto gramatical.

A tradição gramatical, sobretudo no que diz respeito à descrição das classes fechadas, tem priorizado, ao longo de sua história, a descrição das estruturas mais estáveis e prototípicas do português. Por esse motivo, quando estudamos essas estruturas nos diferentes compêndios, normalmente só detectamos mais ou menos as mesmas informações. No que diz respeito aos conectores aditivos, por exemplo, somos apresentados a um paradigma linguístico bastante restrito, normalmente constituído de três estruturas: *e*, *nem* e *não só... mas também...*

Contudo, a língua, por ser viva, recruta novas estruturas para expressar efeitos de sentidos mais elaborados. Como vimos nesta aula, os conectores aditivos emergentes do português *como se não bastasse*, *sem falar que* e *e fora que* são estruturalmente mais pesados e também carregam mais significado. Ser capaz de flagrar e descrever essas novas estruturas é uma habilidade importante para todo profissional de Letras.

Atividade final

Atende aos objetivos 1 e 2

Julgue as declarações como (V) verdadeiras ou (F) falsas:

- a) () Os conectores aditivos *fora que* e *sem falar que* são casos de lexicalização.
- b) () Os conectores *e, não só... mas também...*, *fora que* e *sem falar que* podem ser classificados como aditivos. Isso significa que eles são vistos como estruturas sinônimas.
- c) () *Conjunção* e *conector* são termos equivalentes.
- d) () Os conectores aditivos estudados nesta aula – *e, não só... mas também...*, *como se não bastasse*, *fora que*, *sem falar que* apresentam distinção pragmática e sintática.

Resposta comentada

- a) (F) Os conectores aditivos *fora que* e *sem falar que* são casos de gramaticalização, uma vez que migraram do léxico para a gramática.
 - b) (F) Os conectores *e, não só... mas também...*, *fora que* e *sem falar que*, embora sejam aditivos, apresentam distinção pragmática e sintática. Como vimos, *e* pode ser empregado em articulações mais neutras e simétricas, ao passo que as demais formas ocorrem em contextos mais avaliativos e assimétricos, com focalização da informação que vem na última unidade de informação. Além disso, as estruturas não podem ocorrer exatamente nos mesmos contextos. Como vimos, os três conectores emergentes estudados nesta aula – *como se não bastasse*, *fora que* e *sem falar que* – não ocorrem na articulação de termos subordinacionais.
 - c) (F) *Conjunção* e *conector* são termos distintos, visto que este é mais abrangente que aquele.
 - d) (V)
-
-
-

Resumo

Nesta aula, buscamos apresentar três estudos de caso de variação e mudança no português brasileiro.

Inicialmente, fizemos uma breve revisão de alguns conceitos tratados na Aula 15, em que abordamos dois fenômenos previstos para a mudança linguística pelo funcionalismo norte-americano: a lexicalização e a gramaticalização. A primeira está associada à emergência de novos elementos para as classes abertas, como substantivo, adjetivo e verbo; a segunda, à entrada de novos elementos para as classes fechadas, como artigo e conjunções, por exemplo. Além dessa diferença, há uma outra: a lexicalização envolve um mecanismo analógico, em que novos elementos surgem na língua por meio de regras/modelos; a gramaticalização, por sua vez, envolve um processo de abstratização lento e gradual no curso da história de uma língua.

No intuito de ilustrar a gramaticalização, que é um fenômeno pouco investigado nos compêndios gramaticais – e também pouco abordado na graduação em Letras –, selecionamos três conectores emergentes do português: *como se não bastasse*, *sem falar que* e *fora que*. Antes de apresentá-lo a essas estruturas, no entanto, fizemos uma breve revisão de literatura para observar como as gramáticas têm descrito os conectores aditivos do português. Vimos que, usualmente, só tratam da adição no contexto da coordenação aditiva, elencando dois ou três elementos para esse paradigma: *e* e *nem* (em todos os compêndios); às vezes também os correlatores *não só... mas também...*, também sob o rótulo de conjunção.

Além de a gramática tradicional normalmente não captar outros conectores aditivos, sua abordagem falha ao tratar as estruturas aditivas como equivalentes, intercambiáveis. Como pudemos ver ao longo desta aula, os próprios conectores canônicos presentes nessas gramáticas apresentam distinção pragmática e sintática. Essa diferença também foi observada nos conectores aditivos apresentados nesta aula: de um lado, *como se não bastasse*, *sem falar que* e *fora que* são empregados em contextos mais argumentativos e avaliativos e servem como estrutura de focalização para o conteúdo que lhe sucedem; de outro, não são sempre empregados nos mesmos contextos de uso, uma vez que não podem ocorrer na articulação suboracional.

Referências

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Publifolha, 2018.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.
- DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em língua portuguesa*. São Paulo, Campinas: Pontes Editores, 2011.
- FILLMORE, C. Epistemic Stance and Grammatical Form in English Conditional Sentences. *Papers from the Twenty-Sixth Regional Meeting of The Chicago Linguistic Society*, 1990.
- GOLDBERG, A. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: Chicago University Press, 1995.
- LOPES, M. G.; MOURA, S. C. [SEM Vdicendi QUE]: um conector hipotático de adição do português. *Revista PERcursos Linguísticos*, v. 12, n. 30, 2022, p. 235-255.
- LOPES, M.G.; MOURA, S. C. As construções conectoras [com isso] e [como se não bastasse (x)] na promoção da coesão híbrida: um estudo centrado no uso. *Revista Soletras*, vol. 41, 2021, p. 189-215.
- LOPES, M. G. Emergência do conector *fora que* no português. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 20, 2022.
- NEVES, M. H. M. *A gramática passada a limpo*. Conceitos, análises e parâmetros. São Paulo: Parábola, 2012.
- OLIVEIRA, T. P. A hipotaxe de adição. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 25-45.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. São Paulo: José Olympio, 2003.
- ROSÁRIO, I. C.; SANTOS, M. S. Construções hipotáticas oracionais aditivas de extensão. *Revista Estudos da Língua(gem)*, v. 18, n.1, 2020, p. 45-64.
- ROSÁRIO, I. C. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Niterói: EdUFF, 2018

